

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

JOSÉ RAIMUNDO DE SOUZA

POSSIBILIDADES E LIMITES DA ASSOCIAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DE  
UNIDADES LOCAIS DE RECICLAGEM: O CASO DA ASSOCIAÇÃO NORA –  
NOVO OSASCO RECICLANDO ATITUDES - DOS TRABALHADORES COM  
MATERIAIS RECICLÁVEIS

São Leopoldo

2005

JOSÉ RAIMUNDO DE SOUZA

POSSIBILIDADES E LIMITES DA ASSOCIAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DE  
UNIDADES LOCAIS DE RECICLAGEM: O CASO DA ASSOCIAÇÃO NORA –  
NOVO OSASCO RECICLANDO ATITUDES - DOS TRABALHADORES COM  
MATERIAIS RECICLÁVEIS

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas e Práticas Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

São Leopoldo

2005

***Dedico este trabalho***

*aos meus pais, Pedro e Maria,  
à minha esposa Sofia,  
ao meu filho Raul  
e às minhas irmãs  
que sempre apoiaram  
esta empreitada*

### **Agradecimentos**

*À equipe de professores e funcionários do  
PPG de Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos,  
que contribuíram em minha  
trajetória até esta finalização do trabalho.*

*Ao orientador Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger,  
aos professores Prof. Dr<sup>a</sup> Jacqueline Oliveira Silva,  
Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Mercedes Sarriá Icaza,  
Paulo Peixoto de Albuquerque e  
Prof. Dr. Helmut Thielen,  
que contribuíram com minha formação*

*Aos professores  
Prof. Dr<sup>a</sup> Sônia Mercedes Lenhard Bredemeier e  
Prof<sup>a</sup>. Dr. Luis Humberto de Mello Villwoch,  
que na Banca de Qualificação  
contribuíram com sugestões valiosas.*

## ***SOBRE FÉ, SOBRE A VIDA E SOBRE REALIDADES BRASILEIRAS***

Diz a velhinha: não, eu não freqüento curso de estética para a terceira idade porque outro dia a Josefina invéis de pintar a unha de Raquel borro toda a mão das duas.

Eu gosto mesmo é de caminhar, caminhar por estas bandas que antigamente era mais cheio de árvore...Faze o que? A paisagem tá feia, mas sigo andando. Vamos, me dê a mão, caminha ao meu lado. Tomei-lhe a mão para andar uns vagarosos e trôpegos cem metros até a beira de uma “cratera” onde atiram lixo.Gozado que a cratera fica ao fundo da casa daquele pessoal empresário classe média que destoa do conjunto do bairro: coisas do duplo percurso dos anos oitenta: houve mobilidade do centro para a periferia – crise – e da periferia para o centro, mais crise.

No caminho a velha, com enorme dificuldade, faz questão de apanhar uma rosa vermelha de vida deixada cair pela jovem adolescente que acabara de receber a notícia de sua gravidez, mas que apesar da fuga do namorado se encontra radiante.

A velha pega a flor, chama o jovem MC que da porta do boteco nos mirava:

Toma meu filho  
que esta é uma Poderosa arma: vai brinca.

O moleque sem entender bulhufas vem até nós, pega a flor e retorna ao CRACK.

Estamos pertos, quase à beira do barranco, faltam apenas uns quarenta metros.

Caminho com a velha talvez os últimos passos de sua estada na terra porque a vida precisa ser solidária e o “pobre” sabe disso, afinal já esta entre nós o Victor, o Gabriel, a menina anda grávida e a pobreza continua.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda ações que agregam catadores de papel e que, embora se mantenham na informalidade ou se legalizem como associações, são geralmente identificadas como “cooperativas de reciclagem”. Para os catadores de papel, no entanto, o formato da associação permite a existência de vínculos socioeconômicos, culturais e fluxos de trabalho e de recursos, que se dão entre a economia em estruturação no empreendimento e as economias dos indivíduos e das famílias que o integram. A hipótese é a de que o modelo da associação representa uma forma de organização que permite o surgimento do empreendimento como uma extensão das unidades domésticas dos indivíduos que o compõem, possibilitando a legalização da ação sem, no entanto, obrigá-los a optarem entre sua família ou o trabalho. Este, ao invés de exigir dedicação exclusiva, antes possibilita a união entre a reprodução e a produção (meios de subsistência), regidas por uma mesma lógica: a da reprodução ampliada da vida.

Palavras-chaves: associação, economia solidária, economia do trabalho, empreendimento eco-solidário, catador de papel.

## ABSTRACT

The approach of this research is the actions that gather picker-garbage men and, even in informality or legalized as associations, they are generally called as “recycling cooperatives”. But, for these picker-garbage men, an association format gives a strong socioeconomic and cultural link, and also a flux of work and resources that happen between the structure of the economy in the enterprise and the personal and family economy. The hypothesis is that the association model represents a kind of organization that allows the beginning of the enterprise as an extension of each individual’s domestic unities, giving the possibility of legalization without forcing them to make a choice between their family and their work. This, instead of demanding an exclusive dedication, makes possible the joining between reproduction and production (subsistence ways), defined by a unique logic: of life’s broader reproduction.

Key-words: association, solidary economy, works economy, echo-solidary enterprises eco-solidário, picker garbage man.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPITULO 1 .....	29
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TORTUOSOS (DES)CAMINHOS DO BRASIL	29
1.1 O despertar da consciência ambiental .....	30
1.2 Os deserdados do sistema.....	35
1.3 Formação do mercado de trabalho: a ação estatal nos processos de proletarização da força laboral.....	44
1.4 Diante de impasses, buscam-se novas saídas .....	47
CAPÍTULO 2 .....	51
2 FACETAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DO ASSOCIATIVISMO NOS ANOS 90.....	51
2.1 Diferentes registros do fazer sócio-econômico .....	53
2.2 Brasil e argentina: algumas contribuições à outra economia.....	56
2.2.1 Economia Solidária no Brasil: ações da Universidade de São Paulo.....	56
2.2.2 A Economia do Trabalho na Argentina: ações da Universidad Nacional General Sarmiento.....	60
2.3 Economia solidária e economia do trabalho: registros complementares .....	65
2.3.1 Economia solidária .....	65
2.3.3 Economia do trabalho .....	68
2.4 Democratizar a democracia qualificando a cidadania .....	69
CAPÍTULO 3 .....	74
3 INICIATIVAS NO CAMPO DA RECICLAGEM EM CONTEXTO DE EXCLUSÃO SOCIAL .....	74
3.1 A multiplicação de empreendimentos de geração de trabalho e renda.....	76
3.2 Uma avaliação preliminar dos empreendimentos .....	85
3.2.1 Ações de primeira e segunda geração: definições.....	91
CAPÍTULO 4 .....	99



4	DIMENSÕES E PROBLEMAS DAS INICIATIVAS DE RECICLAGEM.....	99
4.1	O protagonismo primordial do catador .....	99
4.2	Cooperativas ou associações? .....	116
4.3	A economia de trabalho como prisma teórico de análise.....	124
	CAPÍTULO 5.....	133
5	UM ESTUDO DE CASO: ASSOCIAÇÃO NORA - NOVO OSASCO RECICLANDO ATITUDES DOS TRABALHADORES COM MATERIAIS RECICLÁVEIS .....	133
5.1	As opções metodológicas da pesquisa .....	134
5.2	Associação nora: empreendimento eco-solidário de segunda geração .....	152
5.2.1	Surgimento e atuação da associação NORA: dados quali-quantitativos ...	156
5.3	Caracterizando as unidades domésticas e o fundo de trabalho .....	169
5.4	Flexibilidade da associação como fator de potencialização da relação entre a ud e o empreendimento .....	183
5.5	Empreendimento eco-solidário como espaço de referência .....	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	198
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	204
	ANEXOS .....	209

## INTRODUÇÃO

Para a escolha do tema da economia solidária, com recorte na área da reciclagem, pesaram meu interesse e atuação na área. Desde o ano 1999 participo profissionalmente de discussões e ações que aliam soluções ambientais na geração de trabalho e renda. Destaco minha participação no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP), onde elaborei a proposta que fez surgir a Associação NORA de Osasco. A partir desta experiência passei a compor a equipe de pesquisa do projeto Recicla Gerando Renda, desenvolvido pelo IPT com recursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Deste projeto resultou um documento no qual apareço como colaborador<sup>1</sup>.

No ano de 2001 saí do IPT para melhor me dedicar ao tema da reciclagem, passando a atuar como formador em cooperativismo pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas – CEEP<sup>2</sup>. Assim, com recursos da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT/SP), ministrei cursos de cooperativismo aos diversos grupos da região Oeste de São Paulo. Especificamente, para a associação Chico

---

<sup>1</sup> IPT/SEBRAE, 2003. *Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: guia para implantação* / coordenação: Roberto Domenico Lajolo, São Paulo (Publicação IPT 2952).

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.ceep.org.br/?q=&PHPSESSID=e429e906f835d50b7d93a64f71c41158>>

Mendes ministrei dois cursos. Nestas ocasiões, tive como alunos os trabalhadores da associação e membros da comunidade, como estudantes, professores e representantes do orçamento participativo.

Portanto, vivência, formação e atuação profissional, bem como a participação em grupo de estudo sobre cooperativismo na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP), qualificaram-me para atuar junto a grupos de reciclagem da região na qual resido.

Após ter iniciado o mestrado, houve três formas de distanciamento com relação ao foco empírico, que passo a destacar como elementos de objetividade em meu trabalho.

A primeira forma de afastamento foi o abandono temporário da atividade de formador em cooperativismo, bem como do ensino de sociologia na rede pública estadual de São Paulo, para assim assumir a condição de bolsista da Fundação Ford, entidade que exigiu dedicação exclusiva.

O segundo ponto a destacar foi um afastamento geográfico, dado pela minha saída do contexto espacial (região oeste da grande São Paulo) da pesquisa nos últimos dois anos. Isso ocorreu porque, desde março de 2003, tenho vivido no Rio Grande do Sul, mais exatamente na cidade de São Leopoldo.

O terceiro e o mais decisivo ponto de afastamento a destacar, e que faz desta proposta de pesquisa um estudo científico, é o uso de um referencial teórico que, partindo da economia dos setores populares, propõe um sistema no qual o trabalho esteja ao centro e a lógica norteadora seja a reprodução ampliada da vida:

### “A Economia do Trabalho”

Este estudo<sup>3</sup> teve seu desenvolvimento iniciado na linha de pesquisa *Associativismo e Cooperativismo*, linha essa cujo nome atual é *Trabalho, Cooperação e Solidariedade* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UNISINOS. A ênfase deu-se sobre as alternativas de trabalho e desenvolvimento de base cooperativa e solidária, considerando as dimensões econômicas, psicossociais e culturais da organização e processo de trabalho capitalista, e abordando crítica e reflexivamente as formas de conhecimento hegemônicas via investigação de práticas econômicas diferenciadas. Destaco sua inserção no campo *Formação de Recursos e Desenvolvimento Comunitário*, área de atuação da *Fundação Ford*, entidade da qual sou bolsista no *International Fellowships Program (IFP)* para a *Pós-Graduação*.

O primeiro capítulo “Considerações sobre os Tortuosos (Des)Caminhos do Brasil” discute o modelo de desenvolvimento, contextualizando o surgimento do catador de papel, da atividade de reciclagem e das estruturas (des)organizadas para

---

<sup>3</sup> Desde março de 2003 venho me dedicando ao cumprimento dos créditos acadêmicos e à participação em eventos da área da economia solidária, do cooperativismo, da economia do trabalho e eventos de desenvolvimento de liderança organizados pela Fundação Ford.

a exploração do trabalhador; salienta o despertar da consciência ecológica e resgata, a partir de pressupostos marxistas, as ações de Carolina Maria de Jesus como catadora de papel, atividade através da qual supre suas necessidades básicas de sobrevivência e que, concomitantemente, lhe permite e ao mesmo tempo condiciona ao fazer literário como escritora.

No exercício da nova atividade, Carolina Maria de Jesus estabeleceu, ao meu ver, o marco inicial da luta em busca de organização por parte do grupo humano que se dedica à atividade de catar papel. Isso ocorre na medida em que narra o modo de vida e as condições de sobrevivência dos trabalhadores que fazem a reciclagem brasileira. O capítulo chega aos anos 90 para mostrar que outras saídas são possíveis.

O Capítulo II – Facetas dos Movimentos Sociais e do Associativismo nos Anos 90, apresenta os diferentes registros que norteiam o avanço de experiências de geração de trabalho e renda, notadamente, aquelas organizadas, mas não só, em torno da sobrevivência e da busca por uma melhor qualidade de vida. Com isso objetiva-se aclarar as distintas visões que concorrem para a estruturação Latino-americana de uma “outra economia”.

O Capítulo III – Iniciativas no Campo da Reciclagem em Contexto de Exclusão Social, discute a multiplicação de empreendimentos de geração de trabalho e renda na área da reciclagem, detendo-se nas 6 ações mais representativas para este trabalho – Reciclagem de Porto Alegre/RS, Associação

dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE/BH), Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare/SP), Associação NORA – Novo Osasco Reciclando Atitudes – dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis (Osasco/SP), Associação Chico Mendes dos Trabalhadores com Matérias Recicláveis (Jandira/SP) e Nova Cotia Recicla (Cotia/SP). Aqui elas recebem a classificação de “ações de primeira geração” e “ações de segunda geração”.

O Capítulo IV – Dimensões e Problemas das Iniciativas de Reciclagem, discute a atividade do catador de papel, admite avanços na constituição de empreendimentos de reciclagem, mas também aponta para usos e abusos, questionando-se a respeito da existência de mecanismos institucionais de organização e de legalização que reconheçam a realidade desses atores.

Por último se interroga sobre a atuação cotidiana do catador na elaboração de uma identidade que potencialize – diferenciando o “ser” e o “estar” catador – o enfrentamento das difíceis condições – barreiras sociais, estrutura de mercado, atravessadores – para, então seguir na luta a que se propõem.

O Capítulo V – Um Estudo de Caso: Associação Nora – Novo Osasco Reciclando Atitudes – dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis, define as opções metodológicas, justificando a pesquisa qualitativa e apresentando o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como forma de análise dos dados discursivos. Após isso, define-se o foco empírico e retoma-se a discussão da economia do

trabalho e de seus principais conceitos: Unidade Doméstica (UD) e Fundo de Trabalho.

A seguir, faz breve apresentação do contexto histórico e atual da cidade de Osasco destacando seu papel na luta da classe trabalhadora em contexto nacional, para depois discutir o trabalho de campo e apresentar dados que caracterizam as Unidades Domésticas pesquisadas e a forma de realização de seu fundo de trabalho.

Isso feito, tece as considerações finais, fazendo um balanço do trabalho, seus ganhos e limites e aponta para perspectivas de estudo futuros.

## **1. Problema de pesquisa**

O setor da reciclagem é importante na discussão da organização sócio-econômica em meio urbano, pois nele surgem cotidianamente inúmeras ações agregando catadores de papel. Estas, embora se mantenham na informalidade ou se legalizem como associações, são geralmente identificadas como “*cooperativas de reciclagem*”. O uso generalizado do termo cooperativa parece ocorrer por duas razões. A primeira é a não existência de alternativa legal à cooperativa para o agir socioeconômico. A segunda razão seria o superdimensionamento das virtudes da organização cooperativa.

A primeira razão começa a ser enfrentada na prática, já que inúmeras ações de caráter socioeconômico são hoje organizadas na forma de associação. A segunda razão é mais difícil de ser abordada, cabendo nesse momento arriscar a hipótese de que isso ocorre pelo simples fato da cooperativa ser vista como garantidora do fazer socioeconômico autêntico somente por estar amparado em um código doutrinário regulador de sua vida cotidiana<sup>4</sup>. Assim, a cooperativa como forma de legalização da atividade socioeconômica passa a ser o horizonte almejado.

Para os catadores de papel, no entanto, a forma da associação parece permitir a existência de vínculos socioeconômicos e culturais, fluxos de trabalho e outros recursos entre a economia em estruturação no empreendimento e as economias dos indivíduos e das famílias que o integram. Estes vínculos e fluxos configuram relações que representam, na maioria das vezes, condição *sine qua non* para o início e manutenção da atividade.

O ponto de vista adotado neste estudo insere-se no contexto de luta destes trabalhadores e estabelece a hipótese de que a associação seja, atualmente, a forma de legalização mais adequada às necessidades de atores cujo movimento atingiu a periferia dos grandes centros. Para estes grupos comunitários periféricos, o acesso a entidades de apoio e a políticas públicas inovadoras é extremamente difícil

---

<sup>4</sup> É comum que se cometa o deslize de considerar que os princípios por si só sempre garantam uma prática autogestionária. Como constatação deste fato citamos a internet, meio relativamente fácil de acesso, onde se difunde a idéia de que os princípios cooperativos são “linhas orientadoras através das quais **as cooperativas levam os seus valores à prática.**” Disponível em: <<http://www.ocemg.org.br/webcoop/Default.aspx?tabid=75>> Acesso em: 25 jul 2005 [grifo meu]. O problema com essa afirmação é que ela considera que os valores do cooperativismo efetivamente são levados à prática. Entendo os princípios cooperativos como condição necessária, mas não suficiente. Antes temos que considerar obstáculos práticos à formação mesmo da cooperativa, colocados a grupos precariamente inseridos tais como os catadores. Sobre os princípios cooperativos ver SINGER, Paul (1998), Uma utopia militante: repensando o socialismo, página 100 e seguintes.



e os avanços são lentos e mais demorados comparando aos seus pares presentes nos grandes centros.

O grau de precariedade na inserção social que atinge estes grupos é extremamente perverso, pois alcança o “campo de direitos”, caracterizando uma forma de exclusão que se revela

[...] a mais grave de todas, porque é a partir daí [campo dos direitos] que você interroga e contesta o outro.” [assim] “...temos não só que tentar construir uma alternativa popular, **mas uma alternativa popular que integre um campo mais amplo do que simplesmente o da economia**, senão teremos fracassado e vamos criar microempresários que, com o andar da carruagem, podem-se converter de novo, eles mesmos, em exploradores dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2000, p. 89) [grifo meu]

Apesar das limitações da associação, para os catadores de papel essa forma organizacional constitucionalmente reconhecida, quando organizada como movimento coletivo, possibilita o desenho de novas relações econômicas, pois

O associativismo projeta um modelo de regulação alternativo na medida em que se fundamenta no exercício da cidadania, buscando propor modos plurais de atuação e instaurar um movimento de interação dos espaços econômicos, sócio-político e cultural numa perspectiva mais ampla. [e] Nesta medida se oferece como um agir coletivo diferenciado, que pode ser interessante para a “outra economia” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Considero aqui a hipótese de que a integração das dimensões sociais, econômicas e político-culturais teria a qualidade de contribuir para a criação de espaços democráticos, cuja principal virtude é propiciar que homens e mulheres

verbalizem publicamente as dificuldades cotidianas encontradas na produção e reprodução de suas vidas, de seus familiares e de seu grupo social.

Portanto, a maior facilidade de constituir e administrar uma associação pode ser para o catador de papel uma possibilidade real para oficializar um empreendimento cujo futuro é incerto, mas que precisa ser tentado.

## **2. Objetivos**

### Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa é caracterizar sociologicamente a citada adequação, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca da associação como modelo organizativo do fazer socioeconômico e político-cultural de extratos populares.

### Objetivos específicos

Para a realização do objetivo proposto foram estabelecidos os seguintes passos:

(i) apreender as relações entre a economia do empreendimento e as economias dos indivíduos e das famílias que o compõem;

(ii) descrever as principais formas de realização das capacidades produtivas que caracterizam o fundo de trabalho da unidade doméstica e os usos dos meios de produção e reprodução (máquinas, equipamentos e instrumentos) que constituem fluxos entre empreendimento e as famílias dos trabalhadores que o compõe.

(iii) estabelecer algumas comparações possíveis entre as unidades domésticas pesquisadas e os dados da Pesquisa do Orçamento Familiar<sup>5</sup> para a região sudeste ou para o Brasil;

(iv) utilizar o referencial teórico da economia do trabalho.

### **3. Justificativa**

A partir do fato associativo – representado aqui pela reunião de catadores de papel em torno de um empreendimento socioeconômico, em última instância, voltado ao meio ambiente – aspectos como a formação de recursos e o desenvolvimento comunitário constituem-se como horizontes reais ao alcance deste

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mensurar as estruturas de consumo, gastos e rendimentos dos domicílios e das famílias e que se encontra em sua quarta edição.

grupo. Sendo este caracterizado pela baixa escolaridade, pela dispersão espacial e pela fragilidade social. De onde deriva esta possibilidade de associação para os catadores de papel?

Esta pergunta é interessante, pois é sabido que a reciclagem representa um fenômeno antigo e que o associativismo, embora seja mais recente, não é novidade. Esta possibilidade deriva, portanto, da existência de um cenário constituído, entre outras coisas, por:

(i) uma maior consciência social acerca dos problemas ambientais resultantes da popularização do pensamento e de ações ambientalistas;

(ii) um modelo de desenvolvimento nacional cujas características excludentes são potencializadas pelas transformações que afetam o mundo do trabalho e

(iii) avanços nos movimentos sociais, com destaque para a luta em torno da sobrevivência e por melhor qualidade de vida por meio de estruturação de ações socioeconômicas

Na explicitação destes três grandes eixos serão destacados os principais elementos para o surgimento de ações que aliam soluções ambientais à geração de trabalho e renda, com enorme potencial para a promoção da educação ambiental.

Após isso, discutir-se-á as condições de exercício das atividades nestes empreendimentos, que de forma prática sensibilizam a população para a separação de lixo em dois tipos: seco e molhado ou inorgânico – recicláveis ou não – e orgânico – restos de comida, cascas de frutas, etc; para doação posterior da porção reciclável. Esta separação inicial, feita pela população, é condição necessária para a organização das atividades realizadas pelos trabalhadores: coleta da porção reciclável; separação dos diferentes materiais em 4 grupos – papel, vidro, metal e plástico; triagem – separação detalhada realizada dentro de cada um destes grupos; armazenagem e comercialização.

Será abordado também o catador avulso, isto é, aquele que anda pelas ruas sem estar inserido num grupo de forma sistemática e que em última instância deveria ser o principal beneficiado pelo movimento organizado. Um recurso adicional será o de propor uma classificação que servirá para distinguir os empreendimentos de reciclagem e demonstrar que a maioria está organizada como associação.

Será feita a problematização da cooperativa e da associação como formas de organização ao alcance dos menos favorecidos; a apresentação do referencial teórico a ser utilizado; o detalhamento do problema de pesquisa; a indicação do foco empírico e a apresentação da metodologia de pesquisa.

Alerto àqueles que esperam encontrar uma análise aprofundada da cooperativa ou do cooperativismo, seja ele tradicional ou “novo”, que não será isso que encontrarão. Não, não é isso que se propõe este trabalho, pois a cooperativa é

vista aqui como uma forma de organização ainda restrita na medida em que a legislação reguladora dificulta o acesso ao conjunto dos trabalhadores, notadamente aqueles mais precarizados. Isso ocorre, por exemplo, quando a lei estabelece um número mínimo de 20 pessoas para formar uma cooperativa.

Vale lembrar que recentemente o Brasil passou a figurar entre os maiores recicladores mundiais de alumínio, tendo ultrapassado os EUA em 1998, ao atingir a taxa de 85% em 2001, segundo dados da Associação Brasileira de Alumínio ABAL<sup>6</sup>. Seria esse mais um recorde do qual os brasileiros devam se orgulhar? Ou ao contrário, ele ocultaria algum fenômeno socialmente negativo?

À primeira vista parece ser esse um dado positivo, pois o Brasil atinge a marca mesmo estando entre os países cuja reciclagem não é obrigatória. Então, como é que chegamos a destaque mundial na área da reciclagem e qual sua importância?

Na busca de uma resposta válida, deve-se considerar diversos aspectos, dentre os quais a questão energética, pois a

Energia é um ingrediente essencial para o desenvolvimento, que é uma das aspirações fundamentais da população dos países da América latina, Ásia e África. [e] O consumo de energia *per capita* pode ser usado como um indicador da importância dos problemas que afetam estes países, onde se encontram 70% da população mundial (GOLDEMBERG, 1998, p. 7).

---

<sup>6</sup>Brasil é líder mundial em reciclagem de latas de alumínio. O Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/set/18/90.htm>> Acesso em: 22 set. 2004.

Goldember analisa quatro indicadores – expectativa de vida, mortalidade infantil, analfabetismo e número médio de filhos – em função do consumo de energia comercial *per capita*, e afirma que, na maioria dos países onde o consumo de energia está abaixo de uma *tonelada equivalente de petróleo* (TEP) por ano, tais indicadores são inadequados. Concluí que

Ultrapassar a abarreira 1TEP / *capita* parece ser, portanto, essencial para o desenvolvimento. [pois] À medida em que o consumo de energia comercial *per capita* aumenta para valores acima de 2 TEP (ou mais), como é o caso dos países desenvolvidos, as condições sociais melhoram consideravelmente (GOLDEMBERG, idem, ibidem).

Conforme este autor, há uma correlação positiva entre consumo de energia e qualidade de vida. Qual é, portanto, a relação entre energia e o fenômeno da liderança mundial do Brasil na reciclagem de alumínio?

#### **4. Considerações iniciais sobre a reciclagem**

Segundo o IPT/CEMPRE (2000), o alumínio pertence ao grupo dos metais, elemento que apresenta durabilidade, elevada resistência mecânica e facilidade de conformação. De uso amplamente disseminado, conforme sua composição, classificam-se em metais ferrosos e não-ferrosos, sendo seus processos de fabricação conhecidos como primário e secundário.

O processo primário caracteriza-se pela redução do minério ao estado metálico por meio do uso do carvão. Este método exige altas temperaturas e um

elevado consumo de energia. No processo secundário, o metal é resultante da fusão ou derretimento de material metálico usado chamado sucata. Segundo a mesma publicação, nesta forma de fabricação o metal é obtido por meio de temperatura mais baixa e quantidade consideravelmente menor de energia<sup>7</sup>. Embora haja maior interesse na reciclagem de metais não-ferrosos – alumínio, cobre – devido ao alto valor, a sucata de metais ferrosos é amplamente utilizada, possuindo relevância socioeconômica<sup>8</sup>, pois “[...] dela dependem inúmeras fundições de pequeno porte, instaladas nas áreas industriais das cidades” (IPT/CEMPRE, 2000, p. 172).

Um aspecto característico da reciclagem de metais na cena urbana é a paisagem formada pelos trabalhadores que atuam em

Redes complexas de coleta [...] estabelecidas para a comercialização de sucata de metais. **Não obstante, o destino final da sucata** (fundições ou grandes siderúrgicas), **em boa parte, a sua coleta começa pelo catador de rua. Esse trabalhador constitui a base da rede capilar de coleta, estendendo-se aos “ferros-velhos” e atingindo as indústrias transformadoras.** Esse tipo de coleta capilar e a relativa facilidade de processamento, própria da sucata, permite o seu reprocessamento em regiões próximas às cidades ou mesmo em sua área industrial, o que não seria possível com as grandes siderúrgicas que fabricam o metal primário (IPT/CEMPRE, 2000, p. 173). [Grifo meu]

---

<sup>7</sup> A grande vantagem da reciclagem do metal é evitar os custos do processo primário - redução do minério a metal – caracterizado pelo (i) alto consumo de energia, (ii) pela necessidade de transportar grandes volumes de minérios, (iii) de instalações caras e de (iv) produção em escala. Considerando-se latas de folha-de-flandres (aço revestido com estanho), tipo de material que domina o mercado brasileiro de embalagem e de alumínio, é importante perceber que: “A reciclagem desses tipos de lata é extremamente importante para ambas as indústrias de embalagens; no caso do alumínio, a energia necessária para o processamento do metal reciclado é 20 vezes menor que para o metal primário; para o aço, esta relação é de 3,7, sendo ainda considerável” (IPT/CEMPRE, 2000, p. 173).

<sup>8</sup> “A sucata [ferrosa] é matéria-prima das empresas produtoras de aço que não contam com o processo de redução, e que são responsáveis por cerca de 20% da produção nacional do aço. A sucata representa cerca de 40% do total do aço consumido no país, valor próximo aos outros países, como os Estados Unidos, onde atinge 50% do total da produção (GIOSA, 1994). Ressalta-se que o Brasil exporta cerca de 40% de sua produção de aço” (IPT/CEMPRE, 2000, p. 172).



É a partir da visibilidade da atividade<sup>9</sup> que se pode afirmar que se mérito há na conquista da posição de liderança mundial na reciclagem de alumínio por parte do Brasil, ele se verifica na exploração do catador de papéis, agente cuja atividade, base do processo de reciclagem de diversas indústrias brasileiras (metal, papel, plásticos, vidro), é intermediada por uma extensa rede de atravessadores que se colocam entre sua ação e a indústria transformadora. Mantido à margem da distribuição dos ganhos produzidos por sua atividade, este trabalhador sem acesso aos direitos sociais, vê-se privado de amparo ao adoecer, na velhice e na proteção à família.

A disseminação da reciclagem revela-se, então, uma dimensão privilegiada, tanto no Brasil como por toda a América Latina, para observação do fenômeno resultante da adaptação dos países periféricos à globalização, processo crescente de integração da economia mundial com base em economias abertas (STANDING, 2003). Os países subdesenvolvidos que adotaram estratégias de inserção econômica subordinada foram duplamente penalizados, pois, além da submissão ao grande capital, ocorre concomitante depreciação da produção e do emprego nacional, sendo o trabalho colocado “em condições de intensa desestruturação e anomia” (MATTOSO, 1996, p. 18).

As aberturas comercial e financeira do Brasil ocorridas na década de 1990, iniciada no Governo Collor e intensificada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, sem qualquer proteção e num cenário de baixo crescimento

---

<sup>9</sup> A parte visível desta atividade denota enorme precariedade, caracterizada, por um lado, pelas péssimas condições de trabalho, uso de mão-de-obra intensiva e de tração humana e, por outro lado, pelo trabalho infantil e predomínio da informalidade nas relações de trabalho.

econômico, mergulhou a economia num processo de “desestruturação produtiva” (MATTOSO, 1996, p. 7)<sup>10</sup>.

O governo abre mão da articulação de um projeto nacional e as empresas abandonam a produção, outrora motor de sua estratégia de crescimento. Assim, o discurso destes atores, centrais ao crescimento econômico, apresenta dois eixos básicos: (i) criação de postos de emprego com a redução do custo do trabalho e (ii) tentativa de romper com a tradição que identifica a cidadania com o exercício de um trabalho. A proposta para viabilizar o primeiro eixo é a redução do custo do trabalho e a deterioração dos empregos existentes. Surgem, então os

contratos temporários, contratos por tempo parcial, cooperativas de trabalho, desemprego temporário, renda variável, etc; [...] buscando, paralelamente, caricaturar os renitentes defensores dos contratos claros e formais, negociados ou legais, como privilegiados corporativos<sup>11</sup> (MATTOSO, 1996, p. 19).

Para atender ao objetivo fixado pelo segundo eixo, rompe-se com a visão do trabalho como direito e com o imperativo de que diante de sua ausência o Estado

---

<sup>10</sup> Mattoso cita Joseph Schumpeter e a dialética capitalista da destruição criadora para dizer que no Brasil durante os anos 1990 o saldo entre o movimento de destruição e a criação de empresas, setores, produtos e empregos foi favorável à primeira, de modo a constituir um processo de desestruturação produtiva. Para esse autor, durante a década de 1990 parece que o crescimento econômico e a mobilidade social desapareceram, pois o Brasil apresenta desempenho econômico na ordem da metade daquele ocorrido nos anos 1980 com o pior índice do século XX, freando o processo de ampliação do assalariamento entre os trabalhadores ocupados.

<sup>11</sup> Quem não se lembra de Fernando Henrique Cardoso apresentando na mídia televisiva, durante a histórica greve dos petroleiros em 1995, o holerite de um trabalhador daquela indústria – a quem acusava pelo recebimento de privilégios? Na ocasião, os petroleiros com data base em maio e liderados por Antônio Carlos Spis, presidente da Federação Única dos Petroleiros, pela primeira vez, segundo LUEDEMANN (1995), colocam em xeque a política neoliberal no Brasil. Entrevista com Antônio Carlos Spis: A greve dos Petroleiros. LUEDEMANN, Cecília Revista. In: Revista Teoria e Debate, n.29 (jun/jul/ago 1995)

deva assegurá-lo<sup>12</sup>. Assim, o indivíduo é levado a assumir os custos de sua formação para ampliar sua empregabilidade; a requalificação ganha ênfase como ação importante para a qual Estado e empresas destinam recursos, mas limitada quando o objetivo é a geração de mais postos de trabalho. O saldo da balança revela-se negativo, pois

Ao longo dos anos 90 foram *queimados* cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foi contabilizada uma *queima* total de nada menos de 1,8 milhão de empregos formais. [...] O mais grave é que a manutenção e a intensificação desse processo de precarização das condições e relações de trabalho, em uma sociedade desigual e um mercado de trabalho relativamente pouco integrado, vai rompendo identidades e gerando anomias (MATTOSO, 1996, p. 18-19).

É neste contexto que o cooperativismo populariza-se no meio urbano como possibilidade de organização dos menos favorecidos<sup>13</sup> (Singer, 2003). Mas, isso não ocorre sem contradições, pois se disseminam

[...] iniciativas que atendem meramente a uma lógica empresarial, isto é, à flexibilização de relações de trabalho através do incentivo à criação de algumas “cooperativas” de trabalhadores demitidos (são as “cooperativas de fachada”) para prestação de serviços terceirizados pelas empresas (RECH E VEIGA, 2001, p. 97).

---

<sup>12</sup> “[...] empresas e Estado buscam se liberar dos encargos com o emprego e fazem do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado. Trata-se de uma cínica responsabilização das próprias vítimas por sua sorte” (MATTOSO, 1996, p. 19). Para o autor é representativo o artigo “Será o desemprego necessariamente um mal?”, publicação da revista *Idéias & Estudos*, do PSDB em maio de 1999.

<sup>13</sup> Essa popularização resgata as possibilidades do cooperativismo e do associativismo que, em seus primórdios no Rio Grande do Sul, permitiu o surgimento de experiências de cooperação econômica, reunindo comunidades de imigrantes europeus, de modo a permitir a resolução de problemas vivenciados por pequenos agricultores “face ao abandono, à exploração e à ameaça de marginalização em que se encontravam” (SCHNEIDER, 1999 apud ICAZA, 2004, p. 22); No entanto, devemos levar em conta que “a partir de 1955 e até o final dos anos 70, o cooperativismo experimenta um processo de ampla expansão e transformação, perdendo sua dinâmica de movimento e adquirindo traços essencialmente empresariais, articulado à lógica capitalista assumida pelo Estado Brasileiro para a inserção do país no sistema econômico mundial” (ICAZA, 2004, p. 23).

Alcântara (2003), aborda o tema a partir da ótica do Estado e afirma o significado positivo das ações de Luis Inácio Lula da Silva no governo federal, bem como dos movimentos sociais na institucionalização da Economia Solidária.

Entendo, porém, que para uma maior eficiência de tais ações, algumas lacunas devem ser preenchidas e chamo atenção ao fato de que é necessário um “[...] levantamento detalhado da economia submersa, que só é possível detectar através de um mergulho em profundidade indo-se de casa em casa” (RECH e VEIGA, 2001, p. 103).

A reciclagem parece beneficiar-se duplamente desta conjuntura. Primeiro porque, para o setor, crise é sinônimo de oportunidade, com a recessão levando ao aumento do grupo dos catadores de papel, engrossado por novos desempregados e por pessoas que buscam complementação de renda; segundo, porque o surgimento de experiências de geração de trabalho e renda que reúnem catadores de papel revela-se um aspecto positivo para o aumento da qualidade dos materiais coletados.

Um traço importante a destacar é que esta difusão do cooperativismo e do associativismo possui caráter dialético, ao beneficiar diretamente o setor de reciclagem, quando agrupa os catadores para a cooperação e concomitantemente ao oportunizar a organização desses atores que se apropriam do discurso ambientalista para destacar a atividade de catação como importante meio de defesa do meio ambiente.

## CAPITULO 1

### 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TORTUOSOS (DES)CAMINHOS DO BRASIL

Este capítulo busca caracterizar as condições nas quais se dá o surgimento de ações com cunho econômico-social na área da reciclagem. Evidencia-se que, nas últimas décadas, passou a vigorar no Brasil uma maior consciência social acerca dos problemas ambientais, em virtude da popularização do pensamento e de ações ambientalistas em nível mundial e nacional. Esse aspecto é condição necessária, mas não suficiente para a organização dos catadores de papel, mesmo diante de um modelo de desenvolvimento nacional de características excludentes<sup>14</sup>.

A ampliação das condições políticas e ideológicas que preparam o terreno inicia-se ao final dos anos 1980 com a promulgação da constituição de 1988, alicerçam importantes conquistas em matéria de cidadania social, pois as lutas sociais do período, além de abrirem um espaço público informal, também elaboram e difundem uma consciência do “derecho a tener derechos” (LEFORT, 1981 apud TELLES, 2003, p. 131).

---

<sup>14</sup> Em texto escrito em 1985, Lutzemberger ao discutir a tema dos resíduos sólidos urbanos, antecipa fatos dos anos 90 ao propor, sem sucesso, o aproveitamento da mão-de-obra existente no “Lixão dos Prazeres” localizado na cidade do Recife, como forma de contrapor a solução oficial “iniciada, com pesado empréstimo do Banco Mundial (ao que se diz, são cerca de 20 milhões de dólares), [...] do aterro sanitário energético” (LUTZEMBERGER, 2004, p. 40).

A crise, a recessão e as transformações que afetam o mundo do trabalho nos anos 1990 são os elementos finais na composição de uma conjuntura que garante maior efetividade às ações coletivas dos novos personagens<sup>15</sup> que adentram a cena política brasileira, canalizadas para a resolução de problemas inusitados, como a geração de trabalho e renda.

### 1.1 O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Segundo Laville (2003)<sup>16</sup>, a primeira crise da sociedade salarial, assim chamada para definir uma etapa da vida moderna em que ocorre predomínio da relação de trabalho assalariada, caracteriza-se por um questionamento cultural desta mesma sociedade. O ápice deste questionamento foi vivenciado no ano de 1968, com a explosão do movimento estudantil. Para termos idéia da pujança do movimento, cito Hobsbawn e sua percepção acerca do fenômeno:

Na verdade, só na década de 1960 se tornou inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismo estudantil em todo o mundo falaram mais alto que as estatísticas (HOBSBAWN, 1995, p. 290).

Outro sujeito e movimento importantes citados por este autor são a mulher trabalhadora-ativista e o movimento feminista nos países desenvolvidos, cujas ações

---

<sup>15</sup> Telles (2003), mostra que nas últimas décadas houve a emergência de processos associativos e reivindicatórios como parte da aspiração por uma sociedade mais justa e igualitária de modo a desenhar outra paisagem. Telles cita Eder Sader (1988) para falar da entrada em cena de novos personagens: movimentos sociais, sindicais, Partido dos Trabalhadores e criação de três centrais sindicais.

<sup>16</sup> LAVILLE, Jean-Louis. Seminário “**A Crise da Sociedade Salarial, Lutas Contra a Exclusão e a Economia Solidária**”. UNISINOS, São Leopoldo/RS, Julho de 2003.

foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças da família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontram expressão – de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central (HOBSBAWN, 1995, p. 313)

Concomitantemente à emergência destes novos sujeitos coletivos e a seus questionamentos, ocorre o declínio dos partidos e movimentos baseados na classe operária. No entanto, considera-se a ressalva feita por Hobsbawn de que, à época, era estatisticamente errada a impressão de que a velha classe operária estava morrendo, “pelo menos em escala global” (HOBSBAWN, 1995, p. 296).

Este é o contexto no qual se dá a eclosão do movimento ambientalista, situada por Viola (1987) na década de 70, com o despertar da consciência ecológica no mundo e a conseqüente mudança da agenda mundial. Para este autor, o ecologismo e os movimentos pacifistas teriam surgido numa inflexão ocorrida na história da mobilização social e da ação coletiva. Pela primeira vez, problemas de degradação ambiental decorrentes do crescimento econômico são percebidos como questão global, bem como colocados de forma a superar questões arroladas nas décadas de 1950 e 1960 pelas agências estatais de meio ambiente dos países do primeiro mundo.

Relacionados com os grandes dilemas da humanidade, tais danos decorrem, direta e indiretamente, das estruturas e das relações de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Assim, a hegemonia do capital, a identificação entre crescimento econômico e desenvolvimento, bem como aspectos culturais e tecnológicos, como a avidez pelo consumo e a obsolescência dos produtos, terão

entre suas conseqüências um dos maiores problemas de nossa época: o aumento na quantidade da produção de resíduos sólidos urbanos.

Assim é que impactos ambientais que colocam em risco recursos naturais dificilmente renováveis, como o são as reservas de água superficiais e profundas, ao longo das últimas décadas, têm ganhado visibilidade e concorrido para ampliar a consciência mundial sobre os limites da natureza como fonte de recursos e para demonstrar a necessidade de preservação.

Milanez (2003) destaca o surgimento do termo ecodesenvolvimento, utilizado por Maurice Strong em 1973, para mostrar que na base do conceito estava a crença na possibilidade de aliar crescimento econômico e preservação. Com Ignacy Sachs, que o utiliza a partir de 1974, o termo incorpora e identifica uma alternativa voltada à autonomia do desenvolvimento local das populações, especialmente dos países pobres. Com isto ocorre um deslocamento no eixo das discussões, que passam a focar questões ligadas a desigualdades sociais e de herança das gerações futuras.

O movimento ecologista no Brasil teve início com um grupo de personalidades que lutou quase sozinho pela preservação da natureza. Figura destacada do grupo foi o naturalista Henrique Roessler, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, com grande atuação por todo o estado nas décadas de 50 e 60.



Mais recentemente, José Luttemberg, no ano de 1971, assume protagonismo na fundação, em Porto Alegre, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAM), e o movimento decola, sendo essa a primeira entidade ecologista a surgir no Brasil e na América Latina.

Iniciava-se, então, o percurso brasileiro no debate e no aprofundamento de questões sobre o tema do meio ambiente. Não poderia ser diferente, já que a ausência de uma abordagem complexa e sistemática das questões ambientais e de suas conexões com questões sociais foi profundamente sentida na capital de Goiás<sup>17</sup>. A negligência, a miséria e desinformação explicam o “acidente” com o célio 137. Torna-se assim evidente a falta de política pública na regulação da venda de materiais recicláveis, pois os diversos comércios existentes, os conhecidos ferros-velhos ou sucateiros, operam por todo o país, em sua maioria, com pouco ou nenhum controle fiscal, ambiental, sanitário, por parte da autoridade pública ou da sociedade.

---

<sup>17</sup> O alerta fora dado numa manhã de domingo, 13 de setembro de 1987, na cidade de Goiânia. Naquele dia, dois catadores encontraram um aparelho de radioterapia em um prédio abandonado da Santa Casa de Misericórdia local. Ignorando o que era aquela peça de 100 quilos, e interessados em ganhar algum dinheiro vendendo as partes de metal e chumbo em ferros-velhos da cidade, removeram o aparelho em um carrinho de mão até a casa de um deles. O aparelho, quebrado a golpes de marreta, revelou aos catadores de papel uma peça de chumbo, na verdade um cabeçote contendo um cilindro metálico que encapsulava o Césio (Cs-137). Violado o cilindro, rompeu-se o isolamento da fonte radioativa. Eram 19 gramas de Césio prensado que acabou se fragmentando com a pressão dos golpes. O assunto foi levado à tela dos cinemas por Lars Westmam que em entrevista à Radiobrás afirmou a ocorrência oficial de 11 mortes e 600 vítimas. Lars Westmam mostra-se preocupado em como quantificar uma catástrofe nuclear, pois extra-oficialmente mais de cinco mil pessoas sofreram com o Césio 137. Muitas delas se mudaram para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo fugindo da discriminação. Outras pessoas, como policiais, seguranças, médicos, enfermeiros, que trabalharam após o acidente ficando expostos ao Césio pelo período de um a dois anos e que hoje estão doentes, não são consideradas vítimas. Disponível em: <[http://virtualbooks.terra.com.br/artigos/acidente\\_nuclear\\_de\\_goiania02.htm](http://virtualbooks.terra.com.br/artigos/acidente_nuclear_de_goiania02.htm)> Acesso em: 13 dez. 2004.

A partir de fatos como este, e mesmo não tendo o movimento ambientalista resultado na estruturação de um partido verde forte, gradativamente, as questões relativas ao meio ambiente vão ganhando relevância no cenário nacional, até que em 1992 o Brasil sedia, no Rio de Janeiro, o Encontro de Cúpula das Nações (CNUMAD). Deste encontro, resulta a Agenda 21, documento consensual que sugere ações a serem tomadas pelos países para que o ingresso no século 21 ocorresse de forma sustentável.

Como uma fonte de preocupação global, o destino do lixo foi ali discutido. Um dos compromissos firmados naquele documento foi o tratamento dos resíduos tendo em vista (i) a *redução* de seu volume na geração, (ii) sua *reutilização* e (iii) sua *reciclagem*. Tais ações referem-se aos os famosos “3 Rs”. Nesta ordem, reduzir, reutilizar e reciclar representou naquele momento, o estabelecimento de prioridades na elaboração de mecanismos através dos quais os países presentes ao evento tratariam o lixo.

Estes elementos são importantes de serem mencionados, porque a industrialização, ou o modelo no qual o Brasil pautou a sua proposta de desenvolvimento, contém uma lógica que, na sua aplicação e implementação concorreu para que a reciclagem aparecesse como alternativa de um fazer econômico e de periferia, ou dos deserdados do sistema que se consolidava.

Segundo Mattoso (1996), a história do crescimento econômico brasileiro, ao longo do recém terminado século XX, pautada na substituição de importações, foi

positiva em gerar empregos que concorreram para a mobilidade social e ampla inserção internacional, mantenedora, porém, da forte dependência de bens de capital estrangeiros.

Singer (1998) inicia discussão acerca da dependência da América Latina a partir de três atos de vontade que qualificam nossa economia em relação ao mercado mundial: dependência consentida, dependência tolerada e dependência desejada.

Para esse autor sempre haverá situações de dependência enquanto nações desiguais se mantiverem em estreito relacionamento mútuo. No modelo proposto, leva em consideração a dinâmica social interna dos países subdesenvolvidos, pois

A dependência surge dum complexo jogo de conflitos e acordos entre classes e frações de classe, do qual resultam processos de desenvolvimento que recolocam, de tempos em tempos, os seus próprios fundamentos. Transformações do capitalismo, que em geral se originam no centro, ensejam o surgimento de novas situações de dependência, à medida que elas são incorporadas pela periferia (SINGER, 1998, p. 119).

## **1.2 OS DESERDADOS DO SISTEMA**

A dependência consentida teria vigorado no período pós-independência da América Latina, quando em seus países ocorre a ascensão de novas classes dominantes – os donos das terras e outros senhores (das minas, do gado, etc.) tendo ao seu lado os comerciantes e financistas com amplo controle dos canais de

comunicação com o mercado mundial. Neste momento, a dependência, vista como um estágio pelo qual todos os retardatários tinham que passar, representa para as elites dos países subdesenvolvidas o elo de ligação “à *civilização* da qual se acreditavam os únicos e autênticos representantes” (SINGER, 1998, p. 120).

A fase seguinte inaugura-se quando, a partir da Primeira Guerra, ocorre a desglobalização da economia mundial, que atinge a *dependência consentida* via contração do mercado para os produtos exportados pelos países menos desenvolvidos, “coagidos a seguir o exemplo dos países industrializados, lançando-se também à substituição de importações” (SINGER, 1998, p. 121).

Neste momento, alguns países latino-americanos, casos de Argentina, México, Chile e Brasil, já haviam iniciado uma industrialização nos moldes citados. A desglobalização ofereceu à burguesia local uma grande oportunidade, pois seus países tornaram-se inadimplentes e impedidos de continuar a se abastecer devido à incapacidade de pagamento. Para Singer, “não lhes restava outra alternativa do que fazer da necessidade virtude e proclamar a industrialização, e não mais a exportação, a via mestre para o desenvolvimento” (1998, p. 121).

Esta mudança inaugura-se com a Revolução Mexicana de 1910, que se desdobra em um projeto nacionalista, desenvolvimentista e industrializador. Mesmo com outro desenrolar, segundo Singer, a Revolução de 1930 implanta um regime desenvolvimentista.

O processo brasileiro de industrialização alcançou na década de 70 níveis altíssimos de crescimento, o que demandou um enorme contingente de mão-de-obra. A urbanização, potencializada a partir desta necessidade, não se fez acompanhar nas cidades da implantação de infra-estrutura básica de educação, moradia, saneamento e transporte. Assim, enorme parcela da classe trabalhadora não foi incorporada ao mercado formal de trabalho, tendo que se amontoar em moradias subnormais (favelas, cortiços, palafitas) e sobreviver sem acesso a bens e serviços.

O processo de avanço da humanidade no mundo denota uma sucessão de ordens sociais. Isso ocorre com o desmonte da ordem social vigente em determinado período e pela exclusão do indivíduo que será posteriormente incluído de outra forma e de acordo com os princípios norteadores da nova ordem social. Assim é que a saída da sociedade brasileira do modelo de produção escravocrata não significou a incorporação da maioria da população escrava à relação de assalariamento, antes foi condição necessária para a criação de um mercado de trabalho que seria ocupado, em grande parte, pelos imigrantes.

Longe de serem distribuídos à população de forma eqüitativa, os benefícios auferidos com o crescimento econômico foram concentrados nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, como podemos observar na **tabela 1**, em que a renda dos 50% mais pobres declinou de 17,7 % em 1960 para 11,9 % em 1990,

enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu de 39,7% em 1960, para 48,7% em 1990<sup>18</sup>.

**Tabela 1 – Distribuição Percentual de Renda entre Pessoas Economicamente Ativas com Rendimento – Brasil – 1960/1990**

<b>Ano</b>	<b>50% mais pobres</b>	<b>10% mais ricos</b>	<b>10% mais pobres</b>
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15,0	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

Fonte: Gonçalves, apud Mattoso, 1999.

A intensidade do crescimento do emprego no pós-Segunda Guerra não se refletiu numa maior regulação institucional e em um perfil menos regressivo da distribuição de renda. A incompletude de nossa sociedade, desde o ponto de vista do assalariamento e com relação à democracia, reflete-se na visão social acerca do trabalho, pois

No Brasil do século XIX a escravidão se manteve até se tornar insustentável e o trabalho, notadamente o trabalho, principalmente o trabalho físico, era visto como uma importante redução de *status*, embora quase todos, inclusive o imperador, se declarassem contrários à escravidão (MATTOSO, 1999, p. 40).

Esta idéia de incompletude parece estar presente também em Telles (2001), ao falar de um processo brasileiro no qual as leis, distintamente dos modelos clássicos, não foram feitas para dissolver, mas para cimentar os privilégios dos

<sup>18</sup> Notar que os 10% mais pobres, segundo a fonte, possuía, em 1990, apenas 0,8% da renda.

donos do poder. Segundo essa autora, não logramos chegar aquele estágio racionalizador característico da modernidade, em função da universalidade das regras, mas ao contrário, nos mantivemos

[...] convivendo com éticas particularistas do mundo privado das relações pessoais que, ao serem projetadas na esfera pública, repõem a hierarquia entre *peessoas* no lugar em que deveria existir a igualdade entre *indivíduos* (TELLES, 2001, p. 20).

Este é o traço definidor de uma incivilidade que perpassa a sociedade brasileira, sendo visível pela prepotência e autoritarismo nas relações de mando e no desrespeito aos direitos da população trabalhadora. Acerca deste fato, diz Telles:

Incivilidade que se ancora num imaginário persistente que fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras da equivalência que a formalidade da lei supõe e o exercício dos direitos deveria concretizar, do que é prova evidente a violência policial [e tantas outras vivenciadas em nosso cotidiano social] que declara publicamente que nem todos são iguais perante a lei e que os mais elementares direitos civis só valem para os que detêm os atributos de respeitabilidade, percebidos como monopólio das “classes superiores”, reservando às “classes baixas” a imposição autoritária da ordem (TELLES, 2001, p. 21).

A incivilidade, assim caracterizada, parece ser o elemento catalisador em função do qual entra em cena o catador de papel, personagem cuja personificação se dá em nosso estudo pela figura de Carolina Maria de Jesus, a quem fomos apresentados por Legaspe (1996). Mas quem foi esta mulher?

Carolina Maria de Jesus foi escritora, poetisa e catadora de papel em São Paulo, na década de 1950. A escritora-catadora, “negra retinta” (MEIHY, 1996, p. 14), foi “descoberta” por Audálio Dantas durante cobertura de um tumulto na favela do Canindé, nos anos 50. No decorrer da matéria, o profissional viu uma mulher negra bradando com arruaceiros que quebravam os balanços das crianças e dizendo que colocaria seus nomes no livro que estava escrevendo. Com enorme curiosidade, o jornalista acompanhou a mulher ao barraco onde ela morava e descobriu escritos feitos e guardados em 37 cadernos usados catados na rua, sendo quase todos de capa dura.

Os escritos de Carolina surgiram, como tudo o mais numa sociedade de mercado, como uma mercadoria, cujo consumo representava símbolo de status, inacessível, portanto à maioria de seus “iguais”. Esta foi uma escritora que, devido à sua origem, não obteve compromisso algum da cultura brasileira em relação ao conjunto de sua obra, a qual, ainda hoje, é desconhecida pela população<sup>19</sup>.

A escritora que saiu da favela serviu como uma metáfora da mobilidade social positiva e até progressista, neste sentido a prova concreta “de uma versão

---

<sup>19</sup> Meihy faz uma listagem da obra de Carolina, indicando, segundo ele, a partir do interesse do consumidor, uma trilogia: *Quarto de Despejo* (1960), livro que teve 90 mil exemplares vendidos, sendo traduzido em 13 idiomas e lido em mais de 44 países, sendo até hoje o mais vendido dos textos brasileiros em países como Estados Unidos, Alemanha e França.; *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961); *Diário de Bitita*, publicado primeiramente na França e, postumamente, em 1986; Exceto esses, todos os demais textos foram pagos pela autora, mas resultaram em fracasso. Além destes títulos, Meihy informa que entre material guardado por Vera Eunice, filha de Carolina há um *song book* cujo título é também quarto de despejo, onde aparecem partituras das músicas de um *long play*. *Acerca desta faceta artística de Carolina*, Meihy apresenta as palavras de seu “descobridor” Audálio Dantas: “Antes da publicação do livro – lembro-me bem – Carolina me falou de uns ‘sambas’ que escrevera em seus cadernos, mas confesso que não dei importância. Um dia, lá no barraco número 9 da rua A, ouvi o José Carlos, a Vera Eunice e o João José cantarolando ‘as músicas que a mãe inventou’. Gostei, mas nada disse, de medo que Carolina ameaçava (ela sempre desejou muita coisa) cantar no rádio” (MEIHY, 1996, p. 36)



tropical do mito da *self made woman*” (MEIHY, 1996, p. 8). A catadora também foi descrita a partir das condições impostas aos miseráveis, filhos excluídos do *desenvolvimentismo* do fim dos anos 50. Assim, “sua experiência pessoal, como faca de dois gumes fatais, atingia pela direita e pela esquerda. Dependia do uso. Uso de seus escritos e de sua imagem” (MEIHY, 1996, p. 9).

Acerca dos usos atribuídos aos dotes intelectuais e vivenciais de Carolina Maria de Jesus, destaco fala de Garcia-Pelayo na obra *Las Transformaciones Del Estado Contemporâneo*:

Pero si bien la burguesía no puede desarrollarse sin un cierto ascenso cultural de las clases trabajadoras, no es menos cierto que la participación de éstas en los bienes culturales es muy limitada, de manera que los trabajadores –al igual que en otra época los campesinos y los artesanos– son los sostenedores económicos (*Hintersassen*) pero no los participantes en la cultura, pues no hay posibilidad de acceso a la cultura, si se carece de medios materiales y de tiempo libre (1996, p. 42).

Para Marx & Engels, (1998), o primeiro pressuposto da existência humana é que o homem deve ter condições de viver para fazer a história, logo

**o primeiro fato histórico** é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; [...] O segundo ponto a examinar é que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é **o primeiro ato histórico** (1998, p. 22-23). [grifo meu]

Para o marxismo, portanto, é a partir deste momento que o homem pode, dialeticamente, chegar à consciência de si e, por meio da práxis, atuar para a

mudança. Porém, essa atuação não se dá como ele quer, pois, historicamente em sua ação está condicionado às relações de produção correspondentes ao estágio evolutivo da força de trabalho. Outro pressuposto importante é a organização coletiva do proletariado, enquanto classe para si, condição em que se encontra toda sua potência transformadora.

Ora, no caso do catador de papel, personificado aqui por Carolina Maria de Jesus, os entraves a uma práxis transformadora eram evidentes, pois nossa catadora-escritora foi mulher só e sozinha, “compondo o perfil de pessoa que não aprendeu a se soldar em coletivos e que não poderia se igualar a *pares* que, aliás, eram *inexistentes*” (MEIHY, 1996, p. 14).

Ao cumprir a atividade de catação como meio de sua sobrevivência individual e familiar, Carolina realiza o *fato histórico primeiro* da categoria dos catadores de papel. Com Marx, postula-se que a ação de “catar” os elementos essenciais à satisfação de suas necessidades e os instrumentos adquiridos na ação – cadernos de capa-dura – conduziram-na a novas necessidades.

Nascia a escritora e representante maior da categoria em tela, pioneira em expressar as condições de vida e realidade do catador. Em sua obra, apreendida aqui como *ato histórico primeiro* de um grupo atuante, vamos encontrar relatos sobre uma atividade, funcional ao modelo brasileiro de projeto desenvolvimento, exercida em péssimas condições.

É em Garcia-Pelayo (1996) que, mais uma vez, busco entender os limites e as possibilidades colocados à atuação de Carolina, como ator relevante para os catadores de papel neste momento da história:

Los bienes materiales se transforman en bienes culturales y, puesto que la burguesía se sustenta en la explotación, <<es una ley de nuestra época que el trabajo de uno se transforma en la cultura de otro>>, a lo que se añade que la defensa de la clase dominante exige limitar y regimentar la difusión de la cultura al mínimo indispensable, pues cada adquisición cultural por parte de los trabajadores es un paso hacia el poder (1996, p. 42-43).

Apesar do elevado grau de precariedade, o exercício da atividade concorria para o encontro e demonstração de solidariedade entre trabalhadores de mundos tão distintos como o do catador e o do operário, quando esse último expressa o sonho de uma luta conjunta em prol de um outro regime. Vejamos o fragmento abaixo:

O saco de papéis estava muito pesado e um operário ajudou-me erguê-lo. Estes dias eu carreguei tanto papel que o meu ombro esquerdo está ferido. Quando eu passava na Avenida Tiradentes, uns operários que saíam da fábrica disse-me.

**Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime** (JESUS apud LEGASPE, 1996, p. 93). [grifo meu]

O desejo de romper com a distinção entre o trabalhador formal e os deserdados do sistema, manifestamente implícito no diálogo citado, estaria sendo colocado em marcha, atualmente, quando se busca estabelecer a bases de uma “outra economia”?

Poderia a produção cultural desta escritora contribuir para a mudança de uma sociedade excludente como a nossa? Ou seria exigir demais de uma catadora de papel, mesmo sendo Carolina Maria de Jesus a mais ilustre representante da categoria?

A preocupação que estas questões encerram podem ser encaminhadas de outra forma:

Desejariam os catadores de papel, na atualidade, adotar outro regime?

Se a resposta for sim, quais as possibilidades desta luta ser feita de forma conjunta com as organizações sindicais combativas?

### **1.3 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: A AÇÃO ESTATAL NOS PROCESSOS DE PROLETARIZAÇÃO DA FORÇA LABORAL**

Segundo Polanyi (1992), o conteúdo comum à atividade econômica é a provisão de bens para a satisfação das necessidades materiais segundo normas institucionais, em contraponto à maximização dos benefícios individuais, contra a idéia de escassez presente nas considerações das correntes formais da ciência econômica. O surgimento do mercado auto-regulado do século XIX está relacionado à atuação de um aparato sócio-político – tendo o Estado como dimensão atuante fundamental nesta ação – e à emergência da dicotomia entre *as esferas econômica*

e *política*. Tal mercado, referido como “moinho satânico”, sempre existiu, embora em momentos anteriores à nossa época ter atuado de forma complementar na vida econômica e social.

A atuação histórica do Estado neste aparato sócio-político foi fundamental para a consolidação da sociedade industrial, organização da classe trabalhadora e constituição de um mercado de trabalho.

Conforme Offe (1991), o Estado nem sempre foi um ente de atuação clara em favor deste ou daquele grupo, e a transformação completa e global da força laboral despossuída em força assalariada ativa, isto é, a passagem da condição de proletário passivo à condição de proletário ativo, não foi e nem é possível sem políticas estatais.

No caso brasileiro, Estado e a sociedade, que excluíram parcela importante dos trabalhadores da relação assalariada, ofereceram o lixo como última fronteira da sobrevivência. Uma agravante foi o sistema de proteção social implementado nos anos de 1930, durante o Estado Novo, que não apontou para sua universalização:

ordenado sobre el trabajo declarado y de acuerdo con criterios muy estritos de reconocimiento profesional, este sistema de protección social produjo un orden social segmentado entre, por un lado, los trabajadores integrados a las reglas formales del trabajo y, por el otro, una gran masa de trabajadores que, pasando del desempleo al trabajo informal, no tienen acceso a las garantías sociales y se encuentran excluidos de los espacios de representación sindical (TELLES, 2003,p. 129).

Na sociedade industrial, coube aos organismos e entidades de representação de classe fazerem a luta na busca dos elementos que permitiriam aos trabalhadores incluírem-se socialmente. No entanto, como no Brasil grande parte da população economicamente ativa (PEA), não teve acesso ao trabalho assalariado, parece correto pensar que os sindicatos cumpriram apenas parte de seus pressupostos para a inclusão da classe trabalhadora, já que não faziam a representação das pessoas que ficaram fora das relações de assalariamento, ou o cumpriram apenas para uma parte dos trabalhadores, notadamente aquela constituída por seus representados do trabalho formal.

Para a enorme parcela da população brasileira não incorporada ao mercado de trabalho, o sindicato não passou, e ainda não passa, de uma ficção<sup>20</sup>. Com a agravante de que o sistema de proteção social varguista reforçara esta tendência excludente, ao não reconhecer a cidadania como status fundante e assentar-se sobre a figura do trabalhador formal.

A dependência, a concentração de renda e a informalidade parecem ser os elementos estruturais que autorizam Legaspe (1996), a afirmar que o modo de

---

<sup>20</sup>Em 29/04/05 participei de evento organizado pelo Instituto Zequinha Barreto <<http://www.zequinhabarreto.org.br>> na cidade de Osasco, onde se discutiu a reforma sindical em curso. Segundo dados oficiais o evento contou com a presença de 80 pessoas que assistiram o debate, entre eles Jorge Luís Martins, o Jorginho da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e Jaci Pinheiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Vestuário – CNTV/CUT. Na ocasião, em resposta à pergunta feita por mim, Jorginho foi taxativo em negar que a reforma sindical vá contemplar o trabalhador sem carteira assinada. Ao contrário, segundo os presentes, a reforma sindical teria a função de aprofundar o caráter elitista da estrutura sindical vigente. Parece ser unânime para a oposição sindical da própria CUT, que a reforma é condição necessária para o aprofundamento do neoliberalismo, via reforma trabalhista que se seguiria ao desmonte das estruturas sindicais combativas. Se hoje parece pouco provável que a organização sindical seja capaz de romper com a distinção formal-informal e potencializar a luta da classe trabalhadora na busca de outro “regime”, que dirá nos tempos em que Carolina catava a vida isoladamente.

produção dos países subdesenvolvidos determinou o estabelecimento de estruturas de reciclagem para a recuperação de matérias-primas em valor e quantidade acessíveis, isto é, baratos e compatíveis com as necessidades das indústrias, sendo as regiões urbanas os espaços apropriados para sua obtenção. Surge, assim, uma cadeia produtiva relacionada ao comércio de sobras de matéria-prima dos processos de produção industrial.

Atualmente, a atividade que possibilita a existência da cadeia da reciclagem, encontra-se intimamente ligada a processos de exclusão social, que associam sutis mecanismos de discriminação étnico-raciais ao descarte do lixo urbano. O seu agente principal é um trabalhador especializado na coleta de matéria-prima reaproveitável, cujo trabalho precário e, via de regra, a fragilidade dos apoios relacionais, o mantêm numa zona de vulnerabilidade (CASTEL, 1997). Assim, A informalidade em franco crescimento, nada mais é que do que um fenômeno amplamente conhecido e vivenciado no Brasil pelos catadores de papel e pelos excluídos de forma geral, em sua maioria oriundos da população negra<sup>21</sup>. Mas, então o que há de novo?

#### **1.4 DIANTE DE IMPASSES, BUSCAM-SE NOVAS SAÍDAS**

O que há de novo, não é exatamente novo. A “novidade” mundial é o crescimento do desemprego num contexto em que a solidariedade social com os

---

<sup>21</sup> Durante o trabalho de campo, e em visita às dependências da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável no Terceiro Festival Lixo e Cidadania, colhi evidências discursivas e materiais de que a afirmação feita deve ser considerada, embora no momento não tenha dados quantitativos para amparar a afirmação.

desempregados foi solapada em sua principal base de sustentação: a busca do pleno emprego<sup>22</sup>. Enquanto vigorou a crença no crescimento econômico sem limites como fator de desenvolvimento tudo ia bem, mas diante das evidências de que o pleno emprego não estava mais no horizonte da sociedade industrial como um compromisso entre as classes, ambos os *segmentos classistas* vão buscar na história os referentes para se adaptarem aos novos tempos. Tanto os *trabalhadores* quanto os *capitalistas*, e mesmo o Estado, enxergam o associativismo como uma possibilidade real.

Claro é que cada um o faz a partir da ótica de sua posição estrutural. Para o capitalista, sujeito às novas regras de competitividade o objetivo é diminuir custos para manter e aumentar o lucro. Ocorre, então a proliferação de um tipo de cooperativa que serve a interesses utilitaristas, como a cooperativa de fachada coligada à empresa (GAIGER, 2000). Esta cooperativa, geralmente organizada por um diretor da empresa que está terceirizando os serviços, salvo raras exceções, é o

---

<sup>22</sup> Conforme Saul (1998), uma primeira transformação a ser considerada é a crise do estado do Bem-estar, ou do modelo Keynesiano de política econômica, e sua substituição pelo modelo do estado mínimo, ou do livre mercado. O autor apresenta duas visões que vão desvincular a idéia de crise econômica de uma tradição equivocada que associou essa crise a uma visão catastrofista:

A primeira é de Altver que procura mostrar que a substituição do modelo Keynesiano foi um processo de transformação desde dentro, num movimento de regeneração do sistema capitalista.

A segunda, de Galbraith, caracteriza a emergência de um novo consenso na condução da política econômica em substituição ao consenso de pós Segunda Guerra, consenso esse fundado em medidas que pretendiam, segundo Galbraith, amenizar as asperezas do capitalismo.

As idéias que sustentavam esse consenso são alvo de ataques que se intensificam a partir de meados dos anos 60, com poderosa fundamentação teórica que invocou em seu apoio a tradição centenária de economia clássica e neoclássica, cuja linha de ação era deixar toda a decisão econômica a cargo do mercado livremente competitivo.

São feitos diagnósticos acerca da atuação estatal e a incapacidade governamental em lutar contra a inflação, e o desemprego é apresentado como deficiência fundamental e decisiva.

Afirma-se, então, um novo paradigma de atuação econômica por meio de três aspectos, inferidos de seus desdobramentos posteriores:

1. concepção da economia como interação entre sujeitos econômicos, onde o equilíbrio é a norma, cuja recomposição é natural e se dá sem intervenção estranhas ao mercado.
2. neutralidade do Estado em relação à conjuntura econômica
3. revogação do compromisso social e político característico do estado de Bem-estar



único meio para os trabalhadores demitidos serem recontratados<sup>23</sup>. Para o trabalhador, a questão é garantir a sobrevivência imediata em face da pauperização<sup>24</sup>. Na maioria das vezes sua adesão ao cooperativismo se dá para garantir o posto de trabalho ou para voltar a um mercado cada vez mais seletivo.

Segundo Icaza (2004), nos anos de 1990 evidencia-se a crise do modelo fordista. Tal fato abala a crença na expansão do modelo industrial como forma de absorver os “trabalhadores por conta própria” - definidos como aqueles que não tinham conseguido inserir-se no mercado formal e cujo horizonte de luta era (i) a demanda de políticas de empregos para o Estado e (ii) a ampliação do acesso a direitos sociais, como saúde, educação e moradia.

É no contexto da recessão que se “generalizam as assim chamadas “experiências de geração de trabalho e renda”, muito articuladas com estratégias de sobrevivência familiares e comunitárias” (ICAZA, 2004, p. 28). Sua disseminação se

---

<sup>23</sup> Para ilustrar, narro um fato ocorrido na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade de São Paulo (USP). No ano de 1999, quando fazia curso de formador em cooperativismo, esta entidade foi procurada por técnicos da empresa estatal Telecomunicações de São Paulo (TELESP), em vias de ser privatizada e que estava “convidando” seus trabalhadores a se tornarem associados de uma cooperativa ali formada.

Os trabalhadores que constituíam um grupo de técnicos com elevada especialização contataram a ITCP/USP e passaram a empreender ações que com isso mudaram a correlação de forças, pois uma ação do governo federal através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), determinou que toda e qualquer recontração de um demitido por aquela empresa deveria ser feita pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Apesar de terem obtido esta “vantagem” e serem recontratados conforme as regras formais, os trabalhadores aderem à cooperativa por enxergarem as potencialidades do modelo, mas também devido ao fato de que a organização ampliava as possibilidades de se colocarem no mercado graças à formação diferenciada. Na ocasião trabalhei como formador no grupo que a ITCP organizou para fazer a formação em cooperativismo e apoiar o processo de legalização do grupo, que veio a se chamar Cooperativa de Trabalho Multiprofissional em Telecomunicações (Coopernossa) [coopernossa@yahoo.com.br](mailto:coopernossa@yahoo.com.br).

<sup>24</sup> A sociedade brasileira, caracteristicamente distante da sociedade do trabalho preconizada por Robert Castel, atendeu aos reclamos da globalização operando uma reestruturação produtiva que resignificou o imenso mercado informal, antes sinal de atraso e da condição de país subdesenvolvido, como *símbolo de modernidade* onde “os direitos do trabalho limitados e frágeis, são estigmatizados como privilégios anacrônicos” (TELLES, 2003, p. 130).

dá por meio de iniciativas organizadas por parte de diversos atores sociais, tais como trabalhadores desempregados e precários e estudantes, na estruturação de empreendimentos cooperativos e associativos que recebem

diversos apoios em termos de políticas públicas, bem como de organizações não-governamentais [...], mesmo que ainda com uma visão preconceituosa e pouco arrojada. [mas] É preciso colocar a centralidade do trabalho para restaurar a dignidade, os laços de sociabilidade e de identidade da maioria da população. Isso só é possível com a criação de novas estruturas econômicas pelas mãos de políticas inovadoras... (RECH e VEIGA, 2001, p. 97).

É importante notar que, na estruturação deste capítulo e na busca de responder à pergunta que encerrou o item anterior, fez-se uso de um retrospecto histórico que não se deve avaliar pela narrativa, mas sim como artifício heurístico, (construção do conhecimento), para destacar a lógica que vai determinar o aparecimento ou a construção de práticas sociais associativas diferenciadas do “cooperativismo” oficial e com características de solidariedade, resultante de relações de vizinhança nas zonas urbanas mais problemáticas e menos atendidas pelos serviços públicos<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> É neste contexto que surge a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo - ITCP/USP, local onde iniciei minha formação em cooperativismo. A partir disso, inspirado pela “nova doutrina”, propus à prefeitura da cidade de Osasco a formação de uma cooperativa que retirasse os catadores de papel da informalidade. Sob o título *Associativismo Cooperativo e Meio Ambiente: gerando renda e reciclando atitudes*. A proposta inovadora, não aceita pela prefeitura, pretendia ir além da reciclagem dos resíduos e chegar às atitudes dos agentes locais envolvidos na questão, a saber: catadores, moradores, lideranças, cidadão consumidor, instituições públicas e religiosas. Destaque-se o curso pré-vestibular, experiência de caráter étnico-racial desenvolvida na cidade de Osasco e que foi organizada e oferecida pelo núcleo Conjunto dos Metalúrgicos e pela *EDUCAFRO* – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes <<http://www.educafro.org.br/>> do qual participei, no ano de 2001, como professor militante da disciplina Cidadania.

## CAPÍTULO 2

### 2. FACETAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DO ASSOCIATIVISMO NOS ANOS 90

No capítulo anterior, crise, recessão e as transformações que afetam o mundo do trabalho desde os anos 90 foram apresentados como elementos cruciais na composição de uma conjuntura que concorreu para o surgimento de experiências de geração de trabalho e renda. Este capítulo apresenta os diferentes registros que norteiam o avanço de experiências de geração de trabalho e renda, notadamente aquelas organizadas, mas não só, em torno da sobrevivência e por melhor qualidade de vida.

Com isso, objetiva-se aclarar as distintas visões que concorrem para a estruturação Latino-americana de uma “outra economia”, como resultado de ações que visam estabelecer solidariedade já durante a etapa de produção e não somente a posteriori pela ação do Estado, por exemplo, na redistribuição de renda.

O termo a outra economia serve de título a uma publicação<sup>26</sup> que reúne 41 verbetes elaborados a partir de horizontes teóricos, políticos e sociais distintos, mas

---

<sup>26</sup> A obra lançada em 2003 pela editora Veraz foi organizada por Antonio Davi Cattani, professor do departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

compromissados com a reflexão crítica e com a construção do conhecimento sobre as formas mais avançadas da produção social.

O capítulo retoma a questão da disseminação da consciência ambiental e apresenta parte da produção científica relevante para o tema dos resíduos sólidos urbanos. Salienta-se que esses trabalhos, embora ocorram concomitantemente, não incorporam a temática da economia solidária que, ao menos inicialmente, é motivo de chacota<sup>27</sup>. Por último, aponta-se os limites e as possibilidades da democracia e da participação cidadã para contribuir na transformação das atuais condições de produção e reprodução da vida de todos.

---

<sup>27</sup> Durante parte dos anos de 2000 e 2001, participei de equipe de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas que tratava do tema dos resíduos sólidos propondo a formação de cooperativa de catadores de papel. As lembranças deste período de trabalho são significativas para mim, pois como grande parte dos pesquisadores do IPT desconheciam, ou melhor, não acreditavam nas possibilidades de uma economia solidária, durante as reuniões, na ocorrência do uso do termo as atitudes eram irônicas e extensivas ao catador de papel, causando-me grande sofrimento já que havia sido um deles em minha adolescência. Como procurava defender uma visão positiva deste ator social e sendo o único membro da equipe que interagira com atores da economia solidária, parece que minha posição incomodava, pois além de tudo estava ali como resultado de uma readaptação em face de ter adquirido asma ocupacional. Ao meu ver, ambas as situações se sobrepujaram negativamente para mim. Penso isso quando lembro ter ouvido muitas vezes em alto e bom som nas diversas reuniões de trabalho, a seguinte frase: “Pô, de novo discutir esse tema? Catador, economia solidária; se fosse para discutir o envelhecimento de meu uísque, aí sim seria bom.” Permaneci no IPT enquanto pude, mas saí para me dedicar aos grupos de reciclagem, acreditando ter sido alvo de assédio moral, já que se tornou insuportável minha continuidade diante das péssimas condições de trabalho, diga-se de passagem amplamente documentada por mim, ofertadas pela empresa. A publicação resultante do trabalho foi um documento no qual apareço como colaborador cujo título é: IPT/SEBRAE, 2003. *Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: guia para implantação / coordenação: Roberto Domenico Lajolo – São Paulo, (Publicação IPT 2952)*. Os bastidores referentes à realização deste trabalho oferecem, ao meu ver, possibilidades de se pensar a questão da escassez dos recursos, ou a ideologia de que eles não existem, pois a equipe possuía um orçamento de R\$ 8000.000,00 (oitocentos mil reais) para estruturar 4 empreendimentos de coleta seletiva, mas somente consegui dar conta de dois. Como membro, à época, do Fórum Recicla São Paulo, articulei uma reunião das entidades de coleta seletiva com a equipe de pesquisa e o SEBRAE. As entidades reivindicavam parte deste orçamento, mais precisamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para dotar entidades de coleta seletiva das 4 (quatro regiões) da cidade de São Paulo de infraestrutura compatível com as necessidades de trabalho. As respostas foram de que não havia dinheiro. Penso que tal montante de recursos, nas mãos de grupos de catadores e de comunidades autônomas e comprometidas com a mudança, devidamente acompanhadas por técnicos capazes e sem preconceitos, geraria benefícios qualitativa e quantitativamente maiores a um custo menor e de forma radicalmente transformadora do *status quo* vigente.

## 2.1 DIFERENTES REGISTROS DO FAZER SÓCIO-ECONÔMICO

Neste ponto é importante fazer referência à globalização como fenômeno que afeta, de diferentes formas e graus, vários continentes e diversos países, chamando atenção ao fato de que um dos consensos que parece se estabelecer está ligado ao próprio termo que define o processo de internacionalização da economia.

Rattner (1999), ao discutir a questão, fala de um processo com ênfase nos aspectos econômicos que tem como principais atores as corporações transnacionais em um contexto no qual o domínio das tecnologias de informática e de comunicação, por parte de grupos hegemônicos, oferece ao capital financeiro condições de estar em todos os cantos do mundo, notadamente nos países “emergentes”, em busca do lucro fácil.

Basicamente, esta é uma das razões, mas não a única, do enfraquecimento da capacidade do Estado Nacional em regular a avidez do mercado e, contraditoriamente, coloca-o como um facilitador para a derrubada dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

Em diversos países da América Latina, porém, devemos ter em conta que um dos efeitos da globalização foi o de desnudar relações que permitem apreender o grau de integração social de países que não tratam adequadamente as sobras de

seus processos de consumo, bem como observar pessoas que não mais interessam como parte do exército de reserva de mão-de-obra e são descartadas pelo sistema e se transformam em “lixo humano”<sup>28</sup>.

Isso demonstra que o capitalismo, no atual estágio, pode viver sem uma enorme parcela da população, que se tornou redundante como produtor e como consumidor, na medida em que seu poder aquisitivo só lhes permite sair às ruas para “ver vitrines” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 333)<sup>29</sup>.

Este é o cenário para a multiplicação, no Brasil, de cooperativas urbanas e do cooperativismo como reinvenção (SINGER, 2000, p. 11). Diante da citada excrecência dos processos de exclusão social, dialeticamente problema e possibilidade<sup>30</sup>, o cooperativismo incorpora como virtude uma dupla dimensão: 1ª) possibilitar a organização de desempregados e 2ª) representar alternativa às relações de produção capitalista.

---

<sup>28</sup> Este trecho expressa fala de Paul Singer que, durante palestra para grupos de coleta seletiva em São Paulo, falou sobre o fato de que o sistema capitalista produz, além do lixo material como sobra dos processos de produção e consumo, também o lixo humano na medida em que descarta enorme quantidade da Força de Trabalho. Workshop Cooperativas de Reciclagem - Instituto Pólis/SP (2001)

<sup>29</sup> Rodriguez estuda os recicladores da Colômbia e explicita o fato de que, apesar de terem obtido algum logro em suas atividades, estes trabalhadores enfrentam forte discriminação social sendo tratados como descartáveis, à semelhança do material com o qual trabalham. E sua justificativa para tratar o tema é a seguinte:

- (i) a visibilidade que a atividade de catar lixo confere aos processos de exclusão social,
- (ii) o fato de que tais iniciativas buscaram estruturar-se em pleno processo de globalização e
- (iii) por se manterem ativas num momento em que o Estado privatiza os serviços de coleta de lixo, de limpeza e em alguns casos até mesmo o recolhimento de recicláveis.

Mas, segundo o autor e, não obstante o processo de exclusão social, os excluídos resistem individual e coletivamente, implementando desde estratégias de sobrevivência até projetos nacionais e globais de oposição, passando por ações locais.

<sup>30</sup> Problema, pois a precarização acentua-se dia-a-dia; e possibilidades, pois (i) o grupo daqueles que nunca chegaram a ter acesso ao mercado formal de trabalho, atualmente é engrossado por pessoas bem formadas, intelectuais e toda sorte de profissionais não “produtivos” de diversas áreas e (ii) e jovens universitários recém formados, intelectuais e técnicos -mão-de-obra especializada.

Desta dupla virtude parece derivar a capacidade das experiências de geração de trabalho e renda em meio urbano de qualificar o cooperativismo a partir do acréscimo do adjetivo “novo”.

O fenômeno expande-se apoiado nas ações de caráter teórico-prático reunidas sob a doutrina do “novo cooperativismo”. Acredito que o uso do termo se justifique para além dos aspectos da tradição e da novidade, pois, em boa medida, o cooperativismo como também a consciência da possibilidade de organização legal, é de fato, para certos grupos sociais como os catadores de papel, uma real “descoberta”.

As ações, inicialmente colocadas “na larga vala do reformismo” (ICAZA, 2004, p. 28), têm seu surgimento creditado à “própria excrescência dos processos de exclusão social, mais agudos no terceiro mundo” (TIRIBA, 2001, p. 345).

Não obstante, avançam em número e em qualidade, configurando espaços para a construção de alternativas econômicas de nova racionalidade<sup>31</sup>, fato que concorre para a mudança da visão negativa do setor informal, resultando no surgimento de visões propositivas que são reunidas sob o “conceito de “economia popular” (ICAZA, 2004, p. 28).

---

<sup>31</sup> Dois exemplos de cooperativas gestadas e formadas na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP servem para ilustrar o que foi dito. Uma primeira é a Cooperbrilha, cooperativa formada por moradores desempregados do entorno da Universidade de São Paulo e a Verso Cooperativa de Psicólogos formada por jovens recém formados que não queriam entrar numa relação capitalista de trabalho.

## **2.2 BRASIL E ARGENTINA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES À OUTRA ECONOMIA**

### **2.2.1 Economia Solidária no Brasil: ações da Universidade de São Paulo**

Para uma efetiva apresentação do conceito de economia solidária e na busca de caracterizar, minimamente, a emergência, disseminação, enriquecimento e os usos do termo, convém atentarmos ao alerta de Gaiger (2004) acerca dos aspectos gerais e particulares no surgimento das experiências de geração de trabalho e renda. Diz esse autor:

Em suma, conviria distinguir, segundo a sua natureza e o seu sentido, os diferentes fatores que intervêm, de modo geral e em cada situação particular, favorecendo o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários (GAIGER, 2004, p. 380).

Esta consideração é importante por dois motivos. Primeiro, porque neste trabalho irei investigar fatores ligados a um contexto particular, delimitado e característico de uma ação inovadora, porque alia soluções ambientais ao associativismo, e que é desenvolvida na periferia de Osasco, cidade localizada na região metropolitana de São Paulo.

Segundo, porque, ainda que brevemente, aponto questões particulares que, ao meu ver, contribuíram em grande parte para o surgimento da economia solidária como proposta teórico-metodológica e prática de tratar a economia na Universidade de São Paulo e como ação institucionalizadora, via política pública em nível federal,



através da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SESNAE) do Ministério do Trabalho e Emprego sob a orientação de Paul Singer.

A participação de Singer, até a criação da SENAES, logrou qualificar as discussões e ações, organizadas com intensa participação dos movimentos sociais, intelectuais, universidades e entidades de apoio, que vinham ocorrendo, ao longo da década de 90, em diferentes estados brasileiros, como são os casos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, vale destacar, entre outras, a atuação da Cáritas, entidade de apoio de âmbito nacional, bem como a existência de ações inovadoras, tais como estudo feito pelo Grupo de Pesquisa Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em 1996, durante o Encontro de Experiências Alternativas de Organização Popular. A pesquisa reuniu experiências de geração de renda de todo o Estado, bem como entidades de mediação; No Rio de Janeiro, as ações datam de 1995, como fruto da atuação de diversas entidades da sociedade civil e resultam na constituição da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) como projeto de extensão da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/ UFRJ)<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Informações obtidas nos arquivos URL: <http://www.ecosol.org.br/hist%F3rico.htm> e <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>, Acesso em: 12 jul. 2005.

A instituição da Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares da universidade de São Paulo (ITCP/USP) e as ações (teórico-metodológicas e práticas) surgem no contexto da crise, mas também em larga medida como forma de “tratamento” de conflitos aprofundados depois da colocação do muro em torno do campus da cidade universitária, que à época era amplamente utilizada pela população da região.

A população tendo pouco ou nenhum acesso a bens e serviços sociais, elegia e utilizava o local para seu lazer. O “cercamento” da universidade ocorre no meio da década de 90, mais precisamente a partir de 1995 sob o argumento de que se deveria conter abusos. Importante que se destaque matéria publicada pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), em dezembro de 2004<sup>33</sup>, que faz referência ao tema:

[...] Mas no campus, em um bairro estritamente residencial, longe do vaivém do centro, dezenas de carros tentando passar por um único **portãozinho**... Bem, aqui parece ter alguém tentando, diariamente, desafiar na prática a lei física segundo a qual **dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo**. [como solução a proposta]

Para o próximo ano, o prefeito Martins promete corrigir esses defeitos de circulação. Pretende cercar o campus com um muro de 2,60 metros de altura e manter três saídas sob vigilância controlada: a principal, a da Jaguaré e outra próxima à veterinária [...]

**“Vamos finalmente tomar posse do campus”**, anuncia o prof. Martins, na esperança de conter o lento processo de degradação que o excesso de visitação descontrolada vem impondo ao lugar” (Revista Adusp, 1994, p. 38). [grifo meu]

---

<sup>33</sup> Zanotti, Carlos A. Espeto de Pau. Revista adusp, dez. 1994, pp.38-40. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/01/r01.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2005.

As palavras e expressões grifadas dão idéia da linguagem apelativa e de certa forma caracterizadora dos “coitadinhos” que circulam pela Universidade de São Paulo com o seu “**único portãozinho**” ou com a garantia, via muro, de “**finalmente tomar posse do campus**”.

Ora, a linguagem usada e o apelo às leis da física somente querem estabelecer legalmente o isolamento de fato que a grande maioria da população do entorno da USP vivencia em relação a tudo, principalmente o conhecimento, o que é produzido – com recursos do Estado Brasileiro – naquele centro de excelência. O que veio depois era facilmente previsível, pois houve uma série de acidentes com jovens de assentamentos habitacionais próximos que, diante da impossibilidade de usar a área, passam a “invadir” o campus para, por exemplo, nadar na raia olímpica. A resposta da universidade é o Projeto Avizinhar<sup>34</sup> que busca

Estabelecer uma relação de respeito mútuo entre a Universidade de São Paulo e as comunidades carentes próximas do campus, para colher benefícios também mútuos. Dessa filosofia simples e objetiva nasceu o Projeto Avizinhar, buscando reduzir a exclusão social e oferecer novas perspectivas de vida à população de baixa renda próxima à Universidade.

A ação que reúne a comunidade uspiana, a iniciativa privada, órgãos públicos e organizações não-governamentais, foi organizada pela Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE) da USP. À época, o projeto Avizinhar focava a população residente no Jardim São Remo, no Jaguaré, e a Comunidade 1º de Maio, na cidade de Carapicuíba, ambas

---

<sup>34</sup> Disponível em: <[http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1999/jusp464/manchet/rep\\_res/boxesp.html](http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1999/jusp464/manchet/rep_res/boxesp.html)> Acesso em: 27 jul. 2005.

comunidades localizadas no entorno imediato, região Oeste da Grande São Paulo.

Importante destaque do programa é

[...] o Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, destinado a residentes do conjunto habitacional de Poá, e que pretende formar cooperativas de trabalhadores desempregados junto às comunidades carentes, através da cooperação da Universidade e da capacitação profissional dos interessados. Sob a coordenação acadêmica do professor Paul Singer, o projeto é financiado pela Caixa Econômica Federal. "A USP, sensibilizada pela problemática do desemprego, vai assessorar os trabalhadores, estimulando formas alternativas para a geração de emprego e renda dos participantes", explica Eduardo Barbosa, um dos responsáveis pela iniciativa. "A experiência poderá ainda ser estendida para outros conjuntos habitacionais".

Entendo que uma grande parte da “motivação” para a introdução da USP na luta por uma outra economia, logrando a participação fundamental de Paul Singer, foram reativas e se deram em decorrência das ações dos pobres<sup>35</sup> do entorno, que, ao saltarem os muros da universidade, davam clara manifestação de sua resistência e luta para diminuir a distância entre o conhecimento e o povo.

### **2.2.2 A Economia do Trabalho na Argentina: ações da Universidad Nacional General Sarmiento**

A estratégia oficial no aprofundamento do neoliberalismo, durante a década de 90 por toda a América Latina, foi a um só tempo problema e possibilidade para a

---

<sup>35</sup> O termo pobre é utilizado aqui pelo fato de que, ao meu ver, sempre que evocada a questão de se a economia solidária é de pobres e para pobres, as respostas muitas vezes deixam-me pensando que há uma confusão entre o pobre, o ser humano, e a pobreza, condição social da grande parte da população brasileira. Se assim for, tal visão obstaculiza o fato importante de que os pobres são atores sociais fundamentais para a implementação de qualquer alternativa ao capitalismo, haja vista sua criatividade na vida cotidiana.

emergência de ações inovadoras, por parte da sociedade civil – movimentos sociais, trabalhadores, intelectuais, universidades –, no campo da Economia. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, por exemplo, no “cercamento” do campus universitário da USP para impedir a entrada dos indesejáveis, na Argentina, ao invés de ser isolada, a universidade pública é mandada à periferia.

Isso ocorre com a Universidad Nacional General Sarmiento (UNGS). Criada pela lei 24.082 do Poder Executivo em 20 de maio de 1992, a UNGS data sua fundação em 1993 e o início das atividades acadêmicas em 1995. A Instituição tem seu campus situado na localidade de Los Polvorines, em San Miguel, conurbano Bonaerense que dista cerca de uma hora de automóvel da cidade de Buenos Aires.

Sua localização periférica na Grande Buenos Aires deve ser compreendida, em parte, a partir do processo de descentralização impulsionado pelo Governo Menen como forma de desmobilização das capacidades intelectuais combativas formadas pela Universidad de Buenos Aires – UBA. Explica-se, também, pela visão e luta de um grupo, no qual se inclui José Luis Coraggio, para inserção social de instituições desta natureza, desde uma perspectiva crítica dos problemas que afetam a sociedade e na busca de alternativas de ação para um outro modelo de desenvolvimento social. O que seria um problema foi apreendido como oportunidade para um “outro fazer acadêmico”<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Estas informações foram levantadas junto a diversas fontes durante meu estágio ocorrido na Maestria en Economía Social da Universidad Nacional General Sarmiento, no período compreendido entre fevereiro e maio de 2004. Apesar de não serem conclusivas, a inclusão destas informações

Com o intuito de responder simultaneamente às necessidades concretas que postulam o desenvolvimento industrial, a problemática urbana e a formação de capacidades básicas, a Universidade adotou uma estrutura acadêmica conformada por Institutos e Centros, tendo como ponto alto a *Maestría en Economía Social* (MAES).

Com duração de dois anos, o Mestrado em Economia Social representa uma proposta concreta de pesquisa-ação como meio de fazer frente à “nova questão social”, via desenvolvimento de estratégias na promoção direta de alternativas solidárias de produção e reprodução, centradas no trabalho e no reconhecimento do direito ao atendimento de necessidades socialmente legítimas. Vai além, pois integra diversas experiências e modelos de empresas sociais em um mesmo marco de investigação-ação orientado pelo objetivo de alcançar a Reprodução Ampliada da Vida de todos<sup>37</sup>.

A proposta visa atender a demandas de homens e mulheres que, atuando na satisfação de suas necessidades, estabelecem distintas modalidades socioeconômicas de produção e reprodução da vida. Através de suas ações, homens e mulheres instituem diferentes práticas e estratégias para a obtenção de recursos materiais, culturais e simbólicos imprescindíveis na manutenção de seus locais de moradia. Estes locais são identificados na proposta da economia do

---

pode iniciar uma discussão positiva acerca das estratégias de controle por parte de governos contrários à ação de intelectuais acadêmicos comprometidos com transformações sociais que beneficiem as classes trabalhadoras.

<sup>37</sup> Este conceito ocupa lugar central na obra de Coraggio na medida em que se constitui em horizonte, na proposta, para economia do trabalho. CORAGGIO, José Luis. El Trabajo desde la perspectiva de la economía popular”. In: Economía Popular Urbana: Una Nueva perspectiva para el desarrollo local. Programa de Desarrollo Local, Cartilla 1. ICO – UNGS. General Sarmiento, 1998.

trabalho como *Unidades Domésticas* (UD) que, ampliadas para incorporar relações e extensões para além do espaço familiar imediato, conformam ou não redes solidárias com outros empreendimentos – cooperativas, micro-empresas, etc. – na e para a realização do Fundo de Trabalho<sup>38</sup>.

Tal sistema de produção e reprodução da vida passa, assim, a expressar relações econômicas características de uma “outra economia”<sup>39</sup>, cujo potencial pode contribuir para o desenvolvimento de formas dignas de inserção social pautadas pela cooperação solidária entre os trabalhadores. Assim sendo, a MAES representa a cristalização de uma estratégia acadêmico-social efetiva na formação de pesquisadores e técnicos, desta maneira desenvolvendo conhecimento crítico capaz de contribuir na institucionalização de formas ainda embrionárias de produção e reprodução da vida, sem descuidar da presença do Estado para a expansão e garantia dos direitos<sup>40</sup>.

A *Maestría en Economía Social* apresenta a economia popular como componente estrutural das economias capitalistas e como emergente diante da crise, e também se discute sua fenomenologia, instituições e valores. As disciplinas *Economía del trabajo* e *Modelos de política social y sus relaciones con la economía social*, fundamentais para a efetividade da proposta, aprofundam o entendimento da

---

<sup>38</sup> CORAGGIO, Jose Luis. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antônio (org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

<sup>39</sup> CATTANI, Antônio (org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

<sup>40</sup> Chamo atenção para as disciplinas (i) *Economía del Trabajo* e (ii) *Modelos de política social y sus relaciones con la economía social*, ambas oferecidas no terceiro trimestre do curso e das quais participei durante a vigência de bolsa sanduíche no período de fevereiro a maio de 2004.

proposta e realizam a conexão entre a “outra economia” e a temática das “políticas públicas”<sup>41</sup>.

Perguntas, ao meu ver, fundamentais nesta etapa, são questionamentos, feitos pelos docentes, a respeito do controle da sociedade sobre a economia capitalista e seus pressupostos e sobre o alcance das propostas desta “outra economia”:

Devemos inscrustar a economia nesta sociedade? Ao encaminhar a resposta, Coraggio faz uma crítica aos padrões de comportamento, comuns ao ambiente acadêmico, em torno do fato “novo”, da “outra economia”, e afirma que sua promoção, debate e teorização se dão nas condições vigentes e a partir das quais, por exemplo, se disputam recursos que vão viabilizar as pesquisas.

A seguir, parte-se de uma noção rica de política social<sup>42</sup>, para perguntar: Qual o sujeito destinatário desta(s) outra(s) economia(s)? Esse questionamento

---

<sup>41</sup> A disciplina *Economía del Trabajo* tem como docente o Professor Dr. José Luis Coraggio, atual diretor acadêmico do programa e ex-reitor da UNGS. A disciplina *Modelos de política social e sus relaciones con la economía social* tem como docente Claudia Danani, professora que compõe o Comitê Acadêmico, especialista em Planificação e Gestão de Políticas Sociais e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e discute os "problemas sociais" como problemas de intervenção: seu desenvolvimento e significado; a produção social das condições de vida; a política pública e o problema da produção e reprodução da vida social.

<sup>42</sup> “*las políticas sociales hacen sociedad...o sociedades, según sean los principios que las orientan. [...] las políticas sociales [son] aquellas específicas intervenciones sociales del Estado que se orientan (en el sentido de que producen y moldean) directamente a las condiciones de vida y de reproducción de la vida de distintos sectores y grupos sociales, y que lo hacen operando especialmente en el momento de la distribución secundario del ingreso. En este último aspecto, ello significa que lo que las distingue es que ese proceso de configuración no obra en el circuito de la producción, por la vía de la retribución a los factores (distribución primaria), sino por mecanismos de redistribución que se superponen (o, antes bien, solo analíticamente distinguibles de aquella, pero tampoco idénticos). Esto me permite postular la (siempre relativa, pero creo que analíticamente necesaria) discriminación entre políticas sociales y aquellas políticas inmediata y tradicionalmente reconocidas como económicas y, parcialmente, entre políticas sociales y políticas laborales en sentido general (ya que*



desperta o pensamento para o alcance das propostas e seu grau de universalização: O destinatário é o excluído, o trabalhador ou o cidadão? Isso é, as propostas possuem potencial universalizador, ou estão confinadas no campo das políticas compensatórias?

### **2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DO TRABALHO: registros complementares**

Para destacar fatores complementares entre as economias solidária e do trabalho, passo à caracterização de alguns conceitos-chave e a indicação de obras importantes desses importantes registros latino-americanos do fazer sócio-econômico popular alternativo.

#### **2.3.1 Economia solidária**

Singer (2003) reúne sob o conceito de *economia solidária* uma série de organizações de produtores, consumidores, poupadores, entre outros, que se distinguem em suas ações por (i) estimularem a solidariedade entre seus membros mediante a autogestão, e pela (ii) prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos menos favorecidos. Na condição de

---

estas últimas, al regular *directamente* los ingresos del capital y el trabajo, se desenvuelven *principalmente* en la esfera de la distribución primária)" (DANANI, 2004, p. 11-12).

reconhecido defensor da cooperativa<sup>43</sup>, o economista vê esta forma de organização socioeconômica como um fator altamente positivo<sup>44</sup>.

Gaiger (2003), com base na análise marxista do capitalismo centrada nas relações de produção, afirma que a associação de uma dada alternativa de produção a um modo de produção requer evidências de que, no modelo em pauta, “tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas” (p.193).

Este autor coloca luz na discussão qualificando o empreendimento solidário “como expressão de uma forma social de produção específica”, e alertando para o fato de que apesar da economia solidária não reproduzir em seu seio as relações

---

<sup>43</sup> Singer (1998) data o surgimento do sistema cooperativo há mais de 200 anos como fruto da articulação de trabalhadores contra a destruição de seu modo de vida pela Revolução Industrial. Demonstra que Robert Owen (1770-1858) fundou o cooperativismo clássico baseado numa doutrina que propunha o fim da miséria e a garantia de uma vida digna a todos, via utilização das forças produtivas proporcionadas pelas máquinas.

O autor nos faz chegar o fato de que em meados da década de 1840, em Rochdale, cidade industrial próxima de Manchester, Inglaterra, nasceu a *Society of Equitable Pionners*, possivelmente motivada por uma longa e mal sucedida greve de tecelões; destaca que o primeiro passo da Sociedade dos Pioneiros – criação de um armazém cooperativo – foi acompanhado por uma inovação na adoção de oito regras que determinariam desde a forma democrática de gestão de governo, a distribuição das sobras, a venda de produtos puros e de qualidade, a educação continuada dos sócios nos princípios do cooperativismo até a neutralidade político-religiosa da sociedade, antes dispersas, na composição de um código regulador das organizações cooperativas. Nascia assim o cooperativismo moderno.

A cooperação é vista como tendo surgido no Brasil no ano de 1610 com as primeiras reduções jesuíticas, mas o cooperativismo organizado como cooperativa apareceu no ano de 1891 com o surgimento, na cidade de Limeira/SP, da Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Desde então, os vários segmentos desenvolvidos manifestaram “uma evolução contínua até 1960, quando alguns ramos entraram em crise, como foi o caso das cooperativas de consumo e de crédito. Hoje, após a carta magna de 1988, o cooperativismo urbano é o que mais cresce, notadamente nos setores de saúde, do trabalho e da habitação” (PERIUS e SCHMIDT, 2003, p. 65).

<sup>44</sup> Alternativas: os donos são os trabalhadores. Revista Fórum. Outro Mundo em Debate. N. 1, agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/Revista/1/cooperativas.htm>> Acesso em: 10 out. 2004.

capitalistas, no atual estágio do conhecimento, ela sequer elimina ou mesmo ameaça a hegemonia do modo de produção capitalista (p. 194).

Apesar dos calorosos debates acadêmicos, a difusão das experiências segue por caminhos os mais diversos que vão desde as ações dos trabalhadores propriamente dito, passando pela atuação de entidades de apoio, de intelectuais e universidades na estruturação de importantes linhas de pesquisas, na produção de obras destacadas, bem como na organização de espaços e fóruns de debates.

### **2.3.2 Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG)**

Esta seção vai destacar algumas das experiências mais importantes, ao meu ver, na constituição dos vários caminhos que pretendem levar os trabalhadores participantes a instituírem novas relações socioeconômicas.

Na defesa dos direitos dos trabalhadores, o movimento sindical urbano instituiu ações que levaram a um modelo de intervenção prática na reestruturação de firmas quebradas ou falidas, conhecidas como empresas recuperadas. Isso é feito pela Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), fundada em maio de 1994, e que segundo NAKANO & VIEITZ (2004), teve como elementos desencadeadores de sua ação (i) a preservação da indústria e do emprego por meio da formação de empresas de autogestão e (ii) a discussão de alternativas através do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), órgão de apoio às ações sindicais.

### 2.3.3 Economia do trabalho

Esta economia dos setores populares (Kraychete, G. et al., 2000), contudo, na qual a mulher é protagonista ativa, extrapola a nação, sendo amplamente discutida no continente Latino-americano. Isso ocorre, por exemplo, com Coraggio, que vê possibilidade de se

[...] chegar a um sistema misto, composto de três subsistemas, um dos quais é o conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores. **A este, nós vamos chamar de economia do trabalho, porque está centralizada no trabalho como seu principal recurso, ainda que não seja o único.** Um subsistema cuja lógica não é a da acumulação nem do capital monetário nem do capital político, mas do capital humano: a reprodução ampliada da vida de todos (CORAGGIO, 2000, p. 112). [grifo meu]

Mais tarde Coraggio (2003, p.88-96) realiza uma “arqueologia” das formas de produção voltadas à reprodução da vida, sendo taxativo acerca do momento de superação do processo de fragmentação, resultante da massiva desocupação e precarização das cadeias produtivas que atinge a classe trabalhadora da América Latina. Para ele:

Esse processo já começa a ser revertido por meio da reunificação – não sabemos quão durável – de movimentos de desempregados, dos sem-terra, de trabalhadores assalariados e de por conta própria, assim como de poupadores ou de pequenos proprietários ameaçados de expropriação pelo capital (Coraggio, 2003, p.95).

Acrescentaria à citação acima a categoria dos catadores de papel, que em seu trajeto organizativo começa a compor, no campo da *Economia Popular Solidária*

ou da *Economia do Trabalho*, uma interessante alternativa de trabalho e renda. Porém, essas ações, ainda, destinadas à sobrevivência, carecem de acesso a outros bens e serviços fundamentais à vida, tais como saúde e educação. O fundamental do processo, contudo, é “recuperar espaços de sociabilidade e contenção afetiva” (CORAGGIO, 2003, p. 95). Assim, haveria um ambiente propício à transformação proposta.

## **2.4 DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA QUALIFICANDO A CIDADANIA**

Sem estabelecer primazia, cabe destacar diferentes contribuições do Estado e da Sociedade Civil para a existência de uma maior consciência com relação à temática ambiental urbana. Fruto disso é a crescente disseminação de conhecimento acerca dos problemas do lixo.

De forma positiva, assuntos como o gerenciamento integrado e a coleta seletiva são tratados em publicações de instituições como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP) em parceria com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE/SP). Em uma de suas publicações, as instituições reconhecem uma realidade caracterizada “por uma maior percepção ambiental” e pela exigência, por parte da sociedade, de uma gestão social e ambientalmente adequada do lixo (IPT/CEMPRE, 1995, 2000).

Outro exemplo interessante vem do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis/SP) que atua em diferentes etapas do processo de conscientização. Isso ocorre tanto na publicação de material que trata da educação ambiental, da estruturação da coleta seletiva e da reciclagem dos valores (PÓLIS, 1998), quanto pela participação na organização, em 1998, do Fórum Nacional Lixo & Cidadania e, em 1999, na campanha "Criança no lixo nunca mais".

Profissionais com formação em diferentes áreas também contribuem para a popularização da questão. Importante ressaltar os aportes (i) do arquiteto Tarcisio de Paula Pinto (1996) na discussão e implantação de soluções dos problemas urbanos ocasionados pelos resíduos de construção; (ii) do economista Sabetai Calderoni (1997), que destaca a questão da viabilidade econômica da coleta seletiva na cidade de São Paulo, afirmando que não reciclar significa deixar de auferir rendimento da ordem de bilhões e (iii) de Emilio Eigenheer, doutor em educação que em suas obras (1993, 1993a e 1998) mostra a necessidade de entender o lixo para que se possa educar, delineando as características e perspectivas da coleta seletiva no Brasil e levantando um perfil dos técnicos da área como pressuposto básico na avaliação das tendências e dos aspectos interdisciplinares em curso.

Essas e outras contribuições colocam o tema da reciclagem na ordem do dia e ampliam as possibilidades de organização dos grupos humanos que se dedicam à atividade de catar papéis. No Brasil, porém, fatores histórico-conjunturais aliam-se na configuração de um cenário perversamente contrário ao avanço da democracia de forma a obstaculizar ações comprometidas com a instituição de modelos

duradouros de inclusão e de mobilidade social. Neste contexto, a reabertura democrática, não obstante ter sido um fato ansiado pela maioria da população, está longe de oferecer as condições efetivas para a participação popular além do voto.

Parece ser inerente à vida institucional no Brasil, como no restante da América Latina, que o processo de saída de um regime autoritário se caracterize por um meio caminho, isto é, não conseguimos chegar a modelos institucionalmente universais, ficamos naquele estágio que O'Donnell (1991) chamou de “democracia delegativa”, caracterizado pelo clientelismo e por uma apatia do eleitor que parece sentir-se com o dever cumprido após o voto.

Se aceito desta maneira, o passo seguinte é perguntar em que medida e o por quê? Na atualidade, a participação ocorre apenas no momento do voto, pois as instituições básicas da ordem democrática – governo, legislativo, justiça – que deveriam viabilizar a cidadania, pautam suas ações por excessivo formalismo e regramento, elementos que contribuem para a existência de uma exacerbada burocratização da vida cotidiana, característica central da sociedade moderna<sup>45</sup>. Um conceito que capta esse movimento é o de “cidadania regulada” (SANTOS, 1979 apud TELLES, 2001, p. 22), que expressa um “modelo peculiar de cidadania, dissociado dos direitos políticos e também das regras da equivalência jurídica, tendo sido definido estritamente nos termos da proteção do Estado, através dos direitos

---

<sup>45</sup> Porém tal centralidade desafia a geometria, pois entre nós, as regras, assimetricamente, parecem valer como castigo ao outro e isto se exacerba quando o outro é um “inferior”, subalterno ou mesmo alguém com interesse comum e conflitante. Assim “a modernidade anunciada pela universalidade das regras formais não chegou a ter aquele efeito racionalizador de que trata Weber” (TELLES, 2001:20)

sociais, como recompensa ao cumprimento com o dever de trabalho”. (TELLES, 2001, p. 22)

Quero dizer com isso que a apatia do eleitor e o sentimento do dever cumprido são ocorrências presentes na vida democrática latino-americana, porém, é uma característica das elites – agrárias, industriais, políticas, intelectuais – dominantes ideologizar o fato, cerrando vistas aos processos, plenos de participação, emancipatórios em curso. Mas se há participação, porque as relações fundamentais, basicamente aquelas de poder definidoras das condições substantivas de atuação cidadã na arena política, não se alteram?

Se é verdade que participação é conquista. Não é doação, dádiva, presente. Nem imposição. Nunca é suficiente. Também não preexiste, pois o que encontramos primeiro na sociedade é a dominação. Se assim é, a participação só pode ser conquista: criar seu próprio projeto de autopromoção (GOW & VASANT, 1983, pp.427-446; DEMO, 1985c) (DEMO, 2002, p. 17).

Dar-se conta de que se vive um tempo único é dever de todo cidadão de sua época. Mesmo porque o momento é pleno de possibilidades e de desafios, não obstante a complexidade dos problemas – desemprego, insegurança, miséria, xenofobia, preconceitos. Dar-se conta de que se vive um tempo único é dever de todo cidadão atuante. Para tanto, é necessário ir além do viver unicamente em sentido biológico, pois aquele que caminha pelo mundo da vida brasileira – aqui já se amplia a dimensão da vida para além do biológico como requisito a qualquer possibilidade de consciência, de querer participar – se dá conta que experimenta



situações sonhadas por atores sociais de tempos idos: Henfil, Zequinha Barreto, Santo Dias, Chico Mendes, Carolina Maria de Jesus.

Para além de uma postura positiva a ser adotada na vida, tal atitude implica, no sentido mais positivo atribuído por Maquiavel ao aconselhar as ações do “príncipe”, qualificar esse tempo pelos vários possíveis, reconhecendo a conjuntura favorável, buscando exemplo no passado de nossos pais e praticando alguma virtude, por mínima que ela seja. Por exemplo, separar os restos de seu consumo e doá-lo para alguma iniciativa organizada de catadores de papel. E se não há experiência alguma desta natureza próximo à sua residência, o cidadão – teimar no uso e qualificação desse conceito – deve olhar à volta, pois com certeza há um catador de papel avulso, uma criança, homem ou mulher, jovem ou velho “livre” de propriedades – unicamente portador de sua força de trabalho, pois na maioria das vezes sequer o carrinho que lhe serve de meio de transporte é seu – que irá recolher o “lixo” e conduzi-lo a um feliz comprador.

Muitos daqueles que hoje separam seu lixo não imaginam que estão participando de sua época, sequer imaginam que, em alguma medida, contribuem para alimentar, ou melhor, “sonham” o sonho de pessoas que para além da exclusão reinventam o social e os seus possíveis, ao ressuscitarem os restos, dando-lhes

novamente a vida, ou, na concepção marxista, o seu “valor de uso” e “valor de troca”. [Assim] A cidade transforma-se numa gigantesca “**Floresta Urbana**” capaz de gerar uma quantidade de matéria-prima fabulosa, sem possuir florestas, jazidas de minério e jazidas de petróleo, permitindo que a cidade se constitua num centro fornecedor de recursos, perdendo a conotação que ela possui de lugar destruidor de recursos (LEGASPE, 1996, p. 9).

## CAPÍTULO 3

### **3 INICIATIVAS NO CAMPO DA RECICLAGEM EM CONTEXTO DE EXCLUSÃO SOCIAL**

O capítulo anterior foi encerrado com a idéia de que vale a pena incorporar boas práticas em nossa vida cotidiana, tais como separar os restos de nosso consumo para que a porção reaproveitável possa ser entregue a uma instituição organizada ou mesmo depositada na calçada para que o catador daquele dia a recolha.

A capacidade de agir, antevendo o resultado de uma dada ação, parece diminuir à medida que consideramos o alargamento dos prazos. Um indivíduo pode alcançar pleno sucesso no curto prazo ao planejar os próximos 2 ou no máximo 4 anos de sua vida, utilizando esse tempo, por exemplo, para elevar sua escolaridade básica ou mesmo para fazer uma pós-graduação em nível de doutorado.

A situação se complica quando o assunto é alterar hábitos arraigados em relação ao lixo posto fora de casa para ser disposto a céu aberto (destino dado ao montante de 76% de todo o lixo produzido no Brasil, pelo governo de plantão) ou, na melhor das hipóteses, ser recolhido pelo catador de papel do dia. Compreender a complexidade dos resíduos sólidos urbanos em suas várias dimensões – ambiental,

social, econômica e histórica – passar a separar o material reciclável, intervir para mudanças no setor é tarefa difícil e requer médio prazo.

Diversos autores e instituições contribuíram, nas últimas décadas, na difusão do tema, “preparando” o terreno para o surgimento de ações de reciclagem com caráter eco-solidário. Mas qual deles sabia de antemão que o resultado de suas ações seria a popularização da reciclagem? Com isso quero apontar para o fato de que a solução posta em prática resulta da atuação da sociedade como um todo, sem perder de conta o caráter funcional da reciclagem para o consumo de massa na sociedade capitalista. Talvez se possa indicar um autor pela clareza e pioneirismo de sua proposta com relação aos grupos humanos que sobrevivem, nos lixões, das sobras da sociedade de consumo: José Lutzemberger, que já em 1985 falava em promover a mão-de-obra ativa de um lixão. Embora seja apontado como “o mais destacado ambientalista que o Brasil já conheceu”<sup>46</sup>, sua proposta não alcançava aqueles catadores de papel que atuam nas ruas dos grandes centros.

Portanto, para que a ação de Carolina Maria de Jesus, como escritora que narrava a realidade do catador de papel, beneficiasse este grupo e repercutisse nos dias atuais, passou-se várias décadas, desde o dia em que foi encontrado o primeiro caderno capa dura, do qual ela fez o substrato para descrever sua época. Para o homem de nossa época, não importa se letrado ou não, a percepção de seu poder de intervir na resolução de seus problemas parece ser possível de prever apenas no *curto prazo*. Algo além de 5 anos é profecia e, portanto, visto como questão insolúvel para a qual toda e qualquer ação “não adianta”.

---

<sup>46</sup> Apresentação de Lílian Dreyer (LUTZEMBERGER, 2004, p. 15).

Para a catadora, mesmo sendo a talentosa escritora, o tempo requerido foi um tempo geracional – *longo prazo* – para que sua práxis influísse na conquista coletiva do direito à participação de cada um e de todos os catadores de papel na luta pelos resultados sociais, econômicos e ambientais do seu trabalho na reciclagem.

Este é o clima no qual o capítulo apresenta e discute a multiplicação de empreendimentos de geração de trabalho e renda na área da reciclagem, as possibilidades e desafios para o setor, detendo-se nas 6 ações mais representativas para o objetivo proposto, a saber: reciclagem de Porto Alegre/RS, Associação ASMARE/BH, Coopamare/SP, Associação NORA/Osasco/SP, Associação Chico Mendes/Jandira/SP e Nova Cotia Recicla/Cotia/SP.

A seguir antecipa-se uma contribuição preliminar deste trabalho: a classificação das ações em destaque, a partir de uma análise baseada nos critérios: (i) tempo de atuação, (ii) localização e (iii) ter tido ou não apoio público-governamental. Foram assim agrupadas como “ações de primeira geração” e “ações de segunda geração”.

### **3.1 A MULTIPLICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

No Brasil, o tema dos resíduos sólidos urbanos está associado a processos históricos de exclusão social, e as soluções propostas articulam questões ambientais

com a geração de trabalho e renda na implantação de empreendimentos econômicos. Cada vez mais cidades têm implementado políticas públicas de caráter incluyente para o setor. São os casos, por exemplo, de Porto Alegre (RS), Santo André, Embu (SP) e Curitiba (PR).

Exceção a essa regra é a experiência de coleta seletiva de lixo implantada em Niterói/RJ, no bairro de São Francisco, em 1985. Segundo Gonçalves (2003), esta experiência difere das demais por seu caráter descentralizador e comunitário e de pequena escala. Com isso, pretendia-se evitar as descontinuidades político-administrativas tão comuns no cenário brasileiro.

Ampliando sua atuação, entidades religiosas organizam projetos na área. São exemplos o surgimento da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Matérias Reaproveitáveis (Coopamare), surgida em 1989 na cidade de São Paulo (SP) e da Asmare, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, surgida em 1990 na cidade de Belo Horizonte (MG), ambas as ações foram estruturadas com o apoio da Organização do Auxílio Fraternal (OAF).

De gênese variada, estes empreendimentos surgiram no final dos anos 80 e início dos anos 90 a partir da atuação do poder público, como foi, por exemplo, a reciclagem de *Porto Alegre*, ou pela ação de entidades religiosas, como indicamos ser os casos da associação Asmare e da cooperativa Coopamare.

É importante notar que, ao longo do tempo, essas ações multiplicaram-se rapidamente, resultando no crescimento do número de empreendimentos surgidos para gerar trabalho e renda, a partir da coleta e comercialização de materiais reaproveitáveis. Para se ter uma idéia do que isso significa, é importante citar que o Fórum Recicla São Paulo<sup>47</sup>, espaço de discussão criado no ano de 2000 na Cidade de São Paulo para troca de experiências, nasceu agregando mais de uma dezena de grupos e iniciativas populares que se dedicavam à atividade.

Percebe-se que às ações dos diversos atores citados, como os institutos, a academia, as ONGs, as instituições religiosas, as organizações representativas dos mais distintos segmentos industriais e empresas diversas, somam-se às atuações de outras entidades, tais como associações amigos de bairro, condomínios residenciais e comerciais, comunidades e indivíduos. Ampliam-se as ações de intervenção da sociedade civil na área, pois no final da década de 90, novas possibilidades de participação na vida social se cristalizam pelo surgimento e popularização:

- a) das Organizações Não Governamentais (ONGs);
- b) do conceito e da busca do estabelecimento das parcerias;
- c) da efetivação de discursos e práticas de voluntariado;
- d) da difusão do cooperativismo e criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) ligadas às universidades.

---

<sup>47</sup> Link – SP – “I Seminário Recicla São Paulo” realizado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Reportagem Teresa Cristina de Barros, ao vivo para o jornal do Meio Dia da TV Cultura, 18/03/00.

Este contexto afetou positivamente a região Oeste da Grande São Paulo, pois a partir do ano de 1999, as cidades de Osasco, Cotia e Jandira, com diferentes motivações, mas com uma origem comum, vão implantar ações para fazer coleta seletiva e comercializar recicláveis<sup>48</sup>. A idéia expressa a urgência sentida pela sociedade civil local em participar na gestão pública de sua vida cotidiana e uma característica importante a destacar foi o reconhecimento e a incorporação de saberes e práticas desenvolvidos pelos agentes locais a partir das necessidades e dos recursos disponíveis. Vamos às ações.

Um ponto chave ao surgimento do NORA, estudo de caso desta pesquisa, foi a atitude tomada por parte dos cidadãos que, tendo sido sensibilizados pelos organizadores da ação, atingiram um grau inicial de consciência ambiental, passando a separar seu lixo e a doar a parte reciclável nele contida. Desta forma, iniciou-se um fluxo fundamental entre a economia dos indivíduos e de parte das famílias locais<sup>49</sup> e a economia do empreendimento, que assim adquiria a matéria-prima de sua atividade.

Para o cidadão e consumidor de mercadorias, o benefício é sua integração como produtor de resíduos a uma ação prática com enorme potencial para a

---

<sup>48</sup> A cidade de Osasco foi pioneira na região Oeste da grande São Paulo em implantar uma ação desse tipo, pois a realidade dos catadores de papel, agentes que segundo a Cetesb (1999) não atuam ali – a Cetesb considera a existência de catador quando ele aparece atuando no lixão ou no aterro, sem levar em consideração o catador que coleta nas ruas – é marcada por condições econômicas, políticas e sociais desiguais e pela ausência de política pública condizente com os desafios socioambientais e de gestão impostos pelo lixo. Esta realidade foi um dos principais condicionantes para o surgimento, em 1999, da Associação NORA – Novo Osasco Reciclando Atitudes dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis, que sensibilizou a população para separar o lixo, implantou coleta seletiva dos resíduos, bem como sua separação, triagem e comercialização.

<sup>49</sup> Estes indivíduos e famílias são aqueles moradores incorporados ao projeto na qualidade de consumidores de mercadorias e produtores de resíduos, de modo a tornar suas Unidades Domésticas verdadeiras unidades de produção. Eventualmente, algumas destas famílias além de ceder os restos de seu consumo, também cedem os trabalhadores do empreendimento.

preservação de recursos dificilmente renováveis, como o são as águas superficiais e subterrâneas, e para a melhora da qualidade de vida local.

Outra relação econômica, facilmente apreensível, entre o empreendimento e as unidades familiares é a cessão de trabalhadores e coordenadores para o exercício e estruturação da atividade, já que o empreendimento não contou com apoio público-institucional. Os trabalhadores são catadores ou desempregados, e os coordenadores são moradores que se revelaram pessoas necessárias ao empreendimento que, do contrário, dificilmente surgiria.

A proposta da comunidade foi enfrentar os desafios do lixo, tendo em vista a inserção socioeconômica do trabalhador com materiais recicláveis, o aumento da produção dos resíduos, a escassez de áreas para disposição, os elevados custos do serviço, os danos causados à natureza e a baixa qualidade de vida. A partir daí, pode-se perceber alguns aspectos positivos resultantes da implantação de uma Unidade Local de Reciclagem (URL) (HIRATA, 2001), pois a coleta seletiva e a comercialização dos materiais contribuem para:

- (i) mitigar os impactos causados pelo descarte inadequado do lixo;
- (ii) aumentar a vida útil do aterro sanitário;
- (iii) economizar recursos públicos pela diminuição dos resíduos transportados;
- (iv) economizar energia e



- (v) integrar ações locais isoladas e compatíveis com o exercício de cidadania.

A ação que constituiu o NORA continha virtudes que convergiram na concepção de projeto arquitetônico para construção de um galpão para uso da associação. O prédio teria a qualidade de abrigar os trabalhadores e servir como espaço de educação ambiental, constituindo-se uma Unidade Local de Reciclagem, pois ocorreria uma

inserção urbana do edifício, determinada pela expressão formal que imprime identidade a uma atividade que idealmente deve espalhar-se pelos demais bairros. Torna-se, deste modo, ponto de referência para toda a comunidade e, principalmente para o catador de rua que hoje não encontra um espaço de identificação que não o repúdio com que é observado e explorado (HIRATA, 2001, p. 38).

O conceito procurou incorporar também as vantagens de uma ação que parte dos saberes e conhecimentos fundamentados nas necessidades e possibilidades locais para implantar um tipo de serviço que concorre para o alívio do pesado trânsito da cidade, diminuindo os custos do transporte ao reduzir a quantidade de quilômetros rodados, já que a ULR, idealmente, rompe com a necessidade de que pesados caminhões tenham que cruzar a cidade para fazer a coleta seletiva.

A pesquisa encontrou atitudes na condução do empreendimento, tais como as intervenções informadas por práticas da empresa capitalista, que se chocam com

a proposta cooperativa, porém a autora conferiu a tais aspectos a qualidade de serem “inerentes a um momento de transformação, mas que são ultrapassados pelo reconhecimento do valor de uma proposta que deve ser defendida” (HIRATA, 2001, p. 37).

A divulgação da ação que implantou o NORA começou a ser feita através da distribuição de panfletos nas missas de domingo, que ocorriam na região oeste da Grande São Paulo. Durante a participação em uma dessas missas, membros da Associação Amigos de Bairro do Jardim Nova Cotia viram na iniciativa uma forma de atuarem para a mudança de sua realidade imediata. Surgia, assim no ano de 2000, o grupo Nova Cotia Recicla, na cidade de Cotia.

Marly Monteiro Andrade dos Santos<sup>50</sup>, presidente da associação amigos de bairro do jardim Nova Cotia, desenvolveu para e com a comunidade uma proposta semelhante àquela do NORA, particularizada porém pelas características e necessidades locais, onde o foco era o meio ambiente e a obtenção de recurso para a construção da sede da associação, até aquele momento alugada.

Inicialmente, a coleta era feita com carrinhos de mão, mas depois o grupo comprou uma perua Kombi. Assim, a associação amigos de bairro e o empreendimento estabeleceram um fluxo econômico que beneficiava a toda a comunidade, pois os recursos obtidos com a atividade de reciclagem propiciaram a

---

<sup>50</sup> Matéria do Jornal O Estado de São Paulo que tratou das experiências da Região oeste da GSP. 21/09/2000. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/suplementos/seub-gde/2000/09/21/seub-gdeO34.html>> e <<http://www.estado.com.br/suplementos/seub-gde/2000/09/21/seub-gdeO39.html>>

construção da sede da associação de moradores, fato que eliminou o custo do aluguel.

A coordenadora do projeto destaca as ações de recolhimento dos materiais recicláveis de porta em porta e a promoção de campanhas de conscientização ambiental. Uma importante conquista da iniciativa, resultante da coleta mensal de até 4 toneladas de papelão (dados de 09/2000), é o fato de que o córrego, que transbordava por conta da quantidade excessiva de garrafas plásticas e papéis, já não sofre com isto, pois não existe mais esse tipo de sujeira na água.

Uma intervenção de mesma natureza articulou as cidades de Osasco e Jandira na geração de renda para trabalhadores sem teto, organizados em torno do Movimento de Luta Popular (MLP). Como parte destes trabalhadores se dedicava à coleta de materiais recicláveis, lideranças sindicais envolvidas no processo viram na atividade possibilidades para o desenvolvimento de uma intervenção com potencial de integrar ações desconectadas no âmbito local, como por exemplo, a atuação sindical e a organização popular, e fundaram a Associação Chico Mendes dos trabalhadores com Materiais Recicláveis. A Associação Chico Mendes desenvolveu ali uma interessante relação com os catadores de papel que participam de suas atividades. Mostrando ser possível contribuir para a organização deste ator, a Associação possui duas formas de relacionamento, pois (i) o trabalhador pode ser um associado ou como eles chamam (ii) um “individual”.

O trabalhador associado, tendo participado ou não da fundação da entidade, é alguém que apresenta avanços significativos na compreensão de sua realidade e da necessidade de organização, cumprindo por isso um trabalho mais sistemático, com horários e hábitos necessários ao bom desenvolvimento da atividade. O trabalhador “individual” é o catador que procura a associação, inicialmente, pelas vantagens da comercialização conjunta, representando, porém, alvo potencial para um despertar de consciência.

Com isso, esses trabalhadores tiveram alguns ganhos iniciais. No aspecto coletivo, destaque-se a oportunidade de associação e de reconhecimento e, individualmente, o aumento do ganho pela ampliação dos tipos de materiais coletados, como o plástico em geral e particularmente o PET<sup>51</sup>, pois os intermediários, conhecidos como ferro-velho, compravam somente papel, sucata de ferro e materiais nobres como os metais: alumínio, cobre e latão.

A ação possibilita ganhos extensivos à cidade como um todo. Um deles refere-se à diminuição do material a ser coletado e transportado pela prefeitura. Tal fato resulta em economia de recursos públicos, pois Jandira não possui aterro e envia seu lixo para aterro particular.

A interação entre o poder público e a comunidade, através das ações da associação Chico Mendes, resultou, entre outras coisas, na instituição de um conselho municipal de meio ambiente. O processo foi aproveitado de forma

---

<sup>51</sup> Material utilizado na confecção de embalagem descartável para refrigerante, água e outros produtos.

organizada pelos trabalhadores, que conquistaram um assento no conselho recém criado, sendo representante titular Everaldo Duarte de Oliveira, dirigente sindical ligado ao ramo Químico de Osasco e região e um dos principais organizadores da associação.

### **3.2 UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS EMPREENDIMENTOS**

No item anterior, destacou-se o surgimento de ações de reciclagem em contexto de exclusão, considerando sua multiplicação como sendo multicausada. Neste item, são descritas ações inovadoras por sua descentralização e chegada à periferia, pelo reconhecido protagonismo de caráter local, nacional e internacional, por levantar discussão, proposição e estabelecer práticas em torno da organização sócio-econômica do catador de papel.

As ações são reconhecidas por sua capacidade de avançar na conquista de organização e respeito para os catadores, sendo exemplo uma referência feita em publicação IPT/SEBRAE (2003), onde se “ensina” como formar uma cooperativa de catadores.

A obra destaca que no final dos anos de 1980, a partir da ação da Organização do Auxílio Fraternal (OAF) na experiência da Cooperativa de catadores Autônomos de Papel, Aparas e Material Reaproveitável (Coopamare) de São Paulo,

iniciou-se o processo de organização dos catadores<sup>52</sup>. Esta ação serviu de referência para a criação da Associação dos Catadores e Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) de Belo Horizonte.

Nos anos de 1990, distintos atores sociais – catadores de papel, moradores de rua, instituições de apoio, entidades religiosas e de representação – organizam ações em vários locais do país que resultaram na incorporação de novos parceiros, como a Cáritas Brasileira e a Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul. No ano de 2001 são realizados eventos como o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha da População de Rua, que resultou na criação de um movimento nacional de catadores.

A capacidade de articulação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis resultou na presença deles no processo de debate da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que os pressupunha como parceiros preferenciais na gestão desses resíduos, e também na conquista de reconhecimento como categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A partir destes fatos, passam a ocorrer lentas, porém, contínuas mudanças no padrão relacional entre os catadores e a sociedade. Isso ocorre com o enfrentamento dos preconceitos, com o avanço organizacional, com o

---

<sup>52</sup> Este é um ponto de discordância entre esta obra e minha pesquisa, neste trabalho defendo, segundo pressupostos marxistas, a visão de que a organização dos catadores de papel foi iniciada com as ações de Carolina Maria de Jesus ao narrar as agruras da atividade e da vida do catador de papel. Desta forma, a ação da OAF estaria, na verdade, dando continuidade à luta de Maria Carolina de Jesus. Outra falha da publicação do IPT/SEBRAE, ao meu ver, é a supervalorização das entidades de representação e de apoio em detrimento da atuação dos movimentos sociais constituídos, por exemplo, pela população de rua.

reconhecimento econômico e ambiental da atividade de reciclagem e da conquista de um grau mínimo reconhecimento, seja por parte do poder público ou da sociedade civil.

Não obstante, persistem obstáculos econômicos que exigem do catador enorme preparo, contribuindo para a compreensão do lixo como problema, mas também como importante recurso na constituição de trabalho e renda.

O “manual”, com extrema dificuldade para reconhecer o protagonismo do catador de papel na luta por cidadania e contra o assistencialismo, propõe, tecnicamente, que durante cursos na etapa de estruturação das ações se deva “oferecer compensações para motivar” (IPT/SEBRAE, 2003, p. 60)<sup>53</sup>.

A publicação define o poder público como “parceiro desejável”, que através de convênio jurídico estabelecido entre os governos municipais, estaduais e federal e os catadores organizados, pode fomentar a atividade via “repasso de verbas, uso

---

53 Há uma enorme diferença entre distribuição de cestas básicas “motivadoras” e fazer chegar os recursos às mãos dos interessados, como demonstra um grupo de catadores com identidade definida, isto é, conscientes da importância de seu trabalho, não sem tropeços, que formaram a Cooperativa Nuevo Rumbo, na Cidade de Buenos Aires: “Este proyecto lo comienzan, hace nueve (9) años, tres (3) cartoneros (entre los cuales se encontraba Pepe Córdoba) acopiando los objetos recogidos en el terreno de la casa de uno de ellos. Debían juntar cierto volumen para poder vender a un precio superior a los intermediarios. Posteriormente se fueron sumando otros que, al perder su fuente de trabajo y sin posibilidades de incorporarse al mercado formal, optan por ejercer la actividad cartonera. Esto genera que al lugar de acopio se le anexe la utilización de un terreno baldío aledaño. Posteriormente gestionan veinte (20) planes Trabajar a través de la Cámara de Diputados de la Provincia de Buenos Aires. De los ciento cincuenta pesos (\$150.-) percibidos cada uno separaba sesenta pesos mensuales (\$60) hasta completar la suma necesaria para constituir la Cooperativa, obteniendo la matrícula en octubre de 2001. Posteriormente les otorgan un subsidio de la Cámara de Diputados de la provincia de Buenos Aires por un monto de tres mil pesos (\$3000.-), que utilizaron para construir catorce (14) carros de recolección, catorce (14) uniformes distintivos de la cooperativa y alquilar el galpón que utilizan hasta la fecha (HADDAD & VACATELLO, 2004, p. 6).

de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, etc.” (IPT/SEBRAE, 2003, p. 74).

Contraditoriamente, o manual IPT/SEBRAE, a partir de uma visão conservadora que desconhece o histórico de serviços prestados pelo catador de papel, dificulta, ao meu ver, o avanço das ações na cadeia da reciclagem ao afirmar ser incompatível com a natureza do convênio jurídico que pode ser estabelecido entre o poder público e as entidades que reúnem os catadores organizados, a remuneração a estes últimos “pela prestação de serviços de coleta seletiva no município” (IPT/SEBRAE, 2003, p. 74).

A publicação IPT/SEBRAE qualifica as iniciativas que não gozam de apoio público como “projetos independentes”, atribuindo seu surgimento à articulação de lideranças locais e, em alguns casos, a catadores, apoiados ou não, por alguma entidade.

Ora, a afirmação de que estes projetos são independentes desqualifica as ações ao não reconhecer sua luta na busca de tal apoio. Afirmam, ainda, que tais projetos apresentam um tempo de consolidação maior por não terem acesso a itens como galpão de triagem e meio de transporte adequado.

Uma das razões apontadas para que isso ocorra é “a dificuldade de contar com pessoas aptas a captar recursos e articular apoios para as atividades e necessidades do grupo” (IPT/SEBRAE, 2003, p. 74). Chamam atenção, também ao



fato de que “é sempre importante estar atento para não reproduzir a precariedade de inúmeras iniciativas em andamento” (idem, ibidem).

As considerações e o conceito de projeto independente - que emerge como resultado técnico-analítico de visitas realizadas pela equipe do IPT a projetos diversos na grande São Paulo e pelo interior do estado - apresentados na publicação do IPT/SEBRAE, foram centrais na definição de uma amostra organizada por mim e que reúne empreendimentos diversos. Uma das ações visitadas, durante o processo inicial de desenvolvimento do projeto do manual IPT/SEBRAE, pela equipe citada foi a associação NORA.

Segundo Gaiger (2004), o surgimento de um empreendimento econômico solidário não é um fenômeno de geração espontânea e para seu surgimento concorrem histórias individuais e coletivas. Considero esta afirmação como correta quando associada ao surgimento dos “projetos independentes” NORA, Chico Mendes e Nova Cotia, e afirmo que o IPT, embora não reconheça, deu sua contribuição para ação e a disseminação do modelo na região Oeste de São Paulo<sup>54</sup>.

Um dos principais aspectos, a ser criticado na publicação do IPT/SEBRAE é a consideração quanto ao tempo de maturação de um “projeto independente” feita

---

<sup>54</sup> Sou um profissional com visão e formação técnica sobre a reciclagem, capacidades estas adquiridas no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) no Departamento de Economia e Engenharia de Sistemas (DEES) ao cumprir processo de readaptação funcional no núcleo de meio ambiente e desenvolvimento urbano. Tais capacidades, ao serem postas em movimento, concorreram positivamente para o surgimento das ações da região Oeste.

de maneira superficial. A própria idéia de independência em relação ao poder público é errônea, pois em seu nascedouro a maioria das propostas busca apoio público institucional, porém o sucesso vai depender, conforme admitido no alerta do manual, da “credibilidade das entidades [de apoio] e dos órgãos públicos” [bem como do] seu grau de engajamento em projetos comunitários” (IPT/SEBRAE, 2003, p. 75). Agora parece o momento adequado para detalhar os seis empreendimentos estudados.

O estudo objetivou demonstrar que parte da amostra (Associação NORA, Associação Chico Mendes e grupo Nova Cotia Recicla) - empreendimentos que a partir dos critérios da publicação IPT/SEBRAE podem ser nomeados como “projetos independentes” - apresentam as seguintes qualidades: (i) inovação na descentralização da ação, (ii) engajamento cidadão, (iii) compromisso da comunidade com sua realidade imediata e (iv) enfrentamento dos processos de exclusão que acometem os catadores de papel.

A seleção da outra parte da amostra - reciclagem de Porto Alegre<sup>55</sup>, a Coopamare e a ASMARE - se deu a partir do destaque que as ações possuem no cenário nacional e internacional, bem como pelo alcance de sua atuação na luta dos catadores de papel. Feito isso, as ações são agrupadas distintamente como “ações

---

<sup>55</sup> Associação Comunitária do Campo da Tuca; Associação dos Recicladores do Loteamento Cavalhada; Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica; Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre; Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta; Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte e o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto.

de primeira geração e de segunda geração” conforme os critérios de: 1) tempo de atuação; 2) localização e 3) apoio público-governamental<sup>56</sup>.

### 3.2.1 Ações de primeira e segunda geração: definições

As ações de primeira e segunda gerações são identificadas abaixo (**Quadro 1**). Como ações de primeira geração temos aquelas iniciativas criadas no final da década de 80, possuindo em torno de 15 anos de vida; localizam-se em contextos urbanos centrais e, no nascedouro ou na maior parte de sua existência, foram apoiados por governos populares.

*1) tempo da atuação:* Todas as ações de primeira geração foram criadas no final da década de 80, possuindo mais de 15 anos de vida. A Asmare data o início de suas ações no ano de 1987, a partir do trabalho da Pastoral de Rua de reunião dos catadores de papel, tendo atingido este ano a maioria; as atividades da Coopamare e da reciclagem de Porto alegre coincidem seu início de atuação no ano de 1989.

---

<sup>56</sup> O terceiro critério diz respeito ao fato de que os empreendimentos são organizados ou incentivados a partir de lógicas de ação de governo que se caracterizam como políticas públicas inovadoras. Dado o pouco tempo para o estudo, este critério foi um elemento chave na unificação das várias ações organizadas na cidade de Porto alegre - Associação Comunitária do Campo da Tuca; Associação dos Recicladores do Loteamento Cavahada; Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica; Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre; Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta; Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte e o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto - como um só empreendimento. Pelas características deste setor onde, quotidianamente, surgem novos empreendimentos e pelo pouco tempo de pesquisa, esta classificação inicial não pretende e nem pode ser conclusiva. Porém, mesmo podendo incorrer em alguma inexatidão, prossigo com a tarefa proposta, salientando o desejo de enriquecer a classificação em momento oportuno.

**Quadro 1 – Ações de Primeira e de Segunda Geração**

Empreendimentos de Coleta Seletiva		Tempo de atuação	Localização	Apoio Governamental	Classificação
Porto Alegre	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	16 anos	Porto Alegre/RS	Sim	Ações de 1ª Geração
	Associação Comunitária do Campo da Tuca				
	Associação dos Recicladores do Loteamento Cavalhada				
	Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica				
	Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre				
	Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta				
	Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte				
	Centro de Educação Ambiental Vila Pinto				
Cooperativa de Catadores Autônomos De Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – <b>Coopamare</b>		16 anos	São Paulo Capital	Sim	Ações de 1ª Geração
Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável/ <b>Asmare</b>		18 anos	Belo Horizonte/MG	Sim	
<b>Associação NORA</b> – Novo Osasco Reciclando Atitudes – dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis		6 anos	Cidade de Osasco	Não	
<b>Nova Cotia Recicla</b>		5 anos	Cidade de Cotia	Sim	
<b>Associação Chico Mendes</b> dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis		4 anos	Cidade de Jandira	Sim	

2) *Localização*: As iniciativas estão localizadas nas principais metrópoles do país. Estas três iniciativas se localizam nas principais capitais do país, portanto no mais central dos contextos urbanos: São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

3) *Apoio público-governamental*: no nascedouro, ou na maior parte de sua existência, estes empreendimentos foram apoiados pelos governos populares do Partido dos Trabalhadores (PT). A Coopamare e a reciclagem porto-alegrense, foram apoiadas desde o início de suas atividades, enquanto na Asmare o apoio público data de 1993.

Não por acaso iniciativas inovadoras no campo dos resíduos sólidos urbanos surgem em regiões centrais. Os espaços urbanos centrais apresentam uma enorme densidade organizacional caracterizada por uma ampla participação da sociedade civil, de entidades religiosas, ONGs, etc. Nestes espaços, a densidade organizacional decorre de e representa um acúmulo histórico que concorre positivamente a favor dos catadores de papel, e encontra terreno fértil na presença da vontade política de governos comprometidos com as organizações populares. Tal fato revela, ainda, uma dinâmica do nosso tempo, na qual a sociedade civil atua, seja para a perpetuação ou para a transformação de uma dada realidade.

Tais características possibilitaram a esses empreendimentos de primeira geração a obtenção de “*parceiros de peso*” que potencializaram sua estruturação. Com destaque para parceiros como a Organização do Auxílio Fraternal (OAF) e a Fundação Banco do Brasil.

Nestas ações, vamos encontrar uma interface entre poder público e entidades religiosas. Isso ocorre no caso do Rio Grande do Sul, onde a reciclagem de Porto Alegre teve sua base de apoio no poder público municipal, via atuação do governo popular do PT e da Cáritas, entidade social ligada à Igreja Católica, de atuação nacional.

De qualquer modo, Cáritas, OAF e Igreja Católica, por meio de diversas pastorais, governos populares, Organizações Não Governamentais e fundações,

encontram-se presentes na organização destes empreendimentos de primeira geração e no apoio aos agentes que os integram.

As ações de segunda geração são iniciativas criadas do final dos anos 90 que possuem, portanto, menos de dez anos de atividade. Localizadas na periferia dos grandes centros urbanos podem ou não gozar de apoio público institucional, representado por governo popular ou mesmo por governos de outras tendências.

1) *tempo da atuação*: Todas as iniciativas de segunda geração foram criadas do final dos anos 90 em diante. A associação NORA foi o primeiro destes empreendimentos, ao iniciar sua atuação em dezembro de 1999. O Nova Cotia surge no ano de 2000 e a associação Chico Mendes no ano de 2001. Isto faz com que estas entidades estejam em atividade em torno dos 5 anos de atividade.

1) *Localização*: As associações NORA, Chico Mendes e o grupo Nova Cotia Recicla são iniciativas localizadas na periferia da região Oeste da grande São Paulo, respectivamente nas cidades de Osasco, Jandira e Cotia.

2) *apoio público-governamental*: Neste quesito há destaque para a associação Chico Mendes de Jandira, que nasce no ano de 2001 com o apoio do poder público e para o grupo Nova Cotia Recicla<sup>57</sup>, este último devido ao fato de ter

---

<sup>57</sup> Fiz contato em Abril p.p em busca da permissão para trabalhar com este grupo em minha pesquisa de campo. Na ocasião percebi avanços consideráveis, tais como a construção de um galpão, o uso de um caminhão próprio para coleta e transporte, o aumento do número de trabalhadores – 9 ao todo, sendo 5 mulheres e 4 homens –, o uso de uniforme e pagamento de INSS. Ocorre, porém que, em

surgido a partir das ações da associação amigos de bairro do jardim Nova Cotia, aspecto que lhe possibilitou a obtenção de apoio do governo municipal da cidade de Cotia.

A associação NORA foi a única iniciativa que surgiu sem apoio algum do poder público. Interessante notar que, no ano de 1999, a prefeitura de Osasco, à época comandada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), recusou-se a apoiar a proposta que viria a fundar o empreendimento.<sup>58</sup>

Com relação às ações de segunda geração, a localização periférica parece ser o principal elemento a obstaculizar a obtenção de recursos e a efetivação de parcerias significativas. O pouco tempo da atividade, se confrontado com as ações de primeira geração, que atuam há mais de 15 anos, parece representar, também, um fator importante a ser considerado, ao se avaliar o grau de perenidade do empreendimento<sup>59</sup>.

---

ordem oposta aos avanços econômicos, perde-se autonomia, pois hoje é o Lar Santa Maria, entidade religiosa local, quem decide o que o grupo pode e deve fazer. À solicitação escrita para a aplicação das entrevistas houve negação, alegando falta de tempo para discutir a questão que “democraticamente” devia passar pela diretoria. Isso fez com que eu tivesse que parar o trabalho iniciado, pois anteriormente recebera a permissão da fundadora, a qual agora, visivelmente constrangida, “não queria criar problemas”. Acompanhei o trabalho do grupo por um dia e descobri que uma ex-trabalhadora havia entrado com processo contra o Lar Santa Maria contestando a relação de trabalho. Esse é um aspecto para o qual tais ações devem prestar enorme atenção, pois à medida que vão se descaracterizando e adquirindo feições de trabalho formal – não em relação aos benefícios, mas na hierarquização – é perfeitamente legítimo que o trabalhador recorra à justiça para cobrar direitos.

<sup>58</sup> Proposta técnica intitulada Associativismo Cooperativo e Meio Ambiente: gerando renda e reciclando atitudes, elaborada por mim, que na ocasião atuava como técnico em meio ambiente no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP).

<sup>59</sup> Notar que não estou afirmando a inexistência de parcerias. Ocorre que as parcerias obtidas pelos empreendimentos periféricos são qualitativamente diversas daqueles apoios recebidos pelas ações de primeira geração.

Hoje, apesar das dificuldades, os empreendimentos de reciclagem de primeira e segunda gerações apontam para uma outra realidade possível para os trabalhadores que sobrevivem da catação. Por um lado, não podemos negar que a chegada destas ações a regiões periféricas deriva da existência de uma maior consciência ambiental. Por outro lado, a periferização das ações denota a baixa qualidade de vida nestes locais, além de expressar uma demanda reprimida pelo direito à participação popular nas esferas de decisão e de resolução de problemas que afetam o dia-a-dia, como o tratamento inadequado de lixo, as enchentes, o elevado desemprego, entre outros.

Porém, sem utilizar discriminação alguma, saliento que ambas as gerações de empreendimentos apresentam limitações, pelo fato de os trabalhadores, com maior ou menor grau de organização, continuarem a ser catadores, isto é, a puxarem carrinhos, compondo a triste paisagem urbana. Significa dizer que a atividade não avançou além da coleta e comercialização e que tampouco os benefícios se estenderam ao conjunto da população. Abaixo chamo atenção a alguns pontos que ilustram esta afirmação.

Na cidade de Porto Alegre, onde a reciclagem esta representada por um conjunto de ações de primeira geração, a coleta seletiva recupera apenas 15% do material reciclável presente no lixo<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Dados colhidos em visita realizada por mim à prefeitura da cidade de Porto Alegre no ano de 2001 e podem ser confirmados no endereço <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/trata.htm>>



De forma geral, os serviços de coleta de lixo apresentam baixa qualidade na coleta e na disposição final, e continuam sendo de responsabilidade estrita do poder público, que credita esta ineficiência aos elevados custos operacionais.

Embora este fato mostre que vem aumentando o número de cidadãos conscientes de sua responsabilidade como consumidores de mercadorias e como produtores de resíduos, outro aspecto também presente nas ações causa preocupação. Em face do elevado desemprego, da queda da renda do trabalhador, do crescimento da pobreza e aprofundamento das desigualdades, a reciclagem parece ser vista como uma solução duradoura de trabalho e renda, mesmo com o elevado grau de precariedade com que são feitas as coletas de recicláveis na maioria destes empreendimentos.

É neste contexto que o Brasil assume a posição de liderança no mercado mundial de reciclagem de latas de alumínio. Conforme matéria citada na introdução, concorrem para a conquista elementos como esforços de marketing, aumento das redes de coleta seletiva, proliferação de cooperativas de coletores de lata e o valor residual do material.

Cabe apontar, como hipótese muito provável, não tratada pelo jornal, o fato de que a razão fundamental para a conquista de tão destacada posição no cenário mundial não seja a expressão de uma consciência social acerca das questões ambientais. Entendo que se mérito há na conquista desta posição, ele se verifica, principalmente, na exploração do catador de papéis, no crescimento da coleta deste

tipo de embalagem motivado pela busca complementar de renda e pelo crescimento do desemprego. Fosse de outra forma, a posição brasileira se verificaria com outras matérias primas, como o papel e o plástico, por exemplo. A necessidade, portanto, aumenta o grupo de pessoas que fazem da catação

um trabalho de grande relevância para nossas cidades e um ponto de partida fundamental para repensarmos a ambigüidade colocada pelo confronto entre produção industrial, as questões ambientais e as questões de vida do século que ora se inicia (SANTOS, 2001).

O reconhecimento desta relevância aparece nos esforços para a constituição de uma imagem positiva dos trabalhadores que catam papel, cabendo destacar a contribuição de artigo cujo título<sup>61</sup> serve de exemplo. Ao longo do texto, Carvalhaes, o autor, afirma a importância do grupo na produção de matéria-prima oriunda dos rejeitos urbanos, destacando:

- (i) sua colaboração com a limpeza pública e com a diminuição dos custos, em última instância, sociais, associados ao serviço;
- (ii) sua condição indiscutível de agente econômico e
- (iii) que o catador produz bens e serviços no exercício diário de sua atividade, fato que se constitui em característica ímpar na área do trabalho.

---

<sup>61</sup> CARVALHAES, Paulo de Tarso. **O Catador de Papel** – Um Profissional a Serviço da Comunidade, [s.d.].

## **CAPÍTULO 4**

### **4 DIMENSÕES E PROBLEMAS DAS INICIATIVAS DE RECICLAGEM**

Este capítulo discute a atividade do catador de papel, tendo em vista as condições de seu exercício. Admite avanços na constituição de empreendimentos de reciclagem descentralizados, mas ao mesmo tempo aponta para a existência de abusos, questionando-se a respeito da existência de mecanismos institucionais de organização e de legalização que reconheçam o ponto de partida e a realidade a partir da qual os atores logram iniciar a trajetória.

Por último se interroga sobre a atuação cotidiana do catador na elaboração de uma identidade que potencialize – diferenciando o “ser” e o “estar” catador? – o enfrentamento das difíceis condições de sobrevivência, para continuar firme na luta a que se propõem.

#### **4.1 O PROTAGONISMO PRIMORDIAL DO CATADOR**

Por todo o Brasil, a paisagem urbana revela que o trabalho do catador é realizado, essencialmente, através do uso de tração humana e, mais raramente, pelo uso de tração animal e de bicicletas como, por exemplo, em cidades de relevo plano

como São Leopoldo no Rio Grande do Sul. E isso ocorre nos grandes centros com enorme resistência por parte da população, como em Porto Alegre e Brasília, aonde a circulação de carroças vem sofrendo grande combate por parte do poder público<sup>62</sup>.

Alguns empreendimentos, como a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), se destacam por possuírem mecanização na etapa de coleta dos materiais. Porém, este aspecto se restringe àqueles grupos que recebem o material do setor de coletas do poder público ou que conquistaram algum tipo de mecanização. Mesmo estes apresentam problemas, pois não raramente e apesar dos caminhões para coletar e dos avanços inegáveis como referência para a organização dos catadores, possuem entre seus trabalhadores uma quantidade enorme de pessoas que usam carrinhos como instrumento para a catação<sup>63</sup>.

A discussão feita acerca do assunto revela elementos ideológicos, econômicos e simbólicos na defesa, feita por lideranças e entidades que participam da organização destes trabalhadores, da tração humana e animal como uma “tecnologia histórica”.

---

<sup>62</sup> A opinião corrente é que esses meios de transporte enfeiam a paisagem do centro da cidade e dificultam a circulação dos veículos.

<sup>63</sup> Com relação à acentuada precariedade na qual o catador realiza sua atividade, meu posicionamento pessoal é o de que o uso da tração humana ou animal deveria ser tolerado somente no estágio inicial de implantação dos empreendimentos, pois além da preservação da saúde representar uma forte razão para motivar a busca de mecanização da atividade, tal mecanização contribuiria para ampliar os volumes coletados, bem como a população atendida, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

No momento, não há elementos claros para aprofundar esta discussão em seu aspecto ideológico; no entanto, fica uma questão: a sinalização das lideranças, na defesa de uma base tecnológica histórica, representa uma estratégia na organização dos catadores ou a expressão de uma fuga aos prováveis conflitos com os diversos interesses do setor?

A dimensão simbólica, reveladora do apego do catador ao seu instrumento de transporte<sup>64</sup>, precisa ser pesquisada e, caso seja comprovada, deve ser aprofundada e problematizada por profissionais que atuam no setor, como pedagogos, antropólogos, sociólogos e outros. Entendo que a libertação da “tecnologia histórica” vai propiciar uma imagem positiva deste ator e contribuir para a sua inserção social e política sustentável.

Outro fator a ser citado refere-se ao termo pelo qual o trabalhador da reciclagem é tratado. Carvalhaes (S/data), enuncia alguns aspectos sobre as condições adversas vivenciadas por estes trabalhadores que não se reconhecem como tal, pois atuam aí para fugir da miséria extrema e da exclusão social. O autor afirma que já houve, no passado, um quadro de ganho financeiro melhor e identifica a categoria como sendo constituída por pessoas muito pobres, que se mantêm na posição de explorados devido a pouca ou nenhuma organização coletiva.

---

<sup>64</sup> Durante o III Festival da Asmare (2004), estive em uma associação de catadores na cidade de João Monlevade em Minas Gerais. Ali, ao indagar sobre o uso do carrinho, um trabalhador confidenciou-me que, mesmo que sua associação consiga um caminhão para fazer o transporte dos materiais, ele quer manter o “veículo” para saídas esporádicas e eventuais pelas ruas da cidade.

Carvalhaes cita a urbanização acelerada e a falta de formação como fatores, dentre outros, que levaram ao estabelecimento de mecanismos de dependência e de exploração dos trabalhadores por parte da estrutura recicladora, organizada concomitantemente ao processo de crescimento.

E, sendo o lixo os restos finais de um consumo cada vez maior, algo indesejável e pelo qual as pessoas pagam para se verem livres (CALDERONI, 1997), aquele que exerce atividade profissional nesta área passa também a ser mal visto, o que se dá por meio de mecanismos sócio-culturais de difícil desvelamento<sup>65</sup>.

Percebe-se que, para o exercício da profissão em condições dignas de salubridade é necessário que os esforços dos trabalhadores por reconhecimento encontrem correspondência tanto na literatura<sup>66</sup> quanto na legislação. Ocorre, porém que mesmo tendo sido reconhecidos como categoria profissional, para os

---

<sup>65</sup> Ganhou notoriedade em São Paulo, a prisão do pediatra Eugênio Chipkevitch, acusado de pedofilia após a divulgação de imagens em que aparece abusando de seus jovens pacientes. **As fitas de vídeo foram encontradas em uma caçamba de lixo**, numa rua da capital paulista. Após a prisão, o Centro de Vigilância Sanitária encontrou no lixo do pediatra frascos vazios do pré-anestésico Dormonid, droga que provoca sonolência e faz com que o “medicado” perca o controle dos movimentos. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/32640,1>> Acesso em: 30 jul. 2005. Assim, o lixo aparece como categoria de análise interessante, pois permite apreender no espaço público, o grau de integração de uma dada sociedade e ao mesmo tempo serve de porta de acesso ao espaço privado dos indivíduos, instituições, etc. Possíveis pistas para compreendermos a aversão ao lixo e para com aquele que com ele trabalha, encontramos em Legaspe (1996); na leitura do texto *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales*: uma articulação possível. Capítulo 5. História & teoria de José Carlos Reis, onde o fazer do historiador é comparado à atividade de um faxineiro que adentra um recinto e através dos restos do lixo reconstitui o fato; também por uma dissertação de mestrado da psicologia da USP, na qual o autor estuda a invisibilidade social do trabalhador da limpeza.

<sup>66</sup> Semelhante a obra *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, organizada por Boaventura de Sousa Santos, surge, em 2004, a livro *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*, organizado por Luiz Inácio Gaiger, que pretendeu “gerar um primeiro grande retrato da economia solidária no Brasil” (GAIGER, 2004, p. 10). Se for certo que existe alguma semelhança com a obra organizada por Boaventura, fica a impressão de que a publicação brasileira, em alguma medida, descuidou das experiências de reciclagem tanto quantitativa como qualitativamente.

trabalhadores da reciclagem, o fato se deu legitimando aspectos negativos, tais como o nome pelo qual o trabalhador é identificado.

Ao reconhecer a atividade mantendo a nomenclatura de *Catador de Material Reciclável*, bem como apresentando sinônimos como: *Catador de ferro-velho*, *Catador de papel e papelão*, *Catador de sucata*, *Catador de vasilhame*, etc; ao meu ver, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>67</sup>, perpetua aspectos que estigmatizam o trabalhador, já que a legalização da profissão não incorpora avanços conquistados quanto à identidade do trabalhador. Quando organizados minimamente, como no caso da Associação NORA, a atividade de coleta é feita de porta em porta em estreito contato com a comunidade. Neste caso, os trabalhadores se autodenominam **Coletores Comunitários**.

No tópico *Características do Trabalho*, item *condições gerais de exercício*, o documento afirma que o trabalho do catador de matérias recicláveis “...é exercido por profissionais que se organizam de forma **autônoma** ou em **cooperativas**” [grifo meu].

A OCB comete um erro ao generalizar as condições de trabalho destes profissionais. Os responsáveis pela publicação utilizaram informantes oriundos de

---

67 A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), publicação feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. A publicação inicial data de 1982, sendo a edição atual de 2002. Esta última utiliza uma nova metodologia de classificação, faz a revisão e atualização completa do conteúdo. A atualização e modernização ocorrem, segundo o MTE, graças às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do país nos últimos anos. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5192-05>. Acesso em: 10 jul. 2005.

empreendimentos e instituição pública, respectivamente cooperativas e secretaria de meio ambiente que se concentram na região sul do país. Desta forma, aspectos como regionalização e concentração de informantes organizados de forma cooperativa, impediram uma apreensão que refletisse as reais condições de exercício da atividade de catação em nível nacional<sup>68</sup>.

Segundo Legaspe (1996), entender a relação entre a atividade econômica e o trabalho do catador é importante, pois em sua determinação devem ser considerados aspectos legais acerca do descarte de lixo na via pública. Como? Em São Paulo, a Lei Municipal 10.315, que proíbe lançar mais de 100 litros de lixo por dia nas ruas por um único produtor, exemplifica essa relação. Cada loja atinge a quantidade determinada logo na primeira hora do dia, de modo que a atividade do catador de papel é imprescindível para o lojista, que assim cumpre a lei e tem seu espaço de atuação esteticamente perfeito. Também o poder público ganha ao não pagar pelo material recuperado pelos catadores<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> A atualização da OCB contou com a participação de 16 informantes, sendo a maioria deles pertencentes às seguintes cooperativas e órgão público: Cooperativa de Catadores de Papel do Sumaré (Coopamare); Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu (Coopermape); Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente (Cruma); Cooperativa de Reciclagem Zona Sul (Coopersul); Cooperativa dos Catadores de Lixo Reciclável de Maringá (Coopercicla) e Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Embu/São Paulo. O processo de atualização da OCB deve ser revisto, ao menos quanto à atividade de recolhimento de recicláveis, pois a não participação de trabalhadores avulsos - aqueles que não estão organizado -, informais e associações, bem como a incorporação de informante pertencente a órgão público, impediu que a publicação refletisse a realidade de trabalho. Outro dado importante a ser considerado é que além da regionalização, ocorre uma concentração de entidades paulistas no processo, pois com exceção da Coopercicla, que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) está localizada na cidade de Maringá, no estado do Paraná, todas as outras cooperativas e o órgão público pertencem à região metropolitana de São Paulo. Disponível em <http://www.mteco.gov.br/busca/especialistas.asp?codigo=5192>. Acesso em: 10 jul. 2005.

<sup>69</sup> Devemos lembrar que foi no vazio da atuação do poder público, da irresponsabilidade do gerador de resíduos e na interface da atividade da catação de papel que ocorreu o acidente com o Césio 137.



Legaspe demonstra a importância do catador de papel na atividade, pois este agente é o principal fornecedor de matéria-prima para a indústria de reciclagem brasileira. E o centro da cidade de São Paulo<sup>70</sup> aparece como lugar ideal para observar a lógica desta relação, pois ali ocorre uma adaptação da catação ao perfil econômico local, isto é, cada atividade produz um tipo de lixo, fato que acaba determinando a existência de um catador específico. Assim temos:

- *catador fixo*: atua na região da Rua 25 de Março, espaço de lojas que comercializam tecidos e armarinhos;
- *saqueiro fixo e saqueiro de depósito*: atua na região da Av. Paulista onde predomina a atividade bancária;
- *catador de lavagem*: atua de forma irregular por toda a região central coletando sobras dos restaurantes para alimentar porcos que serão comercializados sem controle sanitário;
- *cabeceiro*: trabalhador que no exercício laboral perdeu as forças e não conseguindo mais conduzir um carrinho, passa a catar tendo unicamente o corpo como instrumento de trabalho;
- *carrinheiro*: trabalhador típico no exercício da atividade e facilmente encontrado em toda a região metropolitana da Grande São Paulo.

---

<sup>70</sup> Legaspe define o centro de São Paulo e alguns sub-espacos, como a Rua 25 de março e a Av. Paulista, como locais exemplares, pois neles as atividades econômicas vão determinar a especialização do catador. Em minha estada na cidade de Buenos Aires, pude observar atentamente as atividades diurnas e noturnas dos catadores nos arredores da Calle Santa Fé, região central da cidade. Ali atuam grupos formados, às vezes por famílias inteiras. Na ocasião, pude constatar que o exercício da atividade em muito se assemelha ao que ocorre em São Paulo.

Os catadores, que em seu movimento organizativo têm necessitado da presença de um agente externo – governos, entidades religiosas (igrejas, etc.), ONGs, associações, agentes privados, políticos, cidadãos – quando da sua ausência dificilmente iniciam a caminhada, de tal sorte que os idealizadores dos empreendimentos de reciclagem, identificados como mentores intelectuais (Magera, 2003), parecem ser, no atual momento da trajetória organizacional do catador de papel, um “mal necessário”.

De modo geral, todas as ações na área de reciclagem se desenvolvem em condições de muita precariedade. Tal precariedade limita até mesmo as *atividades de primeira geração*, pois, via de regra, nos espaços centrais os trabalhadores têm grande dificuldade para a realização de seu trabalho. Segundo Rodríguez (2002), acerca da atividade em Bogotá, na Colômbia, onde a coleta dos recicláveis é realizada pelo reciclador, há três modalidades:

- 1) atravessar a cidade de ponta a ponta, caminhando e puxando um carrinho, cruzando a cartografia urbana desde os bairros populares até as regiões mais abastadas;
- 2) recuperar os materiais nas lixeiras e nos aterros sanitários – a forma mais degradante da atividade e
- 3) recuperação na fonte, ou seja, nos edifícios residenciais ou de escritórios.

Para o autor, apesar desta última ser a modalidade mais favorável ao trabalhador e não obstante sua organização, dificilmente ela é praticada, pois “[...] a imagem generalizada do reciclador como indigente perigoso – como “descartável” – torna o acesso às fontes algo muito difícil” (p. 343).

Legaspe, acerca da reciclagem clandestina no centro de São Paulo diz:

Uma de nossas observações foi diagnosticar a dificuldade dos catadores em coletarem produtos oriundos do lixo domiciliar, por vários motivos: há um rigor, ou melhor, uma lei que determina que o lixo só pode ir para as calçadas uma hora antes do caminhão passar; também existe uma antipatia especial contra as pessoas que escarafuncham o lixo do outro, leia-se neste caso, conforme relatos fornecidos pelos próprios catadores, que as pessoas não gostam que o seu lixo “particular” seja vasculhado, a alegação para não ser promovida tal perturbação é de que os catadores espalham o lixo na rua (LEGASPE, 1996. p. 11).

A possibilidade de organizar *ações de segunda geração* na periferia dos grandes centros possui elementos que expressam uma ampliação da consciência sobre o lixo urbano em suas diversas dimensões. Porém, uma análise mais detalhada da questão, demonstra que a popularização das atividades de reciclagem, menos que denotar enriquecimento desta consciência, revela a funcionalidade da ação para a sociedade de consumo. Mas, é precisamente nesta faceta que reside o principal aspecto destes empreendimentos: articular o cotidiano do cidadão consumidor de mercadorias e produtor de lixo com as necessidades de uma gestão ambientalmente adequada dos resíduos urbanos pós-consumo, por intermédio de uma atividade socioeconômica inclusiva, cujo triunfo pode resultar na diminuição acentuada da produção de lixo.

Esta é a qualidade a destacar como sendo caracterizadora das ações dos empreendimentos Eco-solidários.

Onde os trabalhadores lograram algum grau de associação – fato que ocorre muito pouco na região onde Legaspe realizou sua pesquisa – e apesar da aceitação expressa pela participação de grande parte dos moradores locais na separação e doação de materiais recicláveis, conquistar a aceitação social e o reconhecimento público-institucional constituem elementos fundamentais para a superação de tais dificuldades.

Para que isso ocorra é necessário enfrentar e resolver problemas básicos, que se apresentam em diferentes níveis, a saber: (i) ao nível interno, o conjunto dos trabalhadores deve ter o controle da gestão e dos processos de trabalho; ao nível externo, (ii) a ação deve buscar a aceitação social e o reconhecimento por parte do poder público e da sociedade civil e (iii) criar alternativas às determinações da cadeia produtiva.

Ao nível externo, as determinações estruturais – o comprador fazer o preço e definir que quantidade de material vai ser incorporada à produção – é de difícil, senão de impossível resolução: não está em suas mãos. Ao contrário, a criação de

circuitos alternativos à cadeia da reciclagem é possível para alguns materiais, notadamente o plástico PET, cujo consumo vêm aumentando espetacularmente<sup>71</sup>.

Ao nível interno, assumir o controle da atividade implica, basicamente, enfrentar questões relativas à identidade coletiva do trabalhador. Aqui Bajoit (2004), permite pensar os processos identitários relativos aos catadores de papel em seu processo organizativo. Estariam eles construindo uma identidade condizente com suas necessidades?

Para tentar compreender o problema, utilizarei o instrumental teórico-analítico do autor e a articulação que faz dos seus conceitos. Primeiro é necessário demarcar posição explícita na introdução do livro: *Todo Cambia: Análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas*:

En él intento, muy modestamente, de ofrecerles una contribución para la comprensión del mundo actual, un análisis de los cambios sociales y culturales en curso, para ayudarlos a entenderlos mejor, a hacerlos más inteligibles y así orientar de manera más adecuada su acción. Estoy convencido de que esta es la vocación de la sociología: poner se al servicio de los actores (BAJOIT, 2004, p. 5).

A partir da observação e participação no cotidiano de projetos no Brasil, da leitura de Rodriguez acerca da reciclagem na Colômbia; das observações e visitas feitas a grupos na Argentina, percebe-se que a identidade é um fator chave para se lograr sucesso na busca de organização.

---

<sup>71</sup> A composição média da coleta seletiva em cidades brasileiras mostra o plástico como segundo componente, com 18%, atrás apenas do Papel e do Papelão (CEMPRE, 2000 apud IPT/SEBRAE, 2003, p. 39)

Na Argentina, os trabalhadores da Nuevo Rumo contam que iniciaram as discussões para a organização da atividade com certo número de pessoas, e que este número foi diminuindo na medida em que enfrentavam dificuldades<sup>72</sup>; na Colômbia, muitas pessoas que participam das cooperativas de reciclagem nunca foram recicladores e este fato cria diversos conflitos; a associação NORA, em Osasco, enfrenta uma constante rotatividade de mão-de-obra; não é diferente com o Chico Mendes, em Jandira, e nem tampouco com o Nova Cotia, em Cotia. Porque isso ocorre?

Segundo Bajoit (2004), quatro componentes estão na base de motivação das condutas. São eles (i) o cálculo, (ii) o hábito, (iii) a identificação e (iv) a convicção. Toda relação social comporta meios desiguais de pressões, de controle das finalidades, de controle dos recursos de modo a reproduzir as posições de status e domínio. Então, o domínio sobre as finalidades, os recursos e as restrições sociais é o que está em jogo. Isso é bastante claro nas “cooperativas de reciclagem”, nas relações desenvolvidas entre coordenadores e trabalhadores. Há casos – São Paulo é o referencial – em que tal situação é facilmente percebida, pois são os coordenadores que decidem todos os aspectos da atividade, isto é, têm controle integral da gestão.

Bajoit apresenta os conceitos de grupo de pertença positivo e grupo de referência positivo, bem como o conceito de grupo de referência negativo. Estes conceitos surgem da articulação entre qualidades valorizadas socialmente, portanto

---

<sup>72</sup> Visita realizada no dia 03 de março de 2004 ao partido de Loma de Zamora, região do conurbano bonaerense na qual está a sede da cooperativa Nuevo Rumo.

positivas, e qualidades desvalorizadas socialmente, portanto negativas, com os sentimentos de identificação e diferenciação experimentados pelos indivíduos.

Uma pergunta é feita acerca da força das identidades coletivas: ¿qué hace la fuerza de una identidad colectiva? Encaminhando sua argumentação, o autor afirma que “una identidad colectiva será tanto más sólida y durable en cuanto los miembros del grupo están (explícita o secretamente) más orgullosos de dichos rasgos” (BAJOIT, 2004, p. 137).

Sendo os processo de socialização os responsáveis por moldar o indivíduo e conforme aqueles quatro traços motivacionais, tem-se que a relação social representa intercâmbios entre indivíduos ou grupos que são ao mesmo tempo formas de participação e de desigualdade. Como forma de participação, indicam finalidades comuns ou não e o emprego de recursos graças à competência; como forma de desigualdade dizem respeito a certas retribuições que valoram desigualmente conforme o status social e o exercício desigual, de uns sobre outros, de pressões.

Este modelo foi utilizado para a análise da atuação de alguns agentes presente nas “cooperativas de reciclagem”. Na maioria das vezes, o “projeto de reciclagem” é uma idéia pensada por um líder comunitário – foi assim em Jandira com o Chico Mendes, com a presença de um líder sindical – ou uma mescla de agentes – sociólogo, líder religioso, leigos e político – caso da associação NORA.

Disto conclui-se que raramente os trabalhadores por si só iniciam a caminhada rumo à organização.

Conforme conversas com os trabalhadores da Nuevo Rumo em Buenos Aires, o caso deles representa uma exceção à regra, pois a iniciativa partiu dos interessados, porém muito em torno de um líder: o cartonero Paco.

Então, enquanto a atividade não deslança e os trabalhadores não assumem o comando, as principais decisões são tomadas pelos coordenadores; há casos em que ocorre avanço econômico, porém os trabalhadores são mantidos à margem do processo decisório. Em um momento no qual se buscam alternativas à economia de mercado, seria de imaginar que tais organizações se guiassem por valores da “outra economia”. Porém, isto parece ser a exceção, não a regra. Para ilustrar, cito o fragmento abaixo representado pelo item K de um estatuto a mim fornecido, em 2001, por um empreendimento<sup>73</sup> de relativo sucesso em São Paulo:

K) – Incluir, ainda entre outras finalidades institucionais: a proteção e preservação do meio ambiente; o apoio, permanente, à plataforma da AGENDA 21, do Fórum Lixo e Cidadania, do Fórum Recicla São Paulo; a proteção: ao consumidor, **à ordem econômica, à livre concorrência**, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, **dispensada a autorização da assembléia geral para suas ações** (Estatuto, p.8) [grifo meu].

O negrito refere-se aos compromissos assumidos, ao meu ver, com a reciclagem clandestina, pois embora estejam oficializados para a realização da

---

<sup>73</sup> O nome do projeto é omitido porque este trabalho não pretende ser uma obra de denunciamento e sim contribuir com dados para reflexão e avanço do setor.



Coleta Seletiva, recebendo apoio do poder público em São Paulo, a ação parece estar dentro da mesma lógica encontrada por Legaspe em 1996. A inserção deste item no estatuto explicita os objetivos daqueles que se aproveitam desta categoria de trabalhadores em prol de suas carreiras políticas e agem como *vassal*os dos senhores industriais na medida em que “adoçam” a imaginação dos participantes e dos colaboradores da coleta seletiva com a sensação de estarem contribuindo com um projeto ecológico.

Contudo, não obstante um fato como esse, nos projetos citados – NORA, Chico Mendes e Nova Cotia – alguns aspectos parecem depender também dos trabalhadores. Um destes aspectos é a possibilidade de constituírem uma identidade, em boa medida, compatível com os desafios do trabalho eco-solidário. Neste sentido, encontramos fatos bastante interessantes.

Um obstáculo importante para a participação de catadores em projetos de reciclagem é a relativa liberdade da qual gozam em seu trabalho na rua<sup>74</sup>. Qual o motivo para participar de uma atividade na qual terá que cumprir horário, seguir ordens se pode trabalhar por sua conta e risco? Afinal, exploração por exploração, continua na sua situação atual.

---

<sup>74</sup> “Aparentemente, a rua é o lugar que se contrapõe ao espaço restritivo da empresa, que rompe com a organização taylorista do trabalho, que eliminou o prazer e o lúdico desta atividade e foi corroborado pela organização científica do trabalho, que desenvolveu estratégias para aumentar a produção pela disciplinalização dos corpos, sendo um exemplo dela a introdução das esteiras rolantes. [...] Aparentemente, o espaço da rua apresenta-se como antônimo desta organização, com possibilidade de escolhas, de alternativas que são criadas, exatamente porque a rua é um espaço onde cada um cuida de si. Mas, a análise [...] revelou o caráter paradoxal do uso da rua pelos trabalhadores, ou seja, a rua como sofrimento e prazer, liberdade e cerceamento”. (SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos. *Coletores de Lixo: a ambigüidade do trabalho na rua*, 1999, p. 70-71)

Existem também catadores de papel que, conscientes das possibilidades de organização e sendo orgulhosos do que fazem como na cooperativa Nuevo Rumo, onde os trabalhadores definem dois tipos de cartoneros: aqueles que são cartoneros e têm na atividade sua profissão e aqueles que estão cartoneros, pelo desemprego, por exemplo. Quando uma identidade orgulhosa é articulada de forma cooperativa e informada acerca da dimensão ambiental de sua atividade, os trabalhadores agem por convicção, alteram seu *habitus*<sup>75</sup> ou, para ser mais realista, modificam práticas, já que essas não se encontram tão arraigadas como aquele, para se beneficiarem das oportunidades surgidas com uma maior consciência ecológica.

Como desenvolvermos novas formas de realizar a reprodução da vida, se nossas experiências são informadas pelas relações atuais que devem ser transformadas, mudadas no processo de gestação da outra economia<sup>76</sup>? Porém, outras questões se colocam aí, sendo no caso dos recicladores colombianos um dos principais obstáculos: “o fato de a maioria dos sócios não ter estudo secundário impede uma participação plena destes nos cargos de eleição e nas decisões da cooperativa que requerem conhecimento especializado” (RODRIGUEZ, 2002, p. 355).

---

<sup>75</sup> Como fazer isso se o *habitus* (Bourdieu, 1991) representa um conjunto de disposições, de estruturas cognitivas e motivacionais que relacionam princípios de percepção e apreciação das experiências atuais e futuras? Desta forma, o *habitus* é produto e condição relacional entre o passado e as condições de existência e de produção deste mesmo *habitus*. Este conceito parece ser importante ponto de apoio na difícil tarefa de problematizar uma dimensão tão cara, atualmente, mas às vezes tão idealizada como esta do campo de atuação popular, não só em relação aos trabalhadores que se pauperizam cada vez mais, mas também pela atuação daqueles que com eles interagem no papel de promotores da “outra economia”.

<sup>76</sup> O desafio nos remete ao conceito de *habitus* e impõe a necessidade de pensar a relação entre este e a transferência (fenômeno comum que testa a capacidade de adaptação do indivíduo em ambiente diferente daquele onde adquiriu seu *habitus*, por exemplo, na migração campo-cidade), pois atuam no campo da economia social, trabalhadores formados na relação assalariada, jovens em busca do primeiro emprego, catadores de papel tendo que assumir um protagonismo, donas de casa montando empreendimentos.

Neste aspecto, é importante a fala de uma das trabalhadoras colombianas: “não compreendo muitas coisas que dizem e é minha filha que tem que me explicar” (RODRIGUEZ, 2002, p. 356). E o depoimento de Ana Beatriz de cerca de 70 anos, sócia fundadora da cooperativa, que explicita a divisão entre dirigente e operários “os chefes e nós os operários” (idem).

Nicolau (2003), constata situação semelhante em uma entidade de assistência na área de reciclagem, voltada a moradores de rua, na cidade de São Paulo. A autora atesta o fato de que, após a iniciativa ter atingido um certo patamar de organização, os trabalhadores são preteridos em benefício de pessoas que não são e nunca foram catadores de papel. Assim, a ação conduzida pela igreja, com enorme potencial, esbarra em práticas discriminatórias que impedem o avanço da cidadania ao negar aos ex-moradores de rua a coordenação do trabalho.

Desta forma, os obstáculos à constituição de uma identidade ativa são uma constante no cotidiano dos projetos, pois além das atitudes negativas de líderes e de práticas discriminatórias das instituições, ocorre a incorporação de trabalhadores (as) com *habitus* estabelecido no exercício do trabalho formal. Um motorista na casa dos 40 anos de idade que com dificuldades de trabalho passa a atuar na reciclagem, concorre contra esta identidade, pois enxerga sua condição como algo passageiro, mantendo sempre expectativa de obter um bom emprego e retornar ao mercado formal: afinal é motorista. Então, este trabalhador mesmo tirando seu sustento da reciclagem não assume a identidade e faz o possível para não ser associado ao grupo de catadores, de modo que para ele este é um *grupo de pertencimento negativo*. Percebeu-se na conversa com os “cartoneros” da cooperativa Nuevo

Rumo, no partido de Loma de Zamora, localizada na grande Buenos Aires, que as pessoas que desistiram da organização frente às primeiras dificuldades não eram “cartoneros” e sim estavam “cartoneros”.

## 4.2 COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES?

Embora limitadas à esfera da sobrevivência, as ações empreendidas pelos catadores de papel são, geralmente, identificadas como “cooperativas”. Isso ocorre com a literatura especializada que de forma equivocada e visando simplificar a discussão propõe chamar de “cooperativa de coleta seletiva os diversos modelos: associação ou cooperativa de catadores ou de revalorizadores de materiais recicláveis” (GONÇALVES, 2003, p.32). Porém, a unificação de conceitos distintos como o são *associação* e *cooperativa*, menos que contribuir para o avanço da atividade, dificulta o entendimento da ação e a produção de conhecimento, além de afetar o desenho de políticas públicas adequadas.

A realidade que a nomenclatura “cooperativa de reciclagem” expressa, freqüentemente não se verifica nos empreendimentos que assim se identificam. Mesmo quando tais ações justificam o modelo cooperativista, imprimindo posturas e valores solidários na condução do empreendimento, com relação ao trabalho, a questão é delicada: o termo “revalorização” ou “reciclagem” designa apenas a coleta de resíduos recicláveis para posterior comercialização, em geral feita no varejo e com agregação mínima – prensagem – de valor.

O uso do termo “cooperativa de reciclagem” na definição de tais ações revela a difusão desta possibilidade jurídica na área, embora seja reduzido o número de atividades organizadas neste formato, estando a maioria dos grupos na informalidade ou organizados sob a forma jurídica da “associação”.

Alcântara (2003), mostra que a institucionalização da economia solidária inspira-se na experiência do Rio Grande do Sul que, em 2001, durante o governo de Olívio Dutra, inovou na implantação de mecanismos de incentivo “à geração de renda, tendo como modelo os empreendimentos solidários autogestionários, **priorizando-se o formato organizacional das cooperativas**” (p.76) [grifo meu]. Esta autora alerta para o fato de que “as normas apenas condicionam o comportamento, pois não podemos negligenciar a presença da reflexividade dos indivíduos. Embora existam normas, os indivíduos podem optar por ignorá-las” (ALCÂNTARA, 2003, p.68).

Ora, no caso dos catadores de papel, é necessário pensarmos não só na recusa do indivíduo, mas também nas características do grupo para se apropriar ou mesmo perceber as possibilidades criadas pela institucionalização da Economia Solidária, movimento organizacional que busca instituir, em nível federal, órgãos de apoio e regramento a este fazer econômico. Isso deve ser levado em conta, principalmente se tal institucionalização ocorrer elegendo, unicamente, a cooperativa como empresa autogestionária, em detrimento, por exemplo, da forma jurídica da associação. Rech e Veiga (2003), mostram que, comparativamente, associações e cooperativas são iniciativas de finalidades distintas, mesmo que possam ser complementares. Para eles

A associação tem como finalidade a promoção, educação e assistência social e, neste sentido, cumpre um importante papel. A cooperativa, mesmo que possa atender à mesma finalidade da associação, tem sua especificidade relacionada à atividade econômica: viabilizar o negócio produtivo em relação ao conjunto dos seus associados. Por isso entende-se que a forma organizativa mais adequada, quando se quiser reunir pessoas e levar adiante uma atividade social, é a associação. No entanto, quando se quiser desenvolver uma atividade comercial em média, ou grande escala de forma coletiva, e retirar dela o próprio sustento, a forma organizativa mais adequada é a cooperativa (RECH e VEIGA 2003, p. 37).

Com relação aos empreendimentos de segunda geração temos, então, duas dificuldades. A primeira diz respeito à necessidade de legalização, que nos parece impor a cooperativa como horizonte desejado vindo a constituir-se numa questão de caráter teórico, legal e prático. Por que isso?

O aspecto teórico diz respeito à necessidade de se problematizar a associação como modelo de organização, para demonstrar sua adequação, no atual momento, às características e necessidades de agentes precarizados como o catador de papel; o aspecto legal aponta problemas para os empreendimentos de reciclagem, pois seu fazer comercial pode ser contestado, “já que não é da natureza das associações se dedicar ao comércio e sim apenas à promoção e assistência social...” (RECH e VEIGA, 2001, p. 20); do ponto de vista prático, a retirada de restrições à comercialização, bem como a permissão legal para que a diretoria da associação fosse remunerada, beneficiaria, além dos catadores de papel outros grupos frágeis amplamente encontrados em espaços urbanos, como os camelôs, por exemplo, permitindo-lhes iniciar seu trajeto na busca de organização.

A segunda dificuldade tem a ver com o avanço da posição inicial - caracterizada pela atividade de coleta e comercialização - ocupada pela maioria dos

empreendimentos de geração de trabalho e renda na cadeia produtiva da indústria da reciclagem. Porém, estas dificuldades não se excluem, não permitem que operemos uma separação, pois a resolução desta segunda questão tem como pressuposto a formalização jurídica do grupo, já que qualquer avanço na cadeia da reciclagem requer um elevado grau de organização, atingido por algumas das iniciativas de primeira geração, que se tornam agentes econômicos plenos, na medida em que, após longo percurso, conquistam respeito e reconhecimento social e público-institucional.

Vamos entender melhor a primeira dificuldade. A regulamentação da cooperativa é feita pela LEI 5.764, que data do ano de 1971. Esta legislação, organizada em outro contexto social e econômico, tem se revelado inadequada às necessidades atuais.

Elaborada durante a ditadura militar, a lei incorporou um aspecto fortemente limitante à disseminação do modelo: o estabelecimento de um número mínimo de 20 pessoas para constituir uma cooperativa. Inúmeros esforços têm sido feitos no sentido de mudar tal regra, a qual dificulta o acesso à organização por parte dos trabalhadores.

Ora, como os catadores de papel, pela lógica de sua atividade, constituem um grupo disperso, o processo de reunião de 20 pessoas, embora possível, é

extremamente difícil de ser cumprido<sup>77</sup>. Outro complicador é o fato de que este formato exige um maior protagonismo do trabalhador. Assim, elementos como desconfiança, pouca escolaridade, imediatismo e falta de integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos (GONÇALVES, 2003) obstaculizam uma participação de qualidade. Isto cria dependência e propicia um certo “dirigismo” por parte dos promotores das ações, ou até mesmo a negação do direito de organização dos trabalhadores, como tem ocorrido com alguns empreendimentos em São Paulo.

Sendo assim, a forma jurídica cooperativa não representa, ou representa para poucos grupos de catadores, uma verdadeira opção. Importante destacar a Associação dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis (ASMARE) que, segundo um dos organizadores do projeto, optou pelo modelo da associação frente à obrigatoriedade de pagar impostos. Na análise da associação como forma de legalizar atividades econômicas, a literatura aponta para desvantagens em relação às cooperativas, pois aquela:

1. Engessam o capital e o patrimônio, isto é, no caso de haver excedente este não pode ser distribuído entre os associados: tem que ser direcionado para a atividade-fim da associação.
2. São menos profissionais, pois não têm uma direção remunerada para poder liberar seu tempo e correr atrás de negócios para a associação (RECH e VEIGA, 2003, p. 38).

A questão da não remuneração da diretoria da associação representa, no caso de algumas iniciativas, uma limitação importante, merecendo comentários. Há exemplos de empreendimentos de reciclagem que, durante o processo de

---

<sup>77</sup> “Por sua vez, o crescimento de pequenos grupos ou associações é proporcionalmente alto, indicando que o modelo referendado na lei cooperativa vigente, que estabelece no mínimo vinte sócios, precisa ser superado” (ICAZA, 2004, p. 34).



legalização, usa a lei para impedir a participação plena dos catadores. O argumento é o de que os catadores fazem retiradas e nestas condições, caso ocupem cargos de direção, estariam infringindo a legislação<sup>78</sup>.

Conforme Nunes (2003 apud Alcântara, 2003), as associações são hoje, em sua maioria, não-monetárias e não-mercantis, estando, portanto, legalmente impedidas de comercializar seus produtos. Afirma o autor que, no caso brasileiro, as associações negligenciam esse aspecto e realizam transações monetárias e mercantis. Este fato é facilmente atestado no cotidiano das associações de “reciclagem”, significando que estes empreendimentos atuam na ilegalidade. Acredito que a saída desta condição deva se dar por meio da criação de dispositivos que regulamentem a associação como entidade apta a realizar operações econômicas e mercantis.

Porque tal modelo jurídico, mesmo em face das limitações, seria o mais usual? Porque, mesmo diante da impossibilidade da atuação econômica, os empreendimentos de reciclagem que se organizam pela forma associativa são maioria? Em busca de pistas, é importante a contribuição de outros autores acerca do associativismo. Destaco fala na qual na qual o associativismo é visto como um movimento que

---

<sup>78</sup> Ressalto o fato de que projetos surgidos na região Oeste com os quais tenho contato, como o NORA e o Chico Mendes, espelharam-se em ação que utilizou este argumento e afastou os catadores da diretoria da entidade. Porém, ao longo do tempo aqueles projetos avançaram desta proposta, na medida em que são os trabalhadores aqueles que exercem os cargos diretivos na associação.

[...] projeta um modelo de regulação alternativo na medida em que se fundamenta no exercício da cidadania, buscando propor modos plurais de atuação e instaurar um movimento de interação dos espaços econômicos, sócio-político e cultural. Nesta perspectiva mais ampla. Nesta medida se oferece como um agir coletivo diferenciado, que pode ser interessante para a “outra economia”. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Além destas características das associações, como parte de um movimento mais amplo, destaco que elas

[...] têm duas vantagens para grupos que querem comercializar seus produtos, que estão começando e ainda não se sentem seguros para fundar uma cooperativa:

1. O gerenciamento é mais simples.
2. O custo do registro é menor.” (RECH e VEIGA, 2001, p. 38).

É provável que grande parte dos grupos de reciclagem constituiu-se como associação devido às possibilidades que esta forma organizacional oferece. Por um lado, permite a legalização dos catadores mesmo diante de um número mínimo de trabalhadores e da falta de apoio público-social. Por outro lado, essa forma jurídica propicia uma flexibilidade tal que permite e potencializa a existência de relações caracterizadas por fluxos e intercâmbios entre o empreendimento e as atividades econômicas particulares dos trabalhadores, indo além do aspecto individual e estabelecendo conexões entre a associação e as famílias.

Mas não é só. Tudo isso se processa, sem que os associados sejam lançados na relação econômica propriamente dito. A associação surge ainda como espaço de articulação entre o mercado e as dimensões sociopolítica – tão cara ao avanço do movimento dos catadores –, cultural e ambiental.

Discute-se agora a segunda dificuldade: o avanço de tais ações na cadeia da reciclagem. Uma vez aceito que o pressuposto básico para que ocorra avanço destes empreendimentos na cadeia da reciclagem seja sua formalização jurídica, verifica-se que esta é uma condição necessária, porém não suficiente. Por quê?

Para além da legalização, tais ações devem ser geridas pelo conjunto dos trabalhadores interessados, ou seja, os catadores de papel. Como isso se daria? Suplantando o “dirigismo” dos agentes e instituições de apoio<sup>79</sup>, de modo a equilibrar o econômico e o social.

Para que sejam social e economicamente viáveis, constituindo-se em empreendimentos econômicos solidários (GAIGER, 1999), isto é, para que atuem através de ações sócio-econômicas que apresentem equilíbrio entre os vetores empresarial e solidário, necessariamente deverão avançar na cadeia produtiva da indústria da reciclagem, tendo em vista os fatores limitantes, do contrário deverão criar circuitos alternativos à cadeia oficial (no setor de plásticos PET, material geralmente utilizado na embalagem de refrigerante, isso é possível).

---

<sup>79</sup> Parece ser comum ao processo de implantação, estruturação e manutenção de um empreendimento, sem importar o formato jurídico – cooperativa, associação, etc. – que os apoiadores, mesmo aqueles guiados pelos ideais mais nobres, em algum momento da trajetória de parceria exacerbem seu papel, passando a tomar decisões que obstaculizam a autonomia e autogestão. Isso ocorreu com a Fundación Social no caso dos recicladores da Colômbia. Apesar do apoio fundamental nos 12 anos em que durou a parceria, tal etapa foi vivenciada com a demonstração clara das “virtudes e dificuldades características da intervenção de uma organização facilitadora externa [...] [diante da] possibilidade de a Fundación Social intervir diretamente na gestão das cooperativas a fim de as tornar rentáveis gerou uma reação negativa entre os recicladores organizados, que insistiram na sua autonomia e na sua capacidade de autogestão. (RODRIGUES, 2002, p. 350). O conflito resolveu-se com o rompimento da parceria, fato que coloca um novo desafio aos trabalhadores que, atravessam “um período crítico em que sua capacidade de desenvolvimento autônomo está para ser comprovada”. (idem, ibidem)

Com relação àqueles que sobrevivem da catação é visível a inexatidão entre a denominação cooperativa de reciclagem e a realidade, pois as ações, em sua maioria, informais ou legalizadas como associações não utilizam o modelo da cooperativa e sequer fazem reciclagem. Sendo assim, um dos aspectos a ser considerado para atestar a eficácia destes empreendimentos associativos é o seu potencial para romper com as precárias condições, sintetizadas pelo uso da “carrocinha” (tração humana) ou de carroças (tração animal) nos quais são coletados os materiais, de forma a concorrer para adequar a atividade a regras mínimas de ergonomia, via mecanização.

#### **4.3 A ECONOMIA DE TRABALHO COMO PRISMA TEÓRICO DE ANÁLISE**

Coraggio (1999, 2000; 2000a; 2003) oferece aportes teóricos que vão nos permitir apreender, descrever e compreender os fluxos, as extensões e relações entre as unidades familiares e os empreendimentos eco-solidários constituídos pelas unidades locais de reciclagem de segunda geração, pois este autor quando fala da economia popular quer afirmar

[...] uma possível, mas ainda não constituída configuração de recursos, agentes e relações que, mantendo algumas características qualitativas centrais do agregado de economias domésticas, institucionalizaria regras internas de regulação do trabalho e da distribuição de seus resultados, articulando-se como subsistema em relação ao conjunto da economia (CORAGGIO, 2000, p. 195).

A economia do trabalho surge, assim, como uma referência teórica na qual

[...] o conjunto da economia é visto a partir da lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada, confrontando essa hegemonia [capitalista] e afirmando a primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos (CORAGGIO, 2003, p. 88).

Importantes conceitos desta teoria são a *unidade doméstica* (UD) (**Quadro 2**) e o *fundo de trabalho*, definido como sendo formado

pelo conjunto das diversas (em quantidade e qualidade) capacidades de trabalho dos membros da unidade doméstica, crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres (CORAGGIO, 2000a, p. 188).

Para Coraggio, não existe um tipo ideal de unidade doméstica nos mesmos moldes da empresa capitalista, devido ao fato da UD não estar sujeita à ação de uma força uniformizadora semelhante à do capital, uma vez que admite ampla variação, acompanhada das idiossincrasias das pessoas, grupos e das culturas e conjunturas econômicas.

**Quadro 2 – As diferentes visões do conjunto da economia**

Tipo de Economia	Lógica e Desdobramentos	Forma Elementar de Organização	
Economia do capital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lógica do capital e de sua acumulação</li> <li>• Sistema de interesses hegemônico pelos interesses gerais ou de determinadas frações dos capitalistas</li> </ul>	Microeconômica	Empresa Capitalista
Economia do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada</li> <li>• Confrontando essa hegemonia e afirmando a primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores – valorização do nós em oposição ao eu sem, no entanto, anular o indivíduo – de suas múltiplas identidades e agrupamentos</li> </ul>	Microsocioeconômica	Unidade Doméstica (UD)

Singer entende que a unidade doméstica<sup>80</sup> é uma unidade de consumo que pode ser também uma unidade de produção, mas pensa que não se pode “tomar a ‘unidade doméstica’ como descrevendo uma economia” (SINGER, 2000a, p. 145).

Esta divergência pode ser mais bem aclarada no seguinte fragmento: “A maior dificuldade, ou se quiserem, a maior objeção teórica que eu tenho à proposta do Coraggio é quando ele se refere aos setores populares como a todo os assalariados” (Idem, Ibdem). Singer apresenta uma contextualização do conceito de setores populares que associa o popular ao pobre e afirma que

Durante 30 anos, para nós, classes populares são classes de baixa renda. Agora, no que o Coraggio nos propõe, a alta renda está dentro das classes populares. O que ele diz é que todos os assalariados estão dentro das classes populares. Então, até mesmo os que dirigem as maiores empresas capitalistas se incluem, porque eles são assalariados. Se o sujeito é um diretor da Volkswagen, ou do Bradesco etc. etc., ele faz parte das classes populares? Eu acho isso complicado (SINGER, 2000a, p. 146).

É importante a observação de Singer, mas para o que se objetiva aqui, argumentarei na defesa da visão apresentada por Coraggio. Primeiro: a renda tem a ver com a função exercida e com a consciência do trabalhador e não há como negar diferenças entre trabalhadores que ganham milhares de dólares e outros que ganham cem dólares por mês. Visto desta forma, a renda aparece como critério importante.

---

<sup>80</sup> Uma divergência digna de nota, quanto ao uso da UD, ocorreu durante o seminário Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia, realizado em 1999 e que deu origem ao livro de mesmo nome no ano de 2000.

Vejamos, contudo, o que nos fala Coraggio a esse respeito:

[...] pensar nas classes como camadas por níveis de renda, que é o que a CEPAL faz, ou o que fazem os sistemas estatísticos. Eu me recuso a ver nível de renda como categoria fundamental. Nem sequer o acesso aos ativos produtivos dos meios de produção aparecem como critério, em muitos casos. O nível de renda acho que ajuda, mas não é o suficiente, e que, neste ponto de vista, uma coisa não invalida a outra: a função e o nível de renda devem ser considerados (CORAGGIO, 2000a, p. 137).

Segundo: recordo alguns cursos de formação em cooperativismo oferecidos pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/USP, bem como das discussões no grupo de trabalho, coordenado por Singer, sobre o complexo cooperativo de Mondragon, no país Basco.

Durante as instigantes discussões acerca das possibilidades de se implantar uma outra economia, o professor Singer fazia uso da seguinte figura de linguagem: o fio da navalha. Contudo, o que “o fio da navalha” queria significar?

Ora, o criativo professor utilizava-se didaticamente desta metáfora para mostrar a estreita margem da qual dispõe o empreendimento econômico-solidário para sua atuação. Mais que isso. No dia-a-dia, as cooperativas tinham um espaço muito tênue entre as ações propriamente solidárias, inovadoras e de acordo com os princípios do novo cooperativismo, e o agir dentro dos parâmetros do mercado capitalista, isto é, orientado para o lucro, via exploração do trabalhador.

Essas observações são deveras importantes, porém as proposições de Coraggio alargam aquele fio de navalha, ampliando as possibilidades de análise e as margens de atuação socioeconômica dos setores populares, pois em sua visão o mercado é percebido como um mecanismo indispensável para a economia do trabalho:

En varias de las propuesta alternativas se tiende a ver el mercado sólo como un mecanismo perverso, cuyos valores y pautas de comportamiento deben ser contrariados por una lucha cultural. Esto es válido para el mercado capitalista, cuyo automatismo libre no sólo no cumple con el resultado smithiano de alcanzar el bienestar general, sino que destruye la vida social y la naturaleza. Pero no se sigue necesariamente para todo tipo de mercado (RAZETO, 1994), ni en particular para las relaciones mercantiles de la economía del trabajo. Es más, para ésta el mercado es un mecanismo indispensable sí intentamos encontrar alternativas efectivas para mejorar significativamente las condiciones de vida de las mayorías urbanas (CORAGGIO, 1999, p. 119-120).

Terceiro: um ponto mais surge como decisivo na defesa desta visão teórica. Coraggio (2000), mostra que uma das formas usuais de realização do fundo de trabalho, da qual a UD lança mão, é a produção de bens e serviços sob a forma de mercadoria, para serem vendidas por um preço determinado. Quando isso ocorre, a unidade doméstica passa da condição de simples vendedora de força de trabalho a vendedora de produtos ou serviços para um ou mais clientes<sup>81</sup>.

Assim sendo, a UD torna-se um empreendimento, individual ou coletivo, que mesmo estando separado do domicílio – freqüentemente moradia e empreendimento

---

<sup>81</sup> Isso ocorre com aquelas unidades domésticas que cedem seus trabalhadores ao empreendimento de reciclagem. Este último surge como uma extensão da lógica de reprodução daquelas, na medida em que, recolhendo materiais recicláveis permite que os trabalhadores realizem o fundo de trabalho da UD; presta serviços essenciais à comunidade, pois executa conservação e limpeza pública e contribui para um meio ambiente urbano sadio; produz mercadorias na forma de matérias-primas comercializadas no mercado.



se confundem, estando localizados no mesmo lugar – tem uma lógica interessante aos propósitos desta pesquisa: o microempreendimento não se constitui numa empresa capitalista pequena ou ineficiente, pois conforme Coraggio “[...] ele é uma extensão da unidade doméstica, e o seu objetivo não é aquele de acumular *per se*, mas de manter e melhorar a qualidade de vida dos membros dessa unidade ao longo de sua trajetória vital” (CORAGGIO, 2000, p. 96).

Para Coraggio, o não reconhecimento destas singularidades explica os muitos fracassos dos planos de apoio aos microempreendimentos, que atuam como se as ações econômicas populares fossem empresas subdesenvolvidas que deveriam ser transformadas em empresas capitalistas, para serem “empresas de verdade”. Como fazem isso?

Isso é feito investindo-se em formação. Por exemplo, a contabilidade tem como objetivo separar a *economia da empresa* da *economia do lar*. Além disso, os planos não aceitam que haja a mesma fonte de recursos, isto é, que o dinheiro saia do mesmo bolso para cobrir os custos da empresa e as despesas da família, suas necessidades e catástrofes. Para atender estas determinações, criam-se situações, por exemplo, onde são distribuídos rendimentos insuficientes à reprodução da vida dos associados para tornar possível a sobrevivência da cooperativa. Acredita-se que, ao atingir um determinado patamar de organização um microempreendimento deveria iniciar a separação da economia de produção da economia de reprodução de seus membros. Mas, isso é uma situação rara na vida da maioria dos empreendimentos, pois

[...] em situações críticas, a unidade profunda entre produção e reprodução volta a se manifestar abertamente. Esta unidade é que dá sentido à economia humana [...].

Na realidade, nessa luta por tentar separar a empresa da unidade doméstica, a produção da reprodução, o empresário de sua família ou comunidade, muitos recursos e capacidades são destruídos e se aumentam os riscos, como bem demonstra a taxa de sobrevivência das microempresas que são processadas desta forma (CORAGGIO, 2000, p. 97). [grifo meu]

Analogamente, penso que no movimento de institucionalização da economia solidária corre-se o mesmo risco, pois uma análise apressada de um empreendimento associativo aparentemente inviável – poucos trabalhadores, quadro de evidente precariedade no cumprimento do trabalho, baixo rendimento, etc; pode levar a ver tais ações com reservas, pois jamais virão a ser cooperativas quando “crescerem”, já que se encontram fadadas à estagnação ou mesmo ao desaparecimento. Nesse caso, a vista turva não permitiria perceber virtude alguma presente em ações chave na realidade atual.

Este é um risco contra o qual deveria precaver-se todo aquele que contribui para a institucionalização desta “outra economia” como os próprios trabalhadores, promotores, técnicos, agências de fomento e pesquisadores, mas, principalmente, o homem de decisão, aquele que diz porque, como, quem e por quanto tempo apoiar.

A concepção teórica acerca da economia dos setores populares, expressa pela economia do trabalho, surge, assim, para viabilizar, empiricamente, esta abordagem investigativa, cujo objetivo é:

“problematizar ações organizadas de forma associativa, que integram práticas sociais à temática ambiental para geração de trabalho e renda via atividades de coleta e comercialização de materiais recicláveis”.

Apesar de possuírem características capazes de concorrer para (i) a inserção socioeconômica dos trabalhadores, (ii) a educação ambiental e (iii) ampliar a participação do cidadão, tais ações ficam aquém das soluções propostas, pois sua lógica de disseminação demonstra que a valorização da reciclagem decorre menos da conscientização ambiental que da inversão na ordem das ações estabelecidas como prioridades no Encontro da Cúpula das Nações (Eco-92) para o tratamento do lixo.

Sendo assim, o objetivo geral é verificar se a associação como forma organizacional flexível que, no caso empírico verificado, integra as dimensões sociopolítica e cultural ao fazer econômico, representa um modelo de legalização adequado à economia do trabalho.

Para a realização deste objetivo foram eleitos os seguintes passos:

- (i) apreender as relações entre um empreendimento organizado de forma associativa e as economias dos indivíduos e das famílias que a compõem;

- (ii) descrever as principais formas de realização do fundo de trabalho da UD e os usos dos meios de produção e reprodução (máquinas, equipamentos e instrumentos) que constituem fluxos entre empreendimento e UD;
- (iii) estabelecer algumas comparações possíveis entre as unidades domésticas pesquisadas e os dados da Pesquisa do Orçamento Familiar para a região sudeste ou para o Brasil.

A hipótese delineada, ao longo desta pesquisa, foi a de que o modelo da associação potencializa o empreendimento como uma extensão das unidades domésticas que o compõem, na medida em que legaliza a ação sem “engessar”, isto é, obrigar o indivíduo a optar por sua família ou pelo trabalho.

Assim, o modelo da associação não cobra do catador exclusividade ou dedicação integral ao empreendimento, antes possibilita que as unidades domésticas e o empreendimento, bem como a reprodução e a produção (meios de subsistência) mantenham unidade e sejam regidos por uma mesma lógica: a da reprodução ampliada da vida<sup>82</sup>. De forma geral, tal conceito deve permitir uma melhor apreensão da lógica e da viabilidade dos empreendimentos econômico-solidários.

---

<sup>82</sup> As pessoas possuem necessidades e aptidões diferenciadas. Reconhecer isso significa considerar a relação entre necessidades e os meios para satisfazê-las, pois a satisfação passa a depender de recursos e condições de acesso diferenciadas. No campo da reciclagem, é importante considerar que catador e promotor quando atuam num empreendimento eco-solidário, o fazem com diferentes propósitos e necessidades. O primeiro necessita de acesso aos meios de produção para obter melhores condições de reprodução da vida. A idéia que esta presente é a de carência, muito embora para mim, os catadores possuem saberes e conhecimentos fundamentais à atividade; os segundos necessitam de meios que lhes possibilitem um acompanhamento sistemático da ação. Para tanto, carecem de condições favoráveis à realização de seu trabalho. A idéia presente é a de aporte de saberes, conhecimentos e recursos importantes à atividade. Devo fazer ressalvas, pois como é sabido para toda regra existem exceções e não se trata aqui de idealizar o papel do promotor.

## CAPÍTULO 5

### **5 UM ESTUDO DE CASO: ASSOCIAÇÃO NORA - NOVO OSASCO RECICLANDO ATITUDES DOS TRABALHADORES COM MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Este capítulo apresenta e discute as opções metodológicas, justificando a pesquisa qualitativa, ao eleger o estudo de caso como forma de abordar o assunto e o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), uma forma de análise de dados discursivos. Após isso, define o foco empírico: empreendimento eco-solidário de segunda geração da cidade de Osasco/SP, retoma a economia do trabalho, a Unidade Doméstica (UD) e as formas de realização de suas capacidades produtivas.

Na delimitação do foco empírico realiza uma breve apresentação do contexto histórico-organizativo da cidade de Osasco, destacando seu papel na luta da classe trabalhadora em contexto nacional; apresenta e discute as motivações para a fundação da Associação Novo Osasco Reciclando Atitudes (NORA) dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis. A caracterização do empreendimento se dá evidenciando localização, produção, número de trabalhadores e jornada de trabalho diária e semanal cumprida. Segue apresentando os dados de campo para caracterizar as UD's pesquisadas, bem como a forma de realização de seu fundo de trabalho.

## 5.1 AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Este trabalho é um estudo de caso, pois “estes estudos têm por objetivo aprofundarem a descrição de uma determinada realidade” (TRIVINOS, 1987, p. 110), fato que possibilita apreender determinado fenômeno em toda sua riqueza e complexidade, pois desta maneira

[...] reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas à totalidade de uma situação. Por isso, ele recorre a técnicas de coleta das informações igualmente variadas (observações, entrevistas, documentos) e, aliás, freqüentemente refinadas: observação participante, sociometria aplicada à organização, pesquisa de tipo etnográfico (BRUYNE, 1991, p. 225).

Os estudos de caso podem ser de tipo *exploratório* ou *descritivo*. Os estudos exploratórios são realizados, por exemplo, para descobrir problemáticas, enquanto os descritivos, como aqui proposto, “tomam a forma de uma monografia, empenhando em descrever toda a complexidade de um caso concreto sem absolutamente pretender obter o geral” (idem).

Destaque-se o fato de que não necessariamente tais estudos devam ser limitados, pois

Os estudos de caso rigorosos não devem se limitar a uma descrição, por mais documentada que seja, mas apoiar-se em conceitos e hipóteses; devem ser guiados por um esquema teórico que serve de princípio diretor para a coleta de dados [...] (BRUYNE, 1991, p. 227).

Como o intuito é contribuir, a partir do preenchimento de algumas lacunas dentro da linha de pesquisa na qual se inseri, parece importante reter o fato de que o estudo de um caso particular só pode aspirar à cientificidade integrado num processo de pesquisa global e continuado, já que “geralmente, o caso singular coloca problemas, sugere conjecturas, refuta-as, ilustra uma teoria, mas não pode gerar esta última” (idem).

Assim, baseado numa teoria e aplicado a um objeto de conhecimento que dela decorra, mesmo que indiretamente, tende “a testar a validade empírica de um sistema de hipóteses metodicamente construídas com vistas à prova experimental” (BRUYNE, 1991, p. 227).

Quanto à generalização, o estudo de caso possui poder generalizador limitado. Apesar disto, contudo,

[...] esse gênero de caso visa ultrapassar o particular e autoriza certas generalizações empíricas, fundadas numa indução amplificadora que se esforça por penetrar na rede complexa dos fatos, dos fenômenos..., constitui objetos e pensamento por análise e por abstração e deles se deduz implicações (idem, ibdem).

Visa-se realizar uma análise aprofundada da associação, o foco empírico desta pesquisa qualitativa, cujas características inerentes – apesar das limitações legais à comercialização e a impossibilidade de que sua diretoria seja remunerada – constituem-na como modelo de legalização, que no momento parece o mais adequado às necessidades de trabalhadores pobres urbanos em busca de

organização. Este é o caso dos catadores de papel que constituem empreendimentos de reciclagem e passam a ter neste espaço algo mais que uma simples atividade econômica, já que a associação propicia a integração de outras dimensões importantes na luta pela sobrevivência.

Os instrumentos de pesquisa desenvolvidos incorporaram a preocupação em agir discretamente durante a fase de coleta de dados, de modo a não interferir, ou interferir o mínimo possível nas atividades cotidianas do empreendimento, dos trabalhadores e das famílias entrevistadas.

Destaco o cuidado ético em relação aos informantes, pois entrevistei somente aquelas pessoas de deram seu consentimento por escrito. Adianto também que, no intuito de preservar a imagem dos trabalhadores, das famílias e do empreendimento mantive, quando necessário, o anonimato dos entrevistados.

Tendo em vista que o trabalho pode resultar em conhecimento sobre o tema, bem como trazer à luz aspectos relevantes sobre o empreendimento em seu trajeto rumo à organização, há o comprometimento em devolver à comunidade, às famílias, aos indivíduos e ao empreendimento toda e qualquer informação que venha a ser considerada importante.

Sendo assim, a Associação NORA dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis da Cidade de Osasco, região Oeste da Grande São Paulo será o foco empírico, pois a partir do enquadramento teórico eleito, esta associação surge como



empreendimento metodologicamente adequado à realização do estudo proposto. Porque isso ocorre?

A Associação NORA, uma das três ações de segunda geração citadas no presente estudo, tem sua gênese na dinâmica de difusão do conhecimento sobre (i) a problemática do lixo, (ii) pela descentralização das ações de reciclagem e pela (iii) disseminação do conceito de economia solidária, pois seu surgimento se deu através de proposta técnica que aliava o associativismo cooperativo ao meio ambiente na geração de renda.

Na operacionalização da proposta técnica os organizadores da ação, líderes populares locais, sensibilizaram parte dos moradores para os problemas do lixo em sua dimensão ambiental, social e econômica. A ação desta liderança, doravante designada como coordenadores, foi irradiada desde o Centro Social Nossa Senhora das Graças, instituição através da qual a Igreja católica mobiliza a população da região para suas atividades culturais, sociais e assistenciais, tais como: (i) oficina de música e cantos, (ii) clube de mães e (iii) assistência a famílias carentes.

Os coordenadores, ao utilizarem suas capacidades – saberes, práticas, vínculos e demais recursos – na estruturação do empreendimento, estavam realizando parte do *fundo de trabalho* das famílias às quais pertencem, não para suprir carências, mas ao contrário criaram formas e canais de atuação – necessidade não atendida no atual estágio da democracia – visando contribuir na resolução de problemas de seu cotidiano imediato. Sensibilizados, os moradores

passaram a separar seu lixo e a doar a parte reciclável nele contido. Destarte, surge um outro ponto de contato entre a ação e o aporte teórico eleito, pois o mais fundamental dos fluxos entre a economia dos indivíduos e das famílias locais e a economia do empreendimento é aquele representado pelo escoamento do que é resto, para os primeiros, e matéria-prima às atividades deste último: o lixo, ou melhor, o volume reciclável nele contido.

Conforme dito anteriormente, esta é a principal qualidade de um empreendimento eco-solidário, pois o cidadão liga-se a uma atividade cujo triunfo pode contribuir significativamente na redução de impactos negativos do consumismo: a produção de lixo.

Outro ponto de convergência entre ação e a teoria é a família, apreendida por Coraggio através do conceito de unidade doméstica (UD), que é constituída “[...] por uma ou mais pessoas ou grupos, ligados por relações de parentesco ou de diversos tipos de afinidade (ética, de vizinhança, ideológica, etc.)” (CORAGGIO, 2003, p. 91).

A UD de Coraggio possui um *fundo de trabalho* conformado pelas capacidades (em quantidade e qualidade) produtivas possuídas por seus membros e potencializado com meios de produção e insumos. Ao longo do ciclo de sua formação e desenvolvimento, as formas de realização destas capacidades, são:

- (i) trabalho de reprodução complementado em diferentes graus;

(ii) trabalho mercantil; b1) de produção e b2) dependente assalariado;

(iii) como trabalho de formação;

(iv) trabalho comunitário ou de organização coletiva.

A seguir desmembra-se, não necessariamente na ordem acima descrita, estas diversas formas de realização do fundo de trabalho. A primeira forma destacada de realização do fundo de trabalho é o *trabalho assalariado*, ou seja, a venda da força de trabalho em troca de um salário.

Uma alternativa de uso do fundo de trabalho é a realização de um *trabalho que produza bens ou serviços sob a forma de mercadorias*, que são vendidas a preços determinados.

Uma terceira forma de usar o fundo de trabalho é o *autoconsumo* direcionado para a produção de bens e serviços utilizados pela própria unidade doméstica. Aqui o autor dá destaque àquele trabalho comumente chamado de *trabalho doméstico*, citando exemplos como: trabalho de limpeza, trabalho de cozinha, trabalho de tomar conta de crianças, mas incorporando também outros esforços feitos pela UD para a construção de móveis e a construção da casa própria, por exemplo. Coraggio chama estas ações que contribuem diretamente para a reprodução da unidade doméstica, mas que não passam pelo mercado e nem tomam a forma de dinheiro, de *trabalho de reprodução propriamente dito*.

Agora é que nos parece o momento crucial, pois o autor afirma que estas formas de realização do fundo de trabalho representam uma categoria, e sobre ela vejamos o que mais ele nos diz: “esta categoria inclui também suas formas mais ampliadas: o *trabalho solidário para produzir bens ou serviços de consumo coletivo*” (CORAGGIO, 2000, p. 98).

Há ainda uma outra forma de realização do fundo de trabalho representada por investimentos feitos nas próprias capacidades dos trabalhadores, membros da comunidade doméstica, potencializando suas habilidades e aptidões para vários usos, como compreender situações, fazer diagnósticos, organizar-se, produzir e consumir mais racionalmente.

Este tipo de trabalho, considerado por Coraggio como um investimento, é chamado de: *trabalho de formação para o desenvolvimento das capacidades individuais ou coletivas*. Listo então, cinco conceitos que caracterizam as diversas formas de realização do fundo de trabalho. São eles:

- *trabalho assalariado;*
- *trabalho que produz bens ou serviços sob a forma de mercadorias;*
- *trabalho de reprodução propriamente dito;*
- *trabalho solidário para produzir bens ou serviços de consumo coletivo;*

- *trabalho de formação para o desenvolvimento das capacidades individuais ou coletivas.*

Além do fundo de trabalho, Coraggio demonstra que a UD possui *meios de produção e de reprodução* como *máquinas, instrumentos, equipamentos* e outros meios de vida duradouros como uma *geladeira*, uma *máquina de costura* e mesmo sua *moradia*.

Num primeiro momento, os pontos de contato entre o referencial teórico e a ação que fez surgir o empreendimento eco-solidário investigado, foram percebidos pelas descrições de Coraggio acerca da semelhança entre a realização do fundo de trabalho da UD e as tarefas levadas a cabo pela coordenação da associação NORA no cumprimento de *trabalho comunitário para a organização coletiva*.

A partir da forma de realização do fundo de trabalho da unidade doméstica, de um ponto de vista microssocioeconômico, Coraggio define os principais aspectos da economia popular:

- (i) o emprego por um salário não tem sido, não é, e o será cada vez menos, uma das formas de realizar as capacidades de trabalho das UD's
- (ii) a economia do trabalho não se resume exclusivamente às formas de produção autônoma dos trabalhadores;

- (iii) as relações de produção, de trabalho e de distribuição não estão objetivadas, mas sujeitas a relações interpessoais de parentesco ou de afinidades que as co-determinam;
- (iv) a atividade da UD em prol da reprodução não se limita ao consumo de bens e serviços materiais, ampliando-se para incluir afetos, identidades e outras relações interpessoais.

A fundação dos empreendimentos é, portanto, o segundo ponto importante a destacarmos em relação ao pressuposto teórico, pois

Da possibilidade de ascensão aos meios e condições de vida, e do modo de uso deles depende a qualidade de vida de seus membros, imediata e intergenerativa.

Os produtos de própria produção, assim como a força de trabalho (vendida em troca de salário), ou os produtos e serviços que são vendidos por um ingresso mercantil, resultam do exercício das capacidades que conformam o fundo do trabalho das UD: energias físicas, habilidades, destrezas, disposições, conhecimentos codificados adquiridos por meio de educação formal, não-formal, informal, ou saberes tácitos, adquiridos pela prática ou transmitidos de geração para geração; capacidades que possuem os membros da UD e que são potencializadas com meios de produção e insumos, especialmente no caso da produção de bens (CORAGGIO, 2003, p. 91).

A associação NORA revelou-se como uma extensão entre as práticas econômicas das diversas famílias e indivíduos – moradores, coordenadores e trabalhadores e trabalhadoras do empreendimento – que as compõem e que atuam (i) na separação e doação dos materiais, (ii) na coordenação da ação, mas principalmente (iii) no exercício da atividade em si: os catadores de papel que puderam e quiseram aderir à ação.

E com relação à pessoa que aderiu à proposta destacam-se diferentes níveis de participação. O cidadão, por exemplo, ao separar e doar seu resíduo participa uma vez; o líder local participa duplamente (i) separa e doa seus resíduos de consumo e (ii) coordena a ação; o catador de papel, por sua vez, tem uma participação tripla, pois (i) separa o resíduo, (ii) realiza o trabalho e (iii) a gestão.

Sendo assim, o estudo proposto aborda o cotidiano da associação NORA, sobretudo do ponto de vista qualitativo, para apreender as relações entre o empreendimento e as unidades domésticas dos trabalhadores que nele atuam. Esta foi a opção feita porque as pesquisas qualitativas são multimetodológicas, pois “usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados” (ALVEZ-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 163).

Seguindo a indicação destes autores e procurando adequar os objetivos propostos com os recursos disponíveis, realiza-se uma triangulação que implica o uso das seguintes técnicas de coleta de dados:

- Uso de documentos;
- observação e
- entrevistas semi-estruturadas.

O conjunto de técnicas utilizado propiciou apreender as relações econômicas entre o empreendimento e as principais unidades domésticas que o

integram. Como recurso metodológico amplo, o conjunto de técnicas foi utilizado tanto no contato com os trabalhadores, o empreendimento e com as famílias que o compõem.

Este trabalho tem se nutrido de forma bastante variada. Inicialmente em conhecimento e prática próprios sobre a realidade em questão, depois de consultas a fontes bibliográficas, participação metódica em eventos, como o III Festival Lixo e Cidadania, e pelo uso de uma extensa documentação fornecida pelos representantes da associação NORA.

Tais documentos representam um vasto material gerado pela associação em sua tarefa para dar conta de necessidades cotidianas como administração, divulgação do tema, participação em eventos, etc. Esses documentos são:

- registros contábeis e balanços;
- matérias de jornais;
- panfletos de divulgação e sensibilização;
- fotos;



- gravações de áudio colhidas nos encontros dos catadores e em visitas a empreendimentos, como por exemplo, a Associação dos Trabalhadores de Limpeza Municipal de João Monlevade ATLIMAJOM/MG<sup>83</sup>.

Durante o desenvolvimento desta metodologia e da busca de técnicas de pesquisa adequadas, conheci a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF<sup>84</sup>, realizada pelo IBGE para mensurar as estruturas de consumo, gastos e rendimentos dos domicílios e das famílias, possibilitando com isso delinear as condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. A primeira investigação foi realizada durante os anos de 1974-1975 com o nome de Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF; a segunda e a terceira, já com o nome atual foram feitas, respectivamente, nos anos de 1987-1988 e 1995-1996.

É importante salientar o primeiro ponto de contato entre a POF e um dos pontos de análise proposto por esta pesquisa: a família, ou a unidade doméstica nos termos de Coraggio.

Segundo o IBGE, o conceito de família usado e adotado no Censo demográfico e demais pesquisas domiciliares, refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo e despesas. Quanto a POF, o órgão afirma ser esta uma pesquisa realizada por amostragem, na qual se investigam *domicílios*

---

<sup>83</sup> A visita ocorreu durante o III Festival Lixo e Cidadania, evento ocorrido em Belo Horizonte/MG em 2004.

<sup>84</sup> Informações retiradas no site do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pof/default.asp?z=p&o=8>> Acesso 10 dez. 2004.

*particulares permanentes*; no domicílio, por sua vez, destaca-se a unidade básica da pesquisa: a *unidade de consumo*.

A *unidade de consumo* é definida como sendo compreendida por um único morador ou conjunto de moradores que compartilham a mesma fonte de alimentação ou compartilham despesas com moradia.

Para demonstrar que os conceitos de *família* e de *unidade de consumo* guardam uma estreita relação, o IBGE afirma que existe uma diferença entre o total de unidades de consumo detectadas pela POF 2002-2003 e o número de famílias apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2002), que é da ordem de 5,94%, pois a POF registrou o número total de 48.534.638 unidades de consumo, enquanto a PNAD relacionou 51.560.959 famílias.

Portanto, foi na interface entre a teoria de Coraggio e as definições utilizadas pela POF que defini o instrumento de coleta de dados a ser utilizado na caracterização das UD que compõem o NORA. Este foi um recurso necessário já que Coraggio não define conceitos operacionais capazes de apreender a UD. Tal fato representa uma limitação deste um trabalho, porém pode representar um primeiro passo para a criação de tais conceitos.

As entrevistas foram feitas com os trabalhadores do empreendimento e cada membro responsável pela família correspondente. Neste caso, teremos duas unidades de análise: (i) o empreendimento e (ii) as unidades domésticas.

Ressalte-se que o empreendimento foi pesquisado em dois níveis. O primeiro representa o formal, isto é, o empreendimento será pesquisado como uma instituição legalizada. O segundo nível é aquele dos trabalhadores.

A unidade doméstica foi pesquisada a partir de uma entrevista semi-estruturada aplicada ao chefe da casa, ou conforme a POF à *pessoa de referência*, que é aquela responsável por alguma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa, etc.).

O uso de uma ficha permitiu caracterizar o empreendimento a partir dos seguintes critérios:

- (i) por sua localização;
- (ii) pelo número de trabalhadores;
- (iii) pelo tempo de atuação;
- (iv) pelo rendimento;
- (v) pela jornada de trabalho cumprida;
- (vi) divisão por gênero.

Durante a entrevista, os trabalhadores foram cadastrados a partir dos seguintes critérios:

- (i) estado civil;
- (ii) idade;
- (iii) escolaridade;
- (iv) naturalidade;
- (v) tempo na atividade de catação.

As famílias em seus *domicílios particulares permanentes* determinam a *unidade de consumo*, da qual se extrai a *pessoa de referência*, definida conforme a POF<sup>85</sup>. Nesta entrevista o intuito é apreender:

- (i) o tamanho médio das famílias;
- (ii) quais são os membros que compõem o rendimento;
- (iii) despesas e os rendimentos monetários e não monetários;
- (iv) a relação com o empreendimento;
- (v) outras relações que caracterizem extensões econômicas da unidade doméstica.

---

<sup>85</sup> É aquela responsável por alguma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxas, etc.). No caso de ninguém satisfazer esta condição, a pessoa de referência é aquela indicada pelos moradores.

A análise de dados será feita por meio do método do *Discurso do Sujeito Coletivo* (LEFÈVRE, 2005), pois esta metodologia é a mais indicada na medida em que sua proposta possibilita a coleta de dados que não constituem variáveis a priori, como o peso e altura, características que as pessoas tem. A pesquisa pretende coletar dados constituídos por pensamentos, crenças e opiniões, algo que as pessoas professam. Lefèvre na obra citada faz uma distinção entre *ter* e *professar*, alertando para a necessidade desta ação na metodologia científica. Para o autor, quando alguém diz: “tenho 98 quilos e uma opinião determinada sobre o governo Lula, de fato deveria dizer, no segundo caso, que professo uma determinada opinião sobre o governo Lula” (2005, p. 14). Um dado deste segundo tipo indica estar em presença de uma variável distinta de peso e altura, existindo a rigor “de modo apenas virtual necessitando ser reconstruída durante ou através do próprio processo de investigação” (idem).

Lefèvre não desconhece a possibilidade de coletar, processar e apresentar pensamentos, crenças, opiniões, valores de uma forma não discursiva a partir de questões fechadas, escalas, tabelas e gráficos, e afirma ser essa a maneira usual da grande maioria dos pesquisadores trabalharem suas pesquisas. Adverte, contudo, para o fato de que, embora tal ferramental seja válido em si mesmo, ele “não é o único disponível e nem, sobretudo, o mais adequado para lidar, em uma escala coletiva ou social, com pensamentos que são, necessariamente, compostos de matéria discursiva” (LEFÈVRE, 2005, p. 15).

Um questionamento de Lefèvre é: “[...] como obter descrições de pensamentos, crenças e valores em escala coletiva?” (2005, p. 15). Sua resposta

indica a forma clássica de coletar tais variáveis por parte da antropologia da cultura, da sociologia da literatura ou da mídia. Afirma Lefèvre que nestes campos de atuação se recorre a autores como Balzac e Machado de Assis, ou mesmo à imprensa para saber o pensamento, os valores de uma dada coletividade, num dado espaço e num dado momento histórico.

Porém, para colher evidências empíricas que envolvem pessoas e depoimentos referentes ao pensamento alguns passos são obrigatórios: (i) deve-se fazer perguntas abertas e (ii) feita a pergunta, é preciso juntar os discursos individuais de modo a que eles expressem o pensamento coletivo. Feito isso e considerando que “é preciso crer que é possível produzir algum tipo de soma de discursos” (2005, p. 15), a pergunta seguinte do autor é “...como somar discursos?” (idem). A resposta é o *Discurso do Sujeito Coletivo* definido como sendo “uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas, etc” (idem, *ibidem*).

Do que foi dito, infere-se que o autor não é contra as pesquisas de natureza quantitativa, mas que ele defende uma maneira distinta de trabalhar com variáveis da natureza do pensamento e valores. Sua proposta consiste na análise do material coletado – depoimento, texto, etc – extraíndo dele as *idéias centrais*, *ancoragens* e suas correspondentes *expressões-chave*. O passo seguinte é utilizar as expressões-chave das idéias centrais ou ancoragens semelhantes para compor “um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular” (LEFÈVRE, 05, p. 16). As figuras

metodológicas citadas e que foram criadas para a confecção do *DSC* são assim definidas:

- (i) *Expressões-chave (ECH)*: são pedaços, partes, trechos ou transcrições literais do discurso que devem ser destacados pelo pesquisador e que vão revelar a essência do depoimento, ou de forma mais precisa, o conteúdo discursivo dos segmentos que formam o depoimento, segmentos esses que, segundo o autor em geral são as questões de pesquisa;
  
- (ii) *Idéias Centrais (IC)*: é um nome ou expressão lingüística que revela e descreve da forma mais sintética e fiel, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH, que vai dar nascimento ao *DSC*;
  
- (iii) *Ancoragem*: Algumas expressões-chaves indicam não uma IC, mas uma determinada figura metodológica que a partir da teoria da representação social denomina-se ancoragem (AC). A AC é uma manifestação lingüística explícita de uma teoria, ideologia ou crença que “o autor do discurso professa e que, *na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para “enquadrar” uma situação específica.*” (LEFÈVRE, 2005, p. 17)

## 5.2 ASSOCIAÇÃO NORA: EMPREENDIMENTO ECO-SOLIDÁRIO DE SEGUNDA GERAÇÃO

Caracterizar o empreendimento e as unidades domésticas pesquisadas exige que seja feita uma apresentação do contexto de surgimento da associação NORA – Novo Osasco Reciclando atitudes – dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis. Para tanto, inicio com um alerta, pois segundo Gaiger:

a existência de um empreendimento econômico solidário nada tem de corriqueiro, trivial, tampouco é um reflexo previsível, uma espécie de reação em cadeia (senão agora, muito em breve) diante da crise do mercado de trabalho ou da insuficiência crescente das alternativas habituais em ocupação e sobrevivência. Várias condições necessitam ser atendidas, concorrendo para isso diferentes elementos, cuja presença e cuja força muitas vezes deparam de condições criadas ao longo do tempo, à revelia das intenções ou graças a iniciativas conscientes e gradativamente amadurecidas pelos sujeitos que hoje protagonizam o novo solidarismo econômico (GAIGER, 2004, p. 377).

Para Gaiger, as experiências deste tipo se encontram imersas em histórias individuais e coletivas que afastam o espontaneísmo e eliminam a artificialidade. A cidade de Osasco, local onde se encontra localizada a associação Nora, é um importante cenário de histórias coletivas para o Brasil e quiçá para a América Latina. Para essa caracterização faz-se necessária uma breve descrição do contexto de seu surgimento, bem como seu papel de cidade destaque como celeiro de movimentos sociais ricos de contribuição ao modelo de Brasil que podemos e queremos ser. Este item faz justiça à cidade de Osasco ao dar breve destaque a lutas locais em prol dos trabalhadores. Para tanto, além das condições e detalhes de seu surgimento, descreve-se fatos da atualidade ocorridos ali com considerável reflexo para a organização e dinâmica de luta de classe em contexto nacional.



Na penúltima década do século XIX, mais precisamente em junho de 1887, João Pinto Ferreira, comerciante de secos e molhados, se desfez de parte do sítio "Ilha de São João", cujos limites foram assim descritos: "Frente para a linha férrea Sorocabana. Começa no córrego *Boy-ssicaba* até o rio Tietê, e de aí até a vertente Bagreira, e por ele acima até os terrenos de Manuel José Rodrigues, e por este até o *Boy-ssicaba*".<sup>86</sup>

Consta que, ao ser vendida, a propriedade continha uma olaria, um moinho de farinha, gado, videiras, banana, um pórtico à margem da estrada de ferro, ferramentas para trabalhar com a terra e muito gado pelo meio do mato. O comprador foi Antônio Agú, nascido em 25 de outubro de 1845, em Osasco, Itália. Eis a origem do nome de Osasco, a "Cidade Trabalho" que nasce e cresce ao longo da ferrovia.

Daí passa-se aos anos finais da década de 1960 para atestar que "A formação de sujeitos populares ativos e organizados – misto de necessidades e de vontades – conhece poucos atalhos" (GAIGER, 2004, p. 377-378).

Uma personagem central na luta dos trabalhadores surgida, nos anos de 1960, na cidade de Osasco foi José Campos Barreto, líder estudantil e operário com destacada atuação na histórica greve dos operários de Osasco em julho de 1968<sup>87</sup> e que foi reprimida com violência. Zequinha, como era chamado, trabalhava na empresa de fundição Cobrasma, sendo um dos principais líderes do movimento.

---

<sup>86</sup> Disponível em: <<http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/historia/index3.htm>> Acesso em: 02 ago. 2005.

<sup>87</sup> WEFFORT, F. **Participação e conflito**: Contagem e Osasco (1968). São Paulo: CEBRAP, 1972.

Durante evento recente do Instituto Zequinha Barreto (IZB), instituição pró-socialismo, localizada em Osasco, que homenageia aquele militante e na qual desde julho p.p exerço a atividade de Coordenador de Economia Solidária, participei e pude gravar parte de uma entrevista concedida por Olderico, irmão de Zequinha Barreto, a um cineasta que se prepara para rodar documentário que reedita os últimos 21 dias da vida de Zequinha. Extraí e apresento aqui, parte da fala de Olderico sobre direitos, cooperativismo e constituição.

Como líder garimpeiro em Brotas de Macaúba, Bahia, Olderico dá depoimento interessante sobre a resistência e formação de cooperativa que garante acesso às riquezas minerais da região e também sobre a permanência de garimpeiros pobres na luta<sup>88</sup>. Segue pequeno trecho da fala do trabalhador e destacada liderança popular sobre a Constituição:

**Olderico**

“Me dá essa Constituição Federal, só acreditamos nela. Você tem vista boa, leia aqui para mim o parágrafo terceiro da um sete quatro pra vocês verem o que nos mantém lá. [...] Quem tá lá ruge<sup>89</sup> (hoje), nós só num tamo ainda enxotado lá por esses políticos por causa da Constituição”.

**Márcio Amêndola**

Artigo um sete quatro, parágrafo terceiro: levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômica e “O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativa social dos garimpeiros”.

---

<sup>88</sup> A cooperativa possui quinhentos e quarenta associados, tem concessão para lavra e seis projetos requeridos. A partir da liderança de Olderico e de outros garimpeiros fundou-se a cooperativa com recursos do Governo Belga. O quartzo, mineral ali explorado, pode representar a sustentabilidade para muitas famílias já que, para a cooperativa surgem propostas interessantes, como uma solicitação da Itália que “queria vinte mil toneladas / mês de nosso quartzo. Com mil toneladas mês, nós íamos criar mais ou menos dez mil empregos na região... no mínimo dez mil pessoas iam trabalhar, entendeu? Só o beneficiamento nós achamos que seiscentas mulheres abandejavam pra poder fazer o processo de benefi...nós íamos ter que ter pelo menos seiscentas mulheres trabalhando diariamente nesse processo” (Olderico).

<sup>89</sup> Segundo o depoimento de Olderico as alianças feitas pelo governo Lula na Bahia reforçaram o poder das elites locais, tornando a situação do grupo, que teve seu veículo de trabalho recentemente roubado, insustentável. O IZB deverá em breve estar na região em sinal de apoio ao cineasta e como forma de publicizar o fato de que o tema esta sendo tratado.

“As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização e concessão para pesquisa e lavra”. E eles têm prioridade.

**Olderico:**

Por que nos temos lá?

**Cordeiro:**

Tem prioridade para concessão.

O trecho, aqui transcrito, da entrevista de Olderico tem como objetivo demonstrar que a cidade de Osasco possui participação dinâmica que articula os campos político e social com importantes reflexos para a organização dos trabalhadores em nível local, regional e nacional, pois uma atividade ocorrida no nordeste do país, possui aspectos centrais de seu cotidiano discutidos ali.

Como o tema deste trabalho é a organização associativa e solidária dos trabalhadores para darem conta de sua sobrevivência, a luta narrada por Olderico revela-se importante na medida em que atesta as possibilidades – a cooperativa é condição necessária ao acesso de trabalhadores à atividade de mineração – e os limites da economia solidária na atualidade<sup>90</sup>.

Outro ponto citado é o papel da Constituição Federal como meio de garantir o direito de comunidades inteiras – Brotas de Macaúba é um exemplo da concorrência desigual, praticada por grandes empresas nacionais e transnacionais, que condiciona a luta dos trabalhadores – à exploração de recursos naturais.

---

<sup>90</sup> Durante a entrevista pude apreender que mesmo em face da existência de políticas públicas federais que buscam institucionalizar a economia solidária, a luta da qual Olderico participa e é um dos representantes, não tem logrado apoio significativo.

### 5.2.1 Surgimento e atuação da associação NORA: dados quali-quantitativos

Para o surgimento do empreendimento em 13 de dezembro de 1999 no bairro Novo Osasco, local cuja forma de ocupação do solo revela o padrão caótico de urbanização da periferia das grandes metrópoles (**foto 1**), contribuíram diversos atores sociais - leigos da igreja, líderes comunitários e políticos e os trabalhadores. Estes agentes exerceram um papel fundamental na obtenção de infra-estrutura básica para a atividade de coleta seletiva.

A principal necessidade, uma área para armazenagem dos materiais, foi resolvida pelo Centro Social Nossa Senhora das Graças que cedeu o espaço do salão de festas da igreja católica do jardim Helena. A seguir, os organizadores elaboraram o roteiro de coleta, informação básica para definir os dias de recolhimento, bem como criaram os panfletos que iriam sensibilizar a população para a atividade e orientar quais os tipos de materiais deveriam ser separados.

Das instituições e atores envolvidos na implantação da ação segue presente apenas o Centro Social Nossa Senhora das Graças, instituição jurídica inicialmente responsável legal pelo projeto.

Os leigos religiosos envolvidos, gradativamente, foram se distanciando até deixarem de participar diretamente no empreendimento. Os líderes comunitários e políticos, após a constituição da associação em julho de 2002, perderam parte da influência e do poder de decisão sobre o cotidiano do projeto.



*Foto 1 – O modelo de ocupação do bairro Novo Osasco revela o padrão de urbanização presente em toda a cidade de Osasco.*

A organização do empreendimento foi motivada pelo desejo de enfrentar problemas como (i) o elevado desemprego, (ii) a falta de áreas de lazer e (iii) as péssimas condições de limpeza do bairro. Estes problemas interferem diretamente na qualidade de vida local. Neste contexto, o padrão de urbanização da periferia em Osasco é um dado de extrema importância para este trabalho. Primeiro porque revela a inadequação das políticas públicas para um uso do solo compatível com os desafios do bem viver, fato sentido por toda a população, mas que impacta mais a população de crianças, jovens e adolescentes que devido à inexistência de espaços de lazer, se vê obrigada a disputar o espaço das ruas com os automóveis.

Segundo, pela dinâmica excludente, derivada daquela inadequação da política pública, do processo de urbanização que se traduz em (i) acelerada verticalização, (ii) na existência de extensas áreas desocupadas e reservadas à especulação imobiliária, (iii) na ocorrência de moradias inadequadas e (iv) na presença de elevado déficit habitacional.

Terceiro porque a principal luta da associação NORA é pela obtenção de uma área pública onde possa realizar a integração de suas atividades, hoje, realizadas em 2 locais distintos e distantes. A divisão do trabalho em 2 etapas, a primeira de separação, triagem e armazenagem e a segunda de prensagem e comercialização acrescentam operações e custos no processo de produção e beneficiamento dos materiais.

A justificativa para a prefeitura não ceder um espaço para a Associação é feita, basicamente, usando 2 argumentos. O primeiro é o de que não existe área vaga na região. O segundo argumento usado é o de que “todos” querem uma área pública e que atender a demanda da Associação NORA implicaria na necessidade de atender aos outros.

Ora, sem desmerecer as outras demandas, estes argumentos são reveladores do descaso do poder público em relação a uma atividade sócio-econômica alternativa ao mercado de trabalho formal, cuja importância, dentre outras coisas, é ser um empreendimento que beneficia a cidade de diversas maneiras: (i) pela prestação de serviços de limpeza, (ii) por propiciar economia de

recursos diversos – financeiros, operacionais, de gestão e outros – para a prefeitura, de (iii) recursos energéticos e naturais para toda a sociedade e (iv) por contribuir para a promoção e integração social do catador de papel.

Após os três primeiros meses de atividade, a associação obteve recursos financeiros com o Centro Social Nossa Senhora das Graças. Com os recursos o empreendimento realizou vários investimentos em infra-estrutura (**Quadro 3**), tais como a construção, em terreno alugado na Rua Sociedade Esportiva Palmeiras, 27 B, de sua sede e galpão de armazenagem (**Foto 2**).

**Quadro 3 - Investimentos comunitários realizados pela comunidade e pelos trabalhadores**

C O N T R A  P A R T I D A	Equipamento	Características	Forma de aquisição	Despesa mensal (R\$)	Investimento Feito(R\$)
	Galpão máquinas	Área de 200 m2 utilizada para instalação do KIT Reciclagem	Cessão Centro Social		60.000,00
	Galpão triagem	Área construída 80m2	Comunidade e associação		3.000,00
	Terreno triagem	área total 240 m2.	Alugado	150,00	1.800,00
	Rede trifásica	3~220 Volts	comunidade		8.000,00
	Kit Reciclagem	Prensas, triturador, carrinhos, elevador hidráulico e balança	Cessão Cáritas. <b>Contrato de comodato</b>	200,00	50.000,00
		Telefone	Coordenadora	50,00	600,00
	<b>Total</b>				<b>123.400,00</b>

Nesse período os trabalhadores conseguiram, também, seu primeiro veículo, uma perua Kombi,<sup>91</sup> que possibilitou a eliminação dos carrinhos dos serviços de

<sup>91</sup> O primeiro veículo utilizado pelo empreendimento foi uma perua Kombi “cabrita” (veículo roubado) cedida, graças ao prestígio do padre, ao Centro Social Nossa Senhora das Graças. Como fiel

coleta. Os recursos adiantados pelo Centro Social, foram restituídos à instituição pelos trabalhadores e coordenadores que contribuíram com a organização de eventos, tais como festas e excursões, cujo excedente era destinado para cobrir a dívida.



Foto 2 – Trabalhadores da comunidade construindo o espaço usado como sede e galpão de armazenagem.

Destaque-se a parceria com a comunidade que é constituída por cidadãos consumidores de mercadorias e produtores de lixo – moradores e instituições locais (*escolas, igrejas, comércio*) – que fazem a separação e doação de seus resíduos, matéria-prima básica da atividade. Vale citar, ainda, uma parceira chave que permite agregação de um primeiro patamar de valor aos materiais pela prensagem dos

---

depositário o centro social o repassou aos trabalhadores para o exercício da atividade de coleta no município. Por um certo tempo o empreendimento teve um segundo veículo colocado a serviço do grupo por uma liderança política. Porém, diante do primeiro conflito de autoridade surgido porque os trabalhadores cobravam autonomia, a liderança confiscou o veículo aos trabalhadores.



mesmos: a *Cáritas Regional São Paulo*, instituição promotora do Programa Luxo do Lixo.

Em relação ao rendimento monetário do empreendimento, destaco texto elaborado em setembro de 2000<sup>92</sup> para um concurso da Associação Brasileira da Indústria do PET (ABIPET), portanto, 9 meses após o início das atividades.

A participação no evento foi uma das formas encontradas para divulgar a ação. O texto em questão, indicava que no primeiro mês o empreendimento produziu um montante de *7,2 toneladas de material reciclável*. No terceiro mês atingiu-se a marca de *11,8 toneladas/mês*, número que representa um crescimento de 65% na quantidade de material coletado. No período dos 9 meses a produção total foi de 80 toneladas. Este material possibilitou que a média da retirada dos trabalhadores fosse de *1,24 Salário Mínimo*.

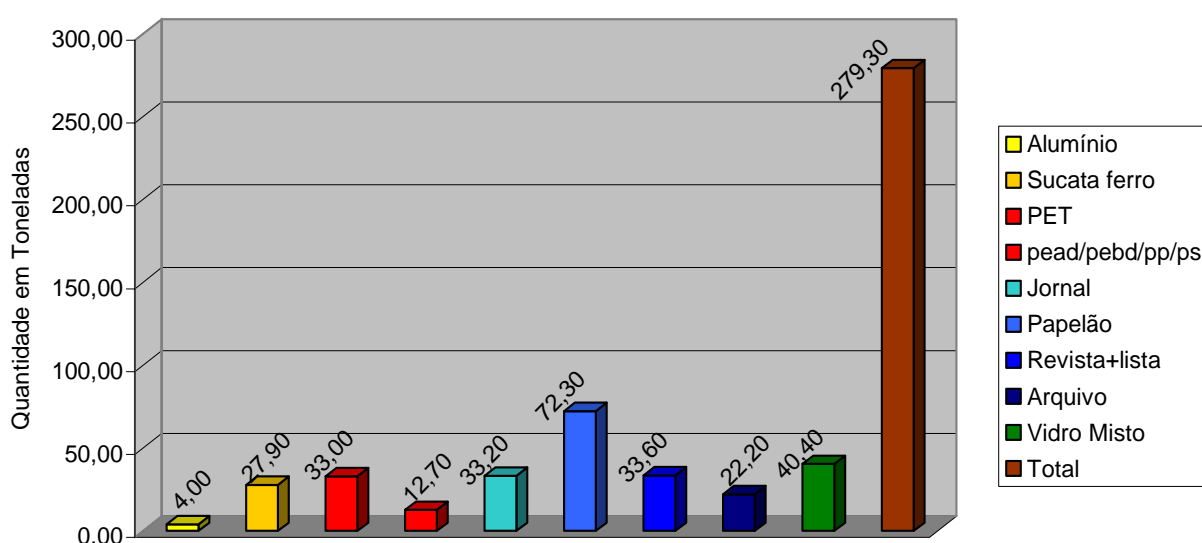
Conforme o texto, o total bruto apurado com as vendas dos materiais coletados foi de R\$ 13.788,32. Ao se dividir os R\$ 13.788,32 resultantes da venda das 80 toneladas por 9, número de meses de trabalho, obtém-se uma média de R\$ 172,36 por tonelada/mês. Esse último dado será importante no estabelecimento do total da produção do NORA desde o início das atividades até agosto de 2005, data de conclusão deste estudo.

---

<sup>92</sup> Texto elaborado por mim para concorrer a concurso da ABIPET na modalidade ações da comunidade. Sob o título: Projeto Nora – Novo Osasco Reciclando Atitudes. Prêmio Ecopet, São Paulo, Edição 2000. Naquele evento a associação NORA ficou em terceiro lugar, atrás apenas da COOPAMARE que tirou o primeiro lugar e da associação Pedra Sobre Pedra que recebeu um prêmio de reconhecimento. Disponível em: <http://www.riless.org/index.shtml> . Acesso em: 07 de jul de 2005.

Em fevereiro de 2003 os registros oficiais de 38 meses de atividade (dezembro de 1999 até fevereiro de 2003), do empreendimento atestavam uma produção de 279 toneladas dos mais diversos materiais coletados e indicados, conforme convenção cromática, que associa as cores amarela, vermelha, azul e verde, respectivamente, ao metal, plástico, papel e ao vidro (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Quantidade e Diversidade de Material**



Esses dados permitem projetar o total da produção, bem como considerar o impacto quantitativo da atividade até a presente data. Para tanto é necessário calcular a média mensal de produção em tonelada/mês, operação necessária em face da associação não ter conseguido manter os registros contábeis<sup>93</sup>. Para o cálculo da média considera-se o total da produção, expressa no gráfico 1, dividido

<sup>93</sup> Desde o início da atividade os registros contábeis foram feitos por mim já que a proposta entregue à Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (SERT) seção Osasco, pleiteando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), não foi atendida. Deixei de fazer os registros no momento em que, tendo sido selecionado pela UNISINOS/RS iniciei o mestrado. A seleção para o International Fellowships Program da Fundação Ford que cobra dedicação exclusiva se, por um lado, viabilizou meus estudos, por outro lado, impediu-a continuidade do trabalho na Associação. Este relato não indica insatisfação com o programa, apenas constata a impossibilidade de manter o acompanhamento e o registro do cotidiano do empreendimento.

por 38, total de meses de atuação até fevereiro de 2003. Esta operação matemática indica uma produtividade média de 7,35 toneladas por mês.

De posse da média mensal de materiais coletados pela associação, estima-se a produção para o período total de atuação do empreendimento. Agindo assim teremos um montante de 500 toneladas – mais exatamente 499,8 toneladas, valor obtido multiplicando-se o número 68 – total de meses de atuação do empreendimento de dezembro de 1999 até este momento, agosto de 2005 – por 7,35 toneladas por mês.

Estes números demonstram que o aporte público de recursos é fundamental para ações desta natureza, pois se a atividade de coleta e comercialização dos resíduos realizada por uma cooperativa, associação ou mesmo um catador avulso, fosse remunerada haveria “um ganho significativo, apenas considerando-se os custos médios praticados para esse serviço no mercado, de cerca de R\$ 40,00/t para coleta e R\$ 30,00/t para a disposição final.” (IPT/SEBRAE, 2003, p. 37)

Os dados da publicação IPT/SEBRAE mostram que a coleta e a destinação final custam em média R\$ 70,00/t, valor resultante da soma dos gastos com a coleta e com a destinação final. O passo seguinte é utilizar estes dados considerando a hipótese do poder público ter que remunerar o serviço prestado pela Associação NORA, assim como a prefeitura de Osasco faz com relação à empresa privada que coleta o lixo na cidade. Isso feito, multiplica-se as 500 toneladas apuradas como

resultante das atividades da associação NORA por R\$ 70,00, custo de mercado pago pelo serviço de coleta e destinação de resíduos.

O número resultante de R\$ 35.000,00 indica o valor que deveria ter sido pago pela prefeitura à Associação NORA. Levando-se em conta que o total da produção do NORA foi considerada desde seu início até o momento de finalização deste trabalho, a economia feita pelo poder público em Osasco foi considerável indicando o valor médio mensal de R\$ 514,71 nos últimos 68 meses.

A seguir apresento cálculos interessantes para demonstrar a importância da atividade do catador na atualidade e a relevância do empreendimento NORA para as famílias que nele atuam e para a cidade de Osasco. Os dados servem como argumento na defesa do aporte público de recursos de infra-estrutura, financeiros, isenção de impostos, mudança na legislação, etc; como forma de apoio e de reconhecimento às atividades organizadas por estes atores.

A partir deste ponto, os cálculos são enriquecidos pela utilização do valor de R\$ 172,36 por tonelada/mês, obtidos nos primeiros 9 meses de atividade. Isso será feito multiplicando-se o valor médio de R\$ 172,36 por tonelada/mês pelas 500 toneladas produzidas. A operação feita mostra um total de R\$ 86.177,63. Este valor deve ser acrescido ao montante economizado pela prefeitura, pois conforme Carvalhaes<sup>94</sup> esta categoria de trabalhadores produz matérias-primas que são reincorporado à produção e prestam serviços de limpeza pública. Estes fatos

---

<sup>94</sup> CARVALHAES, Paulo de Tarso. **O Catador de Papel** – Um Profissional a Serviço da Comunidade, [s.d.].

beneficiam diretamente a economia do país e o poder público municipal. Assim, os R\$ 86.177,83 somados ao montante de R\$ 35.000,00 economizado pela prefeitura, totaliza R\$ 121.177,63. É importante salientar que estes valores não estão corrigidos e que a associação NORA em vários momentos de sua trajetória produziu o dobro da média de 7,35 toneladas/mês.

Apesar da importância da atividade como demonstrado, as condições de trabalho da Associação NORA são precárias, pois as atividades de coleta, separação, triagem e comercialização são acrescidas de operações extras como: (i) acondicionar o material armazenado em bags, grandes bolsas de fibras plásticas, e (ii) de outra etapa de transporte, feito em perua Kombi, desta vez do galpão de armazenagem até o local de prensagem. Isso ocorre porque, como já salientado, os locais de armazenagem e de prensagem ficam distantes cerca de 1 quilômetro. Este último espaço tem o seu interior mostrado em registro fotográfico do trabalho de prensagem feito pelas coletoras comunitárias **(Foto 3)**.

O uso de dois espaços aumenta os custos de transporte e o tempo gasto na preparação do material para a comercialização, fatores que impactam diretamente na produtividade do empreendimento. Isso dificulta a ampliação dos benefícios propiciados pelo empreendimento, tais como: (i) o aumento dos postos de trabalho, (ii) a extensão da área atendida pela coleta e (iii) a elevação da quantidade de material coletado.



*Foto 3 – Grupo de trabalhadoras movimentam fardo de papéis no Galpão da prensa. Da esquerda para a direita: Maria José à frente, Silvana, Eliana, Maria de Fátima encoberta e Alzeni.*

Atuando, portanto, há cerca de 6 anos a Associação Nora demonstra ser um empreendimento viável, mas que oferece pequeno número de postos trabalho, 5 ao todo, ocupados por mulheres (**Quadro 4**).

Maria de Fátima, a mais antiga das trabalhadoras do NORA possui 10 anos na reciclagem, sendo a única trabalhadora que esteve no primeiro dia de trabalho. Silvana possui também 10 anos na catação, sendo que na maior parte deles exerceu a atividade no lixão de Carapicuíba. Maria José, a coordenadora, possui 4 anos de trabalho na área da reciclagem, todos eles cumpridos na associação NORA. Sendo uma pessoa atuante e aquela com maior escolaridade com pouco tempo de

trabalho, alcançou a coordenação do empreendimento. Silvana e Alzeni são as duas coletoras com experiência em outro empreendimento de reciclagem. Silvana com 1 ano e 4 meses de atuação em projeto de destaque na cidade de São Paulo e Alzeni em uma ação de reciclagem incipiente, localizada também, na cidade de Osasco.

**Quadro 4- Cadastro dos Coletores Comunitários**

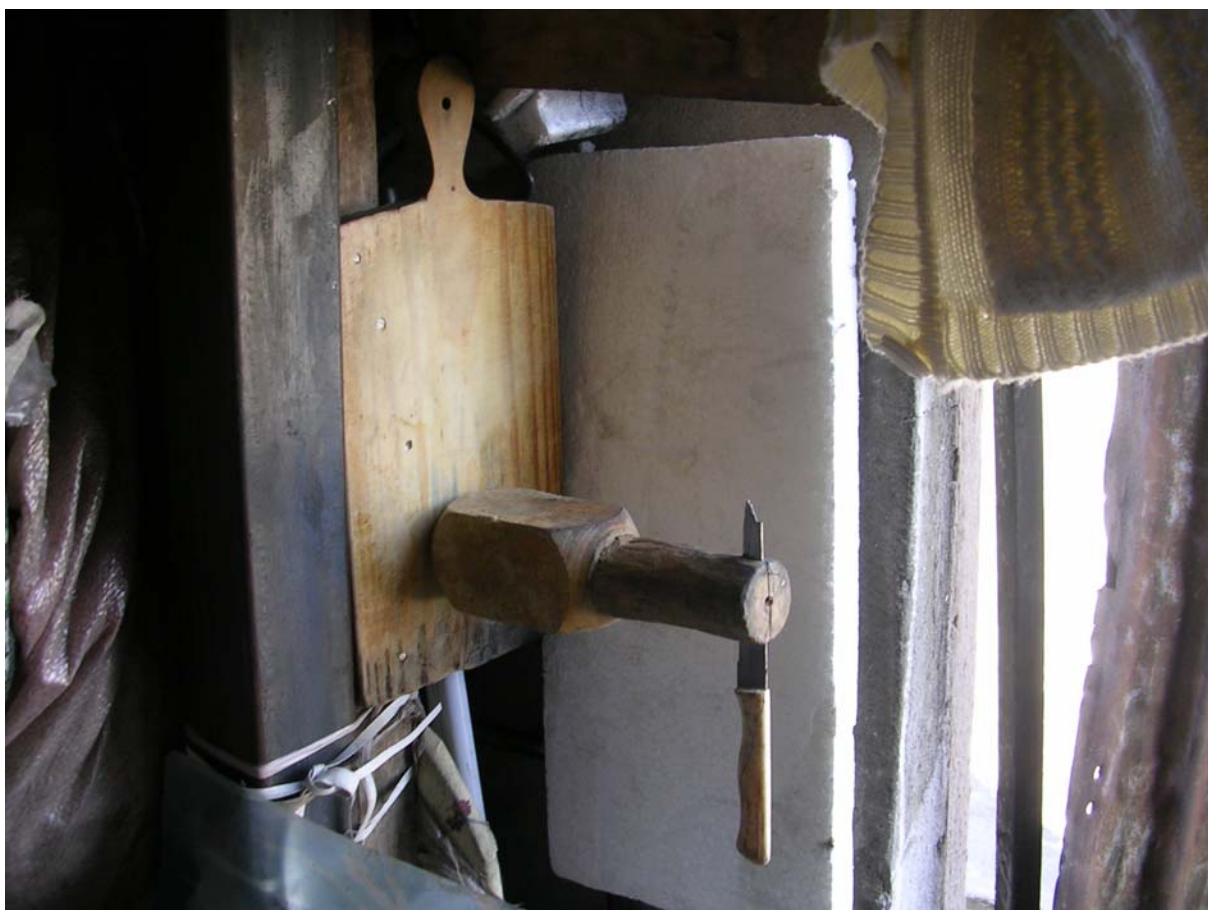
Nome	Tempo na Atividade de Reciclagem			Escolaridade	Estado Civil	Natural
	NORA	rua, lixão ou empreendimento	Total			
Alzeni	3 meses	4 meses	7 meses	nenhuma	Casada	Amazonas
Eliana	1 mês		1 mês	nenhuma	Casada	São Paulo
Maria de Fátima	6 anos	4 anos na rua	10 anos	2 anos	Solteira	Minas Gerais
Maria José	4 anos		4 anos	8 anos	Solteira	Bahia
Silvana	3 meses	8 anos em lixão e 1 ano e 4 meses em empreendimento	9 anos e 7 meses	5 anos	Separada	Minas Gerais

A experiência destas trabalhadoras, mesmo em face de toda carência, possibilita o aporte de conhecimentos e o uso da criatividade nas atividades cotidianas. Isso fica claro na solução, a primeira vista simplista, de muita engenhosidade encontrada pela coletora Alzeni na elaboração de um aparato (**Foto 4**) que facilita o trabalho de preparação do plástico PET para a comercialização, além de concorrer potencialmente para a não ocorrência de acidentes.

Na busca de diminuir a perda da tampa da garrafa na venda do plástico PET, o processo de trabalho incorporou uma operação perigosa: furar o recipiente cheio de ar. Esta operação era feita, literalmente, dando-se uma facada na garrafa



plástica. Até a criação do invento, existia o perigo da faca ricochetear e ferir a trabalhadora, além de conflitos entre as mesmas quanto à adequação do método para realizar a operação.



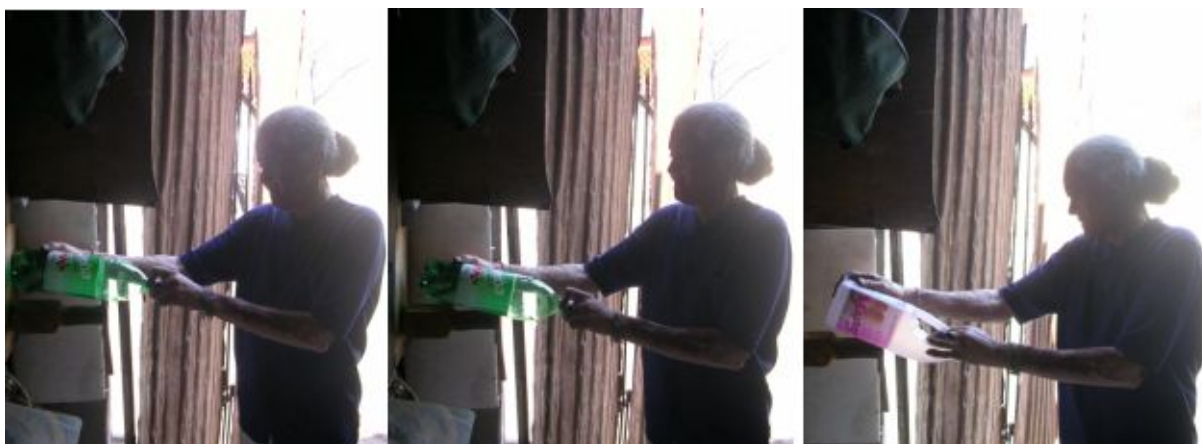
*Foto 4 – Ferramenta fixa, confeccionada com tábua de carne, restos de madeira e uma faca de cozinha tipo serra, distribuída por todo o galpão de armazenagem.*

O aparato, muito simples, demonstra a capacidade da coletora Alzeni, pessoa de pouca escolaridade, para pensar e executar soluções engenhosas para as atividades da reciclagem.

O invento demonstra também que o ser humano é por excelência produtor de cultura e que ao ser desafiado, independente de sua posição na estrutura



produtiva e mesmo na condição de trabalhador pouco reconhecido socialmente, tem potencial para enfrentar e resolver seus problemas imediatos. Abaixo **(Foto 5)**, um registro do uso do dispositivo por sua criadora. A ferramenta é motivo de orgulho da inventora que, a cada intervenção realizada, demonstra sua importância para o grupo.



*Foto 5 – Na seqüência a inventora Alzeni faz uso do dispositivo na preparação do material plástico para a prensagem e posterior comercialização.*

### **5.3 CARACTERIZANDO AS UNIDADES DOMÉSTICAS E O FUNDO DE TRABALHO**

Uma dificuldade central neste tópico foi a inexistência, na Economia do Trabalho, de categorias norteadoras para a pesquisa empírica. A solução encontrada foi o uso da Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) e do conceito de Unidade de Consumo para realizar o trabalho de campo.

Tal fato permitiu a operacionalização da coleta de dados, mas ao mesmo tempo limitou a passagem da teoria para a prática. Seguindo as determinações da

POF, entrevistei as pessoas de referência dos domicílios permanentes nos quais moram as trabalhadoras da associação NORA. Os domicílios permanentes pesquisados estão dentro do padrão de ocupação e construção do espaço na cidade de Osasco (**foto 6**).



*Foto 6 – Distintas formas de ocupação do espaço determinam e são determinadas pelas condições socioeconômicas da população e demonstram a ausência de políticas públicas habitacionais adequadas na cidade.*

As 5 Unidades de Consumo (UC) consideradas na pesquisa estão distribuídas pelas 3 paisagens mostradas na foto acima. O espaço à esquerda da imagem caracteriza a área na qual se encontra a UC da coordenadora Dona Maria.

O espaço central da foto mostra um conjunto habitacional construído, em 2002, pela empresa Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA) para abrigar os trabalhadores que foram desalojados do lixão do quilômetro 21 por ocasião da construção da parte oeste do Rodoanel Mário Covas. No conjunto DERSA, como é chamada a construção, moram as coletoras comunitárias Eliana e Silvana. Se, por um lado, a população transplantada do lixão para o conjunto habitacional obteve,

como indenização pela área que ocupava, uma habitação digna, por outro lado, perdeu seu espaço de trabalho que era o lixão do quilômetro 21, também conhecido como lixão de Carapicuíba.

A perda do espaço de trabalho dificultou a vida da coletora Silvana que experimentou o desemprego até encontrar outro local para exercer a função de recicladora.

Este dado serve de alerta para as autoridades que ao extinguirem os lixões devem considerar aqueles e aquelas que sobrevivem diretamente da catação de lixo, bem como a população de seu entorno sob pena de resolver um problema – disposição inadequada do lixo – e aprofundar outros, tais como o desemprego, a miséria e a exclusão.

O terceiro espaço à esquerda da foto 4 caracteriza uma área pública ocupada por moradias precárias denominadas favelas. Neste espaço estão localizadas as Unidades de consumo de Maria de Fátima e de Alzeni.

A coleta de dados permitiu caracterizar as Unidades de Consumo (UCs) **(Quadro 5)** das quais, segundo a economia do trabalho, o empreendimento representa uma extensão de sua lógica de reprodução.

Quadro 5 - Caracterização dos Domicílios Permanentes Pesquisados

Aspectos Quantitativos				Distribuição da PEA por Sexo		Contribui para o Rendimento	Atividade/ Condição de Trabalho
UC	famílias	membros	Idade	Feminino	Masculino		
1	1	1	59			Sim	recicladora
		2	61			Não	bico
		3	35			Não	desempregado
	2	4	32			Sim	informal
		5	34			Não	desempregado
		6	9				
		7	7				
	3	8	26			Não	desempregado
		9	19			Não	desempregado
		10	0				
2	4	11	44			Sim	informal
		12	38			Sim	recicladora
		13	19			Sim	CLT
		14	10				
		15	6				
		16	5				
3	5	17	42			Sim	recicladora
		18	13			Sim	doméstica
	6	19	30			Sim	catadora
		20	3				
4	7	21	36			Sim	servidor público
		22	30			Sim	recicladora
		23	11				
		24	4				
5	8	25	52			Sim	recicladora

As trabalhadoras da associação NORA estão reunidas em 5 Unidades de Consumo (UC). Por sua vez, estas 5 UCs possuem em seu interior 8 famílias nucleares – pai, mãe, filhos e filhas – totalizando 25 membros. Esses 25 membros determinam o tamanho total das UCs. O número de crianças e adolescentes que

não estão aptos ao trabalho totalizam 10 pessoas, ou seja, 40% do total de membros da UD.

As 15 pessoas aptas a exercerem atividade remunerada representam um percentual de 60% em relação aos 25 membros das UCs pesquisadas. São estes 15 trabalhadores e trabalhadoras que representam o total da população economicamente ativa (PEA) (**Quadro 6**).

**Quadro 6 – Situação de Ocupação da PEA das UC Pesquisadas**

Características da PEA				Área da Reciclagem	
		Absoluto	%	Absoluto	%
<b>PEA Total</b>		<b>15</b>	<b>100</b>		
<b>PEA Desempregada</b>		<b>5</b>	<b>33,3</b>		
<b>PEA Ocupada</b>		<b>10</b>	<b>66,7</b>		
<b>Reciclagem</b>	<b>NORA</b>	<b>5</b>	<b>33,3</b>	<b>6</b>	<b>40</b>
	<b>RUA</b>	<b>1</b>	<b>6,7</b>		
<b>Público Servidor</b>	<b>Prefeitura de Osasco</b>	<b>1</b>	<b>6,7</b>		
<b>Emprego Formal</b>	<b>Empresa Privada</b>	<b>1</b>	<b>6,7</b>		
<b>Informal</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>2</b>	<b>13,3</b>		

Uma UC deste conjunto amplia seu rendimento ao realizar uma parte da porção infantil de seu fundo de trabalho<sup>95</sup>. Isso ocorre com uma garota de 13 anos

<sup>95</sup> Conforme CORAGGIO (2000<sup>a</sup>, p. 188), o fundo de trabalho representa o conjunto das diversas (em quantidade e qualidade) capacidades de trabalho dos membros da unidade doméstica. Embora não defenda o trabalho infantil, esta definição ao reconhecer esta prática, inclui as capacidades infantis no fundo de trabalho das UDs.

de idade, *membro 18 da UC 3*, que exerce a atividade remunerada como doméstica. Esta garota que é filha de uma das coletoras comunitárias, contribui na complementação da renda familiar e, no momento da entrevista, encontrava-se trabalhando. O fundo de trabalho das UD's é realizado em sua maioria na área da reciclagem, totalizando 6 trabalhadoras. Na Associação NORA atuam 5 delas e uma sexta pessoa, *membro 19 da UC 3*, trabalha nas ruas do bairro e já passou pelo NORA.

Na informalidade há 2 pessoas, *os membros 4 e 11*, respectivamente, das UCs 1 e 2, trabalhando na área da construção civil. Regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), encontram-se 2 pessoas, *os membros 13 e 21*, respectivamente, das UCs 2 e 4. Um desses trabalhadores, *o membro 21 da UC 4*, exerce sua atividade como contratado na prefeitura da cidade de Osasco. Estas duas pessoas empregadas representam um percentual de 13,3% da PEA.

Os desempregados declarados são em número de 4 e totalizam 27% da PEA. Este percentual sobe para 33,3% da PEA se for acrescido do *membro 2 da UC 1* que atua, esporadicamente, fazendo bicos. Do total da PEA, 67% ou 10 pessoas, exercem atividade de forma continuada. Ao considerar as 6 pessoas que realizam seu fundo de trabalho na área da reciclagem percebe-se que esta ocupação é o destino de 40% do total da PEA.

Este último dado atesta a Associação NORA, destino de 33,3% da PEA em questão, como empreendimento fundamental para a reprodução da vida dos

membros das UD's estudadas. Podemos afirmar que nesse contexto o empreendimento “não se constitui numa empresa capitalista pequena ou ineficiente, antes se revela como verdadeira extensão da unidade doméstica, cujo objetivo não é acumular *per se*, mas propiciar a reprodução de vida dos membros dessa unidade ao longo de sua trajetória vital” (CORAGGIO, 2000, p. 96).

O passo seguinte é apresentar uma caracterização dos rendimentos das UC pesquisadas (**Quadro 7**). Essa operação explicita os membros que contribuem para o sustento das UCs, bem como a origem dos rendimentos monetários e não monetários e o total da soma de ambos.

**Quadro 7 - Caracterização dos Rendimentos das UC pesquisadas**

UC	membros que contribuem para o rendimento	Rendimento (Reais)						por UC	percapita UC	Total UC
		Trabalho	transferências monetárias e não monetárias							
			Familiar	Comunitária	Pública	Outras				
1	1	372,00		30,00			882,00	88,20	4565,00	
	4	480,00								
2	11	600,00					1382,00	230,33		
	12	372,00		30,00		30,00				
	13	350,00								
3	17	372,00		30,00			682,00	170,50		
	18	200,00								
	19	80,00								
4	21	350,00	100,00		65,00		917,00	229,25		
	22	372,00		30,00						
5	25	372,00		30,00	300,00		702,00	702,00		

No quadro 7 se percebe que são 11 as pessoas que contribuem para a reprodução de vida das UCS pesquisadas. Em negrito são apresentados os membros que atuam na associação NORA. Na composição dos rendimentos destas trabalhadoras, considerei a retirada de R\$ 1,24 salário mínimo apontada no texto elaborado para o prêmio Ecopet. O valor apurado foi de R\$ 372,00 por mês.

Na composição dos rendimentos é importante destacar transferências de fontes diversas como a família, a comunidade, instituições e o Estado.

A primeira fonte de transferência de recursos a ser considerada é a família. Esta é uma fonte que contribuiu, durante as pesquisas, com a transferência de recursos em um único caso. A beneficiada foi a *UC 4* que recebeu o montante de R\$ 100,00 por mês. Esta UC, uma das duas localizadas no conjunto DERSA, tem recebido este recurso nos últimos 12 meses como contrapartida a serviços prestados, na área da construção civil à irmã da coletora Eliana. Este montante não representa um pagamento pelo trabalho, antes é um apoio recebido de familiares que no período considerado possuem algum excedente em seus rendimentos. Os recursos são destinados a pagar contas de energia elétrica que, segundo o informante, se encontram atrasados. Este é o único caso de transferência familiar encontrado.

A segunda fonte de transferência é a comunidade que aporta recursos a todas as 5 UCs com a cessão de uma cesta básica de alimentos, cujo valor mensal é de R\$ 30,00. Esta transferência feita pelo Centro Social Nossa Senhora das



Graças, representa uma forma de apoio comunitário – já que os alimentos são doados pelas famílias do bairro – para a associação NORA.

A terceira fonte de recursos é o Estado. Isso se dá em dois casos com o recebimento pela *UC 5* de pensão no valor de R\$ 300,00 devido à morte de seu companheiro. O outro caso de transferência pública se dá no caso da *UC 4*, beneficiária do programa *Bolsa Família* do governo Federal que recebe, conforme informado, o montante de R\$ 65,00 por mês.

A quarta e última fonte de transferência de recursos é a Fundação Bradesco. Entidade que possui uma escola no bairro jardim conceição, local próximo ao conjunto DERSA. É nesta instituição educacional que a *UC 2* mantém seus dois filhos, os membros 14 e 15, matriculados no curso Fundamental. Como forma de apoio à manutenção das crianças na escola, a instituição fornece materiais e uniformes valorados pelo informante em R\$ 30,00 por mês.

Destaco, ainda, o total dos rendimentos recebidos pelo conjunto das UCs pesquisadas no valor de R\$ 4.565,00 mensais. Deste total, a atividade de reciclagem contribui com R\$ 1.940,00, sendo R\$ 1.860,00 oriundos das atividades na associação NORA e os outros R\$ 80,00 resultantes da atividade de catação, realizada na rua, pelo *membro 19 da UC 3*.

Considerando-se o valor de recursos aportados pela reciclagem temos 42% do total da renda recebida pelas 5 UCs. Somente a associação NORA aporta para

estas UCs, em relação à renda total, um percentual de 40,7%. Estes dados reforçam a condição do empreendimento como extensão da lógica de reprodução, nos termos de Coraggio, das Unidades Domésticas pesquisadas.

É importante dizer que a UC 3 com 4 membros, tem o menor rendimento. Este fato pode explicar a necessidade da prática do trabalho infantil que aporta R\$ 200,00 por mês e contribui para elevar a renda *per capita* a R\$ 170,50, a segunda mais baixa apresentada pelas UCs.

Por último é importante fazer algumas comparações entre as UCs pesquisadas e a Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) (**Quadro 8**).

**Quadro 8 - Características das famílias – Associação NORA e POF**

Rendimento monetário e não monetário mensal familiar (em Reais)	Brasil		Sudeste	Associação NORA	
	Unidades de Consumo	n.º de Famílias	Unidades de Consumo	Unidades de Consumo	n.º de Famílias
Total	48.534.638	51. 560. 959	21.897.577	5	8
Até 400	7.949.351		1.979.146		
Mais de 400 a 600	6.747.421		2.295.627		
Mais de 600 a 1000	10.181.484		4.305.075	4	7
Mais de 1000 a 1200	3.528.908		1.799.612		
Mais de 1200 a 1600	5.086.643		2.694.869	1	1
Rendimento monetário e não monetário mensal familiar (em Reais)	Tamanho Médio da Família				
	Brasil	Sudeste	Associação NORA		
Total	3,62	3,42			
Até 400	3,34	2,81			
Mais de 400 a 600	3,53	3,09			
Mais de 600 a 1000	3,68	3,38	4,75	2,71	
Mais de 1000 a 1200	3,73	3,5			
Mais de 1200 a 1600	3,72	3,53	6	6	

O primeiro fato a destacar é a disparidade de 5,94% entre as 48.534.638 unidades de consumo, encontrada pela POF, e as 51.560.959 famílias relacionadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2002). Na pesquisa de campo a disparidade encontrada foi de 60% entre as 5 unidades de consumo pesquisadas e as 8 famílias que a constituem.

É importante perceber que a disparidade encontrada na POF de 5,94% entre o número de UC e de famílias evidencia a UC como uma interessante estratégia de reprodução de vida das famílias. A pesquisa de campo permite aclarar esta afirmação na medida em que o movimento de reunião das 8 famílias em 5 unidades de consumo propicia as primeiras otimizarem recursos escassos. Essa lógica pode ser mais perceptível com a *unidade de consumo 1* pesquisada que reúne 3 famílias e apresenta a renda *per capita* de R\$ 88,20, o valor mais baixo entre todas as UC.

Isso se deve ao fato desta UC, com 7 pessoas, apresentar índice de desemprego estratosférico com um percentual de 57% de sua PEA e 26,7% da PEA total, já que os 4 desempregados declarados estão aí localizados. O índice de desemprego aumenta para 71,4% com a inclusão da pessoa 2 que declarou realizar bicos esporadicamente, mas que segundo a informante não contribui para rendimento da UC. Neste contexto, esta UC é aquela que mais depende dos laços de solidariedade familiar e do empreendimento de reciclagem. Isso será aclarado na argumentação a seguir.

A *família 1* dentro desta UC, é aquela encabeçada por Alzeni, cujo rendimento de R\$ 402,00 é a soma da retirada, R\$ 372,00 no NORA, acrescida do valor da cesta básica de R\$ 30,00. Ora, se dividimos o valor apurado de R\$ 402,00 pelos 3 membros da família nuclear teremos uma renda *per capita* de R\$ 134,00. Já a família 2 desta mesma UC, tem uma renda de R\$ 480,00, porém como neste caso não há outras transferências é este valor que irá compor a renda *per capita* que seria de R\$ 120,00. O caso mais gritante é da família 3 desta UC que possui 3 membros: pai, mãe e filho de alguns meses. Nesta família tanto o marido quanto a esposa estão desempregados não possuindo nenhum recurso para sua subsistência, dificuldade aprofundada pela existência do filho recém nascido.

Caso semelhante ocorre com a UC 3 que reúne 2 famílias nucleares que são chefiadas por mulheres com um filho cada uma. A família composta pelos membros 17 e 18, respectivamente mãe e filha, esta última trabalhadora infantil, recebe recursos na ordem de R\$ 572,00 que acrescidos de R\$ 30,00, valor da cesta básica, totalizam 602,00. Este valor se dividido pelas 2 pessoas daria uma renda per capita de R\$ 301,00.

Nesta UC o caso mais grave é o da família na qual se encontram os membros 19 e 20, respectivamente, mãe catadora de papel e o filho com 3 anos de idade. A renda desta família é de apenas R\$ 80,00 que divididos pelos 2 membros totalizaria uma renda per capita de R\$ 40,00. Com a reunião em um único espaço, embora precário, ampliam-se as possibilidades de sobrevivência, a primeira vista e notadamente, para esta última família, cuja renda per capita atinge o montante de R\$ 170,50, mais que quadruplicando suas chances de sobrevivência. Neste

contexto, a comparação entre o tamanho médio das UCs pesquisadas que estão na faixa de renda de R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00 com os dados da POF é revelador. A POF apresenta para esta faixa de renda o *tamanho médio de 3,68 e 3,38*, respectivamente para o Brasil e para o Sudeste, contra um tamanho médio de 4,75 para as UCs pesquisadas. O tamanho médio elevado das UCs pesquisadas parece reforçar a importância desta estratégia para a sobrevivência de famílias de baixa renda.

Ora, a reunião das famílias nucleares em um único local de moradia representa uma interessante estratégia de sobrevivência já que contribui para a diminuição de despesas fixas como taxas de água, luz, telefone, gás. Assim a UD ameniza os aspectos negativos do desemprego, pois a pesquisa mostrou que os membros que não encontram formas de realização de seu fundo de trabalho costumam aportar suas capacidades produtivas em atividades domésticas, tais como: limpeza, cuidado de crianças, preparação de alimentos, etc. O maior desafio é a duração desta situação que aos poucos vai minando os laços de solidariedade, rompendo os vínculos e dificultando as relações afetivas do grupo familiar.

Pois bem, agora inicio a análise das falas das trabalhadoras da Associação NORA, cuja discursividade foi preservada pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A primeira análise tem como idéia central (IC) o fracasso pessoal (tabela IC1).

Tabela IC1 – fracasso pessoal

DSC
<i>Fui na escola, mas devido aos meus problemas não consegui, fui uma lástima, cabecinha dura. E perdi minha mãe muito cedo, fazia meus afazeres de casa, tinha cinco irmãos e ajudava na roça, então tive pouca oportunidade, não tive tempo pra essas coisas. E não aprendi e não quis...voltá pra escola mais, né</i>

Na caracterização do catador de papel apresentei a idéia da falta de formação como um dos fatores que permitiram estabelecer mecanismos de dependência e viabilizaram a exploração dos trabalhadores pela reciclagem clandestina (Carvalhaes, S/data). A baixa escolaridade resta comprovada, pois a média de anos de estudo das trabalhadoras da associação NORA, hoje formada por 5 mulheres é de apenas 3 anos, sendo que 3 delas não possuem sequer a ensino fundamental de primeira à quarta série. Entre as outras 2, a coordenadora, possui a oitava série do ensino fundamental e a outra parou na quinta-série.

Aqui se destaca uma característica das UD's extremamente negativa para as mulheres. A realização do fundo de trabalho na produção de bens e serviços (trabalho doméstico) para autoconsumo impõe um duplo ônus à mulher, pois além da posição de classe, a questão de gênero, nesse caso, diminui as oportunidades da mulher. A antecipação do "protagonismo infantil" diante da ausência da mãe levou a menina a assumir os "meus afazeres" – tarefas de limpeza, de cozinha, cuidado das crianças – além de ajudar na roça.

Isso demonstra que esta característica negativa da UD tem efeitos de longa duração e alcance que persistem no tempo e no espaço. Em nosso caso ao

sentimento de fracasso se junta a idéia de falta de “*oportunidade*” e como que uma desvalorização do saber: “*não tive tempo pra essas coisas*” e quando se desperta para o problema é demasiado tarde: “*não aprendi e não quis...voltá pra escola mais, né*” e a “culpa” parece ser novamente individualizada.

#### **5.4 FLEXIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMO FATOR DE POTENCIALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A UD E O EMPREENDIMENTO**

O ponto central que este trabalho se propôs a discutir foi a hipótese de que a associação representa uma forma de legalização flexível que não engessa o trabalhador, potencializando os fluxos entre a UD e o empreendimento.

A forma encontrada para testar esta hipótese foi indagar acerca da realização do fundo de trabalho complementar à atividade exercida na associação NORA. A pergunta feita foi para o trabalhador foi: “**Exerce outra atividade fora da associação?**”.

O conjunto de respostas fornecidas permitiu extração de uma única Idéia central e conseqüentemente a elaboração de um só Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

**Tabela IC2 - se a outra atividade não atrapalhar o trabalho no NORA eu aceito  
mesmo no domingo**

<b>DSC</b>
<i>Não, não trabalho em outro lugar não. É daqui pra casa cuidá dos filho, mas se achar um lugar que não vai atrapalhar meu trabalho no NORA que eu dependo aqui da reciclagem, sabe? Daí eu vou sim, pode ser qualquer dia até o domingo que a minha responsabilidade de casa é grande, tenho filho desempregado e ele tem uma filhinha, ta?</i>

A IC “se a outra atividade não atrapalhar o trabalho no NORA eu aceito mesmo no domingo” sintetiza uma característica comum e facilmente comprovada naqueles empreendimentos de coleta seletiva de segunda geração: os trabalhadores possuem uma jornada de trabalho extenuante que não lhes permite realizar outra atividade fora do empreendimento eco-solidário.

A hipótese da associação possuir um caráter flexível potencializador da relação *UD versus Empreendimento* não foi confirmada, porém isso não indica que ela deva ser refutada totalmente, pois no atual momento não foi observado o uso de tal qualidade, se houver.

No entanto, a não confirmação da hipótese carece de algumas considerações porque hoje as trabalhadoras não possuem formação que lhes permita ter acesso a outra atividade. Isso fica claro na fala condicional “**se eu achar outro lugar para trabalhar**”. Diante da não realização de outra atividade, fica difícil tecer argumentos acerca da flexibilidade hipotética da associação. A situação se complica ainda mais quando se olha para a continuação da fala “**que não atrapalhe meu trabalho no NORA que eu dependo aqui da reciclagem, sabe?**”



Este fragmento mostra algumas possibilidades. Primeiro, aponta para o fato de que as condições de exercício da atividade complementar podem ser determinantes e se prejudicarem o cumprimento da atividade no empreendimento será rejeitada.

Segundo, o momento vivido pela associação cobra uma maior constância da trabalhadora. O terceiro ponto manifesta a preocupação da trabalhadora com o fato de que uma eventual segunda atividade venha a prejudicar a visão que ela trabalhadora pensa que a atual administração pública tem da entidade. Isso porque nesse momento vive-se a expectativa de que a atividade seja apoiada pelo poder público, já que a administração petista tem afirmado que o empreendimento de coleta seletiva é o mais organizado da cidade de Osasco.

Esse fato propiciou que a coordenadora Maria José iniciasse os primeiros contatos com o poder público e fosse convidada para compor a mesa durante evento realizado por ocasião da semana de meio ambiente.

## **5.5 EMPREENDIMENTO ECO-SOLIDÁRIO COMO ESPAÇO DE REFERÊNCIA**

Comecei a abordar a identidade como fator importante para a permanência do trabalhador e conseqüente perenização do empreendimento-eco-solidário. Passo aos dados de campo e à sua análise a partir dos discursos proferidos pela trabalhadora da associação NORA acerca de sua trajetória desde os anos de 1970 para cá.

O DSC que inicia este item foi extraído do discurso proferido pelo trabalhador quando respondeu à questão: Compare: **a) o trabalho com carteira assinada**. Uma das Idéias Centrais surgidas foi: Nos anos setenta não tinha desemprego, mas não acontecia o crescimento.

**Tabela IC3 – Nos anos setenta não tinha desemprego, mas não acontecia o crescimento**

<i>DSC</i>
<p><i>Comecei trabalhar nos anos setenta, trabalhei em muitas empresas, fazia faxina, várias coisas. Na ultima empresa fiquei dez anos, pois como assistente técnica de manutenção e produção era apaixonada pelo que fazia.</i></p> <p><i>Naquela época não tinha desemprego, tinha uma certa estabilidade, tinha convênio médico. Eu ganhava pouco, mas era suficiente para comprar alimentação, eletrodoméstico, o básico, porque as coisas era mais em conta há alguns anos atrás, agora não dá mais!!!</i></p> <p><i>Só que não acontecia o crescimento, eu ansiava por uma casa própria, mas não conseguia comprar. Quando ia procurar num destes planos de moradia a renda não era suficiente, então não conseguia adquirir nada e nunca sai do aluguel.</i></p>

O trabalhador que se encontra atuando nos empreendimentos eco-solidários vivenciou os anos de 1970 sem participar integralmente dos benefícios do crescimento econômico, pois o “milagre brasileiro” que lhe permitiu inserir-se na relação formal de trabalho e vivenciar um período de estabilidade não propiciou acesso a bens e serviços básicos como educação e moradia.

A primeira parte do DSC é elucidativo acerca desta inserção com alguma estabilidade:

*Naquela época não tinha desemprego, tinha uma certa estabilidade, tinha convênio médico. Eu ganhava pouco, mas era suficiente para comprar alimentação, eletrodoméstico, o básico, porque as coisas era mais em conta.<sup>96</sup>*

Sobre o acesso a bens e serviços essenciais, esta parte do DSC mostra os limites do milagre:

*Só que não acontecia o crescimento, eu ansiava por uma casa própria, mas não conseguia comprar. Quando ia procurar num destes planos de moradia a renda não era suficiente, então não conseguia adquirir nada e nunca sai do aluguel.*

Este trabalhador chega aos anos de 1990 e mostra como é recebido atualmente pelo mercado de trabalho que outrora acolheu parcialmente suas demandas.

#### **Tabela IC4 – Mercado de trabalho exigente, muitas cobranças e ameaças**

<i>DSC</i>
<i>Hoje tem muita exigências pra trabalhar fixado. Tem muito trabalho nas empresa porque tem um monte de coisa pra fazer na limpeza: é carpete pra limpa, vidro pra lava e tem que ta sequinho no dia seguinte, o escritório em ordem, limpinho, o telefone, sala de computador, tudo pra você limpar e outra coisa é muita chefaiada e eles exigem muito e ameaça a gente, além da gente carregá pessoa nas costas e não ser reconhecida, entendeu?</i>

A idéia central é de um mercado exigente e estressante que lhe reserva um espaço de atuação no mercado formal no exercício da limpeza, atividade

<sup>96</sup> As falas que serviram de base para a presente pesquisa serão identificadas através de formatação diferenciada: fonte menor, em itálico e diferente à utilizada no texto.

normalmente desgastante: “*Tem muito trabalho nas empresa porque tem um monte de coisa pra faze na limpeza.*”

Esse muito trabalho não indica número de vagas, mas sim sobrecarga. Isso ocorre num contexto que favorece o stress: “[...] tudo pra você limpar e outra coisa é muita chefaiada e eles exigem muito e ameaça a gente, além da gente carregá pessoa nas costas e não ser reconhecida, entendeu?”

Nota-se que o mercado dos anos de 1990, para esse trabalhador, vem perdendo aquela “certa estabilidade” dos anos de 1970, portanto sua trajetória na “economia formal” cruza-se com o fenômeno da terceirização. Isso fica claro no DSC extraído da **resposta à pergunta feita para aferir a origem e experiência do trabalhador: Já trabalhou com carteira assinada?**

Desta pergunta extraiu-se um único DSC cuja IC é: sim, como faxineira no final dos anos 90 em empresa terceirizada.

**Tabela IC 5 – sim como faxineira no final dos anos 90 em empresa terceirizada**

DSC
<i>Já, mas faz muito tempo, foi em noventa e oito, dois mil. Trabalhei como contratada numa empresa, uma empresa limpadora lá em São Paulo na estação da Luz e fazia faxina no Hospital das Clínicas, na Usp.</i>

Este DSC mostra que a trabalhadora do empreendimento eco-solidário origina-se no cerne da crise dos anos noventa, tendo vivenciado as agruras da terceirização no exercício da faxina. Nos anos 90 uma das estratégias das empresas foi concentrar-se naquilo que chamam de atividade fim abandonando as atividades meio, isto é, aquelas operações de suporte ao ramo principal de atuação.

Com isso terceirizam-se os serviços de segurança, de limpeza, creche, outros. Vivenciei este drama no período de 1996 até 2001, parte do tempo como líder sindical no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP), empresa de economia mista que vem sendo sucateada pela ação do Estado em suas atividades de pesquisa e desenvolvimento.

E devido à terceirização apresenta, em seu corpo profissional, a face mais perversa dessa política que se expressa por relações de trabalho as mais diversas: assalariado, cooperativo, terceirizado, etc. A último e mais dramática ação por mim vivenciada foi a tentativa de terceirizar a creche que possibilita ou possibilitava – não sei do desfecho – a que as suas trabalhadoras deixassem seu filhos amparados com excelente qualidade pedagógica e custo inferior ao de mercado.

Esse fato mostra que a terceirização menos que diminuir custos representa uma forma de retirar direitos aos trabalhadores. Concomitantemente, o Estado desenha políticas redistributivas incompatíveis com a prática que norteia sua ação principal. Sendo assim, cabe a pergunta:

Como compatibilizar políticas públicas compensatórias como a frente de trabalho, Renda Cidadã com as ações de sucateamento da máquina pública – educação, saúde, pesquisa? Salvo melhor juízo, destarte deriva o propalado “saneamento” do estado paulista.

Retornando ao eixo da pesquisa, apresento a seguir os três DSCs extraídos a partir do discurso produzido pelas trabalhadoras como resposta à seguinte questão: **Qual era a atividade exercida antes de entrar no NORA?** O primeiro DSC tem a seguinte **IC** - baixa escolaridade dificulta até a trabalhar de faxineira.

#### **Tabela IC 6– baixa escolaridade dificulta até a trabalhar de faxineira**

<b>DSC</b>
<i>Trabalhava cuidando de casa, lavando roupa pra uma pessoa, pra uma senhora, limpando uma casa, fazendo faxina essas coisas assim, porque como esta nos dias de hoje não podemos ficar parados, ver um serviço e injeitá, entendeu? Mas devido aos estudos, não to conseguindo nem de faxineira mais, nem de faxineira.</i>

A coletora comunitária – vários nomes são utilizados para identificar os trabalhadores da reciclagem, acredito que aquele que vai permanecer depende muito das ações dos catadores, mas em grande parte de como a sociedade vai acolher as reivindicações legítimas deste grupo – imediatamente antes de ingressar no NORA vivenciou como dito anteriormente a experiência de terceirização, porém para ela mesmo essa atividade foi sendo gradativamente proibida como fica claro no fragmento:

*“nos dias de hoje não podemos ficar parados ver um serviço e injeitá, entendeu? Mas devido aos estudos, não to conseguindo nem de faxineira mais, nem de faxineira.”*

Expulsa mais uma vez, agora da precaríssima relação de trabalho que é terceirização, a trabalhadora começa a fazer bicos nas proximidades de sua casa. Mas isso é momentâneo, pois a UD que a contratava no bairro ali próximo, passa ela também a sofrer os respingos da crise e a trabalhadora perde este oportuno bico.

### **Tabela IC 7 – Sair da dependência e lutar pelos direitos sem desanimar**

<b>DSC</b>
<i>O chefe num ajuda só gosta só de beber, meu filho esta desempregado, então a gente tem que se virar porque é triste depender dos outros: eu gosto de lutar por aquilo que eu me sinto melhor, sempre fui lutadora, não vou deixar a peteca cair, não posso. Se um deixar o outro tem que segurar, não é mesmo? Sempre fui lutadora, mas tem mulher que não é assim, não vai atrás dos direitos.</i>

Mas essa mulher não se entrega e, mesmo sofrendo com a desagregação familiar, muito provavelmente devido aos problemas resultantes do desemprego que já havia atingido o homem. Seu companheiro começa a beber e a ela só resta de novo “protagonizar” a vida. A luta para essas mulheres é continua. E aqui temos mais um elo de ligação entre as UD de coraggio e a realidade empírica abordada: a Unidade Doméstica não esta restrita ao grupo da família nuclear, pois a solidariedade, a garra e o compromisso o expande e a mulher mãe de ontem que já foi a menina protagonista de outrora, hoje mulher vai participar na criação da neta. Não de cabeça baixa, mas com garra, lutando pelos direitos...o mais básico deles: o de ao menos poder lutar.

A IC 8 – Eu era catadora e acabou o lixão, retorna o foco ao trabalho do catador, ou melhor, da catadora e da forma mais dramática possível, pois na solução dos seus problemas, a sociedade descobre um santo para cobrir outro. Ouçamos o DSC.

### **Tabela IC 8- Eu era catadora e acabou o lixão**

<b>DSC</b>
<i>Morava numa área livre lá no vinte um e devido ao lixo comecei a mexer com materiais reciclado: eu trabalhava no lixão de Carapicuíba, era catadora, mas acabou o lixão, foi aonde eu conheci o Padre e foi o Padre que me arrumo para trabaia lá no projeto X. Trabaiei um ano e quatro meses.</i>

Este DSC parece dar o tom de repreenda à sociedade que teima em desconhecer que a resolução dos problemas na atualidade deve contemplar aqueles que outrora tinham ao menos o lixo. As soluções buscadas nos colocam diante de um paradoxo:

“Se a sociedade moderna ou industrial ofereceu o lixo aos excluídos qual será o meio de sobrevivência das vítimas da “nova pobreza”?” Pode continuar havendo pobre, mas haverá lixo?

Com essa próxima pergunta chega-se um ponto crucial para o trabalho. Crucial porque andei dando voltas em torno da questão da identidade. Observou-se uma trajetória que se inicia na UD com a assunção dos trabalhos de casa pela menina que impedida de estudar tem na cidade grande mais trabalho doméstico a fazer. Na caminhada e sem retornar aos estudos, pois não quis!!! Não quis? Como



não quis? Só lhe resta a faxina. A vida se degrada mais e o com o vai e vem das crises, até mesmo da terceirizada lhe expulsam. Perde o bico. E o que lhe resta?

“O empreendimento eco-solidário.” Disse ser este o ponto crucial porque estamos chegando ápice. Se não ao ápice, ao menos chegamos à associação NORA. A partir da pergunta: Porque veio para a associação NORA? O primeiro DSC extraído possui a seguinte IC 9 – aversão trabalho infantil e não recolhimento de inps.

#### **Tabela IC 9 – aversão ao trabalho infantil e não recolhimento de inps**

<b>DSC</b>
<p><i>Tava na associação x, só que eu achei uma coisa muita errada lá trabalha muito com menores e menino é meio sapeca, você faz o serviço eles desmancha, derruba e pisa por cima, mas a minha revolta é que eu trabalhei, trabalhei tanto, tanto eu quanto minhas colegas e amigos de serviço, mas quando tocava no lenepesse diz que não tinha fundo, não tinha isso, não tinha aquilo e não tinha uma explicação certa, entendeu?</i></p> <p><i>Como que eu vou trabalhar num nó daquele, triano, recicrano se eu posso recicra aqui na minha cidade, que é Osasco?</i></p>

O DSC professa o sentimento de um ator social coletivo que vem adquirindo vivência nessa nova forma de organização de trabalho e de geração de renda. O trabalho infantil, tema sobre o qual se discute tanto, na área do lixo é uma regra, mas uma regra que nas ações de reciclagem começa a incomodar: “*Tava na associação x, só que eu achei uma coisa muita errada lá trabalha muito com menores.*”

Este fragmento dá conta da aversão a este tipo de exploração da reciclagem clandestina que se reveste de ação social e passa a explorar o trabalho infantil. E de novo o cidadão cuja origem sócio-econômica é inferior ao nível da dignidade é penalizado, pois e não demais repetir, o *fundo de trabalho* é definido como sendo formado “[...] pelo conjunto das diversas (em quantidade e qualidade) capacidades de trabalho dos membros da unidade doméstica, **crianças**, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres” (CORAGGIO, 2000<sup>a</sup>, p. 188). [Grifo meu]

Uma coisa é a existência desse “recurso” na Unidade Doméstica, outra coisa é fazer uso dele e das formas mais degradantes possíveis e não em benefício da UD, mas sim como extração de mais-valia. Outro ponto importante apontado é o fato de que o trabalhador resiste à idéia de não ter seguridade social e mesmo que não haja a relação formal de trabalho o horizonte que desenha não se descuida do fato de que adocece, envelhece e necessita de cuidados. Veja:

*mas a minha revolta é que eu trabalhei, trabalhei tanto, tanto eu quanto minhas colegas e amigos de serviço, mas quando tocava no lenepesse diz que não tinha fundo, não tinha isso, não tinha aquilo e não tinha uma explicação certa, entendeu?*

O DSC seguinte indica já que os empreendimentos eco-solidários vêm ganhando alguma projeção e se tornando um espaço de referência.

### Tabela IC 10 – Empreendimento eco-solidário como espaço de referência

DSC
<p><i>Falei para o coordenador, to com vontade de procurar um outro empreendimento de reciclagem, uma coisa melhor que vá para frente. Aí foi aonde que eu encontrei o Adriano e o Adriano falou: “Vai lá no NORA!!! Eu vim conheci a coordenadora e agora tô sabendo dos trâmites que está acontecendo, da coleta seletiva e dessa central que eles querem abrir aqui, né</i></p>

E o passo seguinte é a mudança que começa a apontar para o local, pois o discurso do sujeito coletivo dá conta de que os esforços que faz pode ser potencializado na busca de soluções para os problemas de seu espaço imediato. Esta fala revela uma racionalidade que nada tem de ingênua, pois é ali no bairro em contato com pessoas comprometidas e próximas, no sentido de perto e, sem trocadilho, de proximidade humana, é que as soluções, potencialmente, se justificam.

A contrapartida ou a outra face deste julgamento moral às ações pseudo-solidárias é a valorização daqueles esforços em constituir espaços de articulação capazes de potencializar as ações coletivas em prol de outro mundo, mesmo que ali ao lado, próximo de casa. Assim, o empreendimento eco-solidário é definido pelo DSC como constituindo um espaço de referência: *“Falei para o coordenador, to com vontade de procurar um outro empreendimento de reciclagem, uma coisa melhor que vá para frente”*.

Seguindo-se às considerações feitas ao DSC acerca dos motivos que o trouxeram ao NORA, solicitou-se que o trabalhador após comparar o trabalho com

carteira assinado com o trabalho no NORA respondesse a seguinte pergunta: Se pudesse escolher, em qual ficaria?

A idéia surgida foi: IC 11 – Se eu pudesse escolher ficaria no NORA, gerou o DSC apresentado adiante.

### **Tabela IC 11 – Se pudesse escolher eu ficaria no NORA**

<b>Idéias centrais</b>
vou ser bem sincera: eu ficaria no NORA, prefiro trabalhar na reciclagem porque nós somos um patrão do outro, <i>nós tamô trabalhando pá nós mesmos, né?</i> Nós tamô trabalhando pra nós mesmo, e numa firma não. E eu não quero, não queria trabalhar mais com carteira assinada, <i>porque na limpeza tem um monte de coisa pro cê faze e agente não aceita ser mandado. No NORA você pega aquele serviço e é aquele só, entendeu?</i>

A resposta verbaliza de forma taxativa a disposição de permanecer na associação NORA. As explicações indicam os conhecidos discursos daquele que possui alguma consciência e prática na execução do trabalho coletivo ou de alguém que tenha passado pelos cursos de formação em economia solidária e conscientemente ou não traz na ponta da língua o repertório.

O que há de novo aqui é o depoimento de alguém cansado da atividade da faxina e no caso das trabalhadoras do NORA, faxina essa que lhes aproxima do mundo da casa e da rotina exaustiva do trabalho doméstico. Outro fragmento interessante e instigador é formado pela frase: “*No NORA você pega aquele serviço e é aquele só, entendeu? Então, é aqui que eu quero fica.*”

Esta resposta parece ter sido dada em decorrência do fato de que durante o pouco tempo de trabalho na associação numa situação em que o “galpão” estava entulhado de material o trabalho tornou-se digamos rotineiro, fácil e um só.

Ou há algo mais a ser compreendido acerca deste DSC e de suas implicações. Isso o futuro dirá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaminho minhas considerações como forma de dar um fecho sem esgotar o assunto fato que, aliás, seria impossível, pois os resultados levam a novos questionamentos.

Com esse espírito retomo a seção anterior quando o trabalhador afirma desejar ficar na associação devido ao fato de que o trabalho ali seja um só. Ora, mesmo que em certos períodos haja uma certa repetição como quando há material acumulado, caso do NORA neste últimos meses, fato que exige que se faça a separação e triagem de forma exaustiva diante do pouco espaço para o trabalho, o cotidiano de um empreendimento eco-solidário nada tem de rotineiro, principalmente para o catador de papel recém chegado.

Essa constatação faz com que eu recupere indagação feita recentemente numa dissertação de mestrado:

“Em que medida os Trabalhadores acreditam no discurso que produzem?”<sup>97</sup>

Fazendo um balanço acerca das contribuições no que se refere à identidade, apresento discurso proferido pela trabalhadora do NORA que vivenciou distintas formas de trabalho, tendo sua trajetória vista, numa autocrítica, como vitoriosa. Esta visão aparece no fragmento que surgiu em resposta à pergunta acerca da escolha sobre o espaço formal: Eu não escolheria, tá? Porque já trabalhei em empresa e com trabalho associado e já sei o que é.

*trabalhar numa empresa, gostava muito do que eu fazia na empresa, ta? Mas não tive medo de sair assim para vida e saí e abri comércio que foi a lanchonete...ta? e um ano ou pouco mais que isso eu guardei dinheiro para comprar uma casa, comprei e carro para trabalhar, por isso é que não dá para escolher.*

Esta trabalhadora demonstra que no espaço de uma vida laboral de trinta anos, período que até outro dia era o requerido para se aposentar, a pessoa pode passar por experiências de trabalho distintas e variadas.

A relevância deste fato esta em que ao longo de sua experiência de vida, um trabalhador que tenha uma trajetória laboral vivenciada nas diferentes formas de organizar o trabalho - com carteira assinada, por conta própria e associado -, toma consciência das diversas concepções que o trabalho adquiriu ao longo da caminhada humana e sendo alguém com convicções firmes a resposta compatível é

---

<sup>97</sup> SANTOS, Aline Mendonça. **Vivendo e pensando o diferente:** representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

a de que não precisa fazer escolhas, pois logrou sucesso em todas as modalidades de trabalho exercido.

Mas, essa pessoa, atualmente com 53 anos, sofreu um revés durante os anos de 1990 quando teve os recursos apreendidos pelo plano Collor. Sua trajetória vencedora, saindo da indústria e tendo experiência gratificante com o comércio foi interrompida ali e, hoje, ela se encontra no trabalho associado. E de forma mais realista parece que questões como a idade não foi considerada na resposta dada: *“não dá para escolher”*. Mas como retornar ao mercado com baixa escolaridade e idade avançada?

Voltar ao mercado de trabalho não dá mais, reiniciar por conta própria, apesar da experiência vivenciada seria uma aventura. Há ainda aspectos a serem desvelados nessa resposta, pois a pessoa que a proferiu esta há 4 anos na associação NORA e joga um papel decisivo para o futuro da associação.

Um ponto extremamente positivo a favor dos esforços de comunidades, cidadãos e instituições sérias na organização de ações que reconheçam os problemas do lixo em suas diversas dimensões e independente das considerações técnicas mais apressadas, é o fato de que o DSC reconheça o empreendimento eco-solidário como um espaço de referência. Vale destacar a atuação dos leigos da igreja, apoiadores importantes das ações da associação NORA. Estes atores, ao longo do tempo, se deram conta de que acompanhar o cotidiano do empreendimento exigia constância, planejamento e trabalho coletivo. Por outro lado,



perceberam que a atividade, por seu caráter inovador e ineditismo, gerava conflitos constantes – entre os trabalhadores, destes com os organizadores e mesmo com a entidade religiosa.

A solução encontrada pelos atores, cujo papel no dia-a-dia da igreja é fundamental – organizando a participação na missa, realizando ritos de batismo, casamento, etc; – foi abandonar o cotidiano da atividade. Após isso, grande parte deles passou a atuar nos bastidores, disseminando informações que garantem e ampliam a participação, notadamente, de religiosos ligados à igreja católica, seus parentes e amigos. Deste fato, pode-se inferir que é menos a consciência ambiental e mais os valores religiosos e caritativos os elementos que garantem a participação da maioria das Uds que fazem a separação do lixo para doarem a porção reciclável à associação NORA.

Esse dado é fundamental na medida em que, neste trabalho de pesquisa, partiu-se da consideração de que consciência ambiental e funcionalidade à sociedade de consumo, bem como transformações no mercado de trabalho representavam os elementos fundamentais na disseminação da reciclagem.

Importante questão levantada ao longo do texto articula a identidade e a permanência no empreendimento de reciclagem. A rotatividade de mão-de-obra verificada na associação NORA, em grande parte, parece justificar-se por desajustes entre a identidade do trabalhador constituída em condição diversa anterior ao empreendimento e o estigma social que reveste o trabalho com o “lixo”.

Com satisfação constato que começa a se constituir um corpo denso de considerações acerca das ações que vêm sendo organizadas na área do lixo, com tomada de posição, formação de opinião pública, etc.

Tenho a expectativa de que este estudo contribua positivamente com a tendência descrita acima na medida em que trouxe dados que demonstra a importância da associação NORA para as trabalhadoras na medida em que aporta recurso na ordem de 40,7% do total dos rendimentos das UCs pesquisadas. Estes dados evidenciam a importância do empreendimento na lógica de reprodução, nos termos de Coraggio, das Unidades Domésticas pesquisadas. Outro ponto importante explicitado neste trabalho é a economia feita pelo poder público em Osasco nos últimos 68 meses no valor médio mensal de R\$ 514,71.

Na necessidade de fazer um corte e finalizar o trabalho, passo à indicação de lacunas do estudo e aponto para estudos futuros.

Importante lacuna tem a ver com a questão mestre da pesquisa: a associação como forma de legalização flexível. Este tema ficou prejudicado porque não foi identificada atividade complementar exercida pelos trabalhadores, ou melhor, pelas trabalhadoras que já se encontram sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, pelo cuidado à família além da baixa escolaridade.

Penso que neste estudo e em relação à identidade do trabalhador a abordagem se deu no nível interpretativo compatível, como demonstrado à frente, com a obtenção de resposta a questões do tipo:

dado que o trabalhador vindo do mercado formal pensa ser perda de status atuar na reciclagem, por que razões, associadas ou correlacionadas a que condições objetivas e subjetivas, pensariam assim (LEFÈVRE, 2003, p. 31). [grifos nossos em substituição às variáveis x, y e z, respectivamente]

Segundo esse autor e tendo em vista a questão do trabalhador cuja trajetória leva a que se encontre no espaço do empreendimento eco-solidário pessoas que são e pessoas que *estão* catadoras, estudos futuros sobre a identidade e permanência na reciclagem poderiam apontar para o nível evolutivo ou pragmático onde a questão seria formulada da seguinte maneira:

dado que a população x pensa de modo y sobre o tema z por um conjunto w de razões, como fazer para que ela passe a pensar de modo distinto de y ou continue a pensar de modo x ( se considera que x é um modo adequado de pensar); ou ainda, - como fazer para que ela passe a pensar e a agir de modo distinto de y ou a agir de conformidade com o modo x de pensar, etc. (LEFÈVRE, idem,ibdem).

A presença das trabalhadoras na associação NORA aponta para a necessidade de que a proposta acima deva aliar considerações feitas por Nobre (2003) que propõe, além do reconhecimento de outras formas de trabalho, o debate entre a economia feminista e a economia solidária, contrapondo esta última à economia capitalista na busca de contradições entre os dois modelos e na perspectiva de igualdade de fato para a mulher, tendo em vista questões de gênero, étnico-raciais e dos povos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto Associativismo. In: CATTANI, Antônio (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **A institucionalização das Redes Cooperativas como modelos de Organização do Trabalho e de Promoção do desenvolvimento Econômico**. Dissertação (Mestrado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2003.

ALVEZ-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 1998. 203p.

BAJOIT, Guy. **Todo cambia: análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas**. 1.ed. Santiago: LOM Ediciones, 2003. 290p.

BAQUERO, Marcello. Capital social. In: CATTANI, Antônio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

BOURDIEU, Pierre . **Las estructuras sociales de la economía**. [S.d.]: Ed. Manantial, 2000.

BLAETH, Patrícia; GRIMBERG, Elisabeth (orgs.). **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Pólis, 1998. 104p.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Ladrière. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 225p.

CALDERONI, Sabetai. - O\$ bilhão\$ perdido\$ no lixo. **Humanitas**, FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

CARVALHAES, Paulo de Tarso. **O catador de papel – Um Profissional a Serviço da Comunidade**, [S.d.].

CASTEL, Robert. A dinâmica do processo de marginalização: da vulnerabilidade à desafiliação. **Cadernos CHR**, n.26/27, 1997, p.19-40.

CETESB. **Inventário Resíduos Sólidos Urbanos**. São Paulo, 1999.

CORAGGIO, José Luis. **Política social y economía del trabajo**. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Madrid: Miño y Dávila Editores, 1999.

\_\_\_\_\_. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento humano e educação**: O papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002a. (Coleção Prospectiva, v.1)

\_\_\_\_\_. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antônio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

DANANI, Claudia (compil.). **Política social y economía social**: debates fundamentales. 1.ed.- Buenos Aires: Altamira, 2004.

D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero; VILHENA, André (coords.). **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. 2.ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

EIGENHEER, Emílio M.; SERTÃ, Francisco de A. R. **"Lixo: entender para educar"**. Rio de Janeiro: Barra Livre, 1993. 30p.

EIGENHEER, Emílio M. (org.). **"Coleta Seletiva de Lixo: Experiências Brasileiras"**, n.1, UFF/CIRS/Ecomarapendi, Rio de Janeiro, 1993. 100p.

\_\_\_\_\_. **"Coleta Seletiva de Lixo: Experiências Brasileiras"**, n.2, UFF/CIRS/Ecomarapendi, Rio de Janeiro, 1998. 208p.

GAIGER, Luiz. Por uma sociologia dialógica. **Revista Estudos Leopoldenses, São Leopoldo**, vol. 35, n.155, 1999, p.21-37.

\_\_\_\_\_. O Trabalho ao centro da economia Popular Solidária. GT- 20 Trabalho e Sociedade. **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, out. 1999.

\_\_\_\_\_. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH** n.1, Centro de Recursos Humanos/UFBA, Salvador, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil** / organizado por Luiz Inácio Germany Gaiger. – Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

GARCIA-PELAYO, Manuel. **Las transformaciones del estado contemporáneo**. 4.ed. Madri: Alianza Editorial, 1996.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

HIRATA, Márcia. **Unidade local de reciclagem**: projeto para uma cooperativa de reciclagem por processo participativo. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/USP, 2001.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX : 1914 – 1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

JESUS, Paulo. Desenvolvimento local. In: CATTANI, Antônio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2.ed. Caxias do Sul: Educs, 2005. 256p. (Coleção Diálogos)

LAJOLO, Roberto Domenico (coord.). **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis**: guia para implantação. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2003.

LEGASPE, Luciano. **Reciclagem**: a fantasia do eco-capitalismo: um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1996.

LUTZENBERGER, José. **Manual de ecologia** - do jardim ao poder. 1.ed. Porto Alegre: L&PM, 2004. v.I

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Clássicos)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **Antologia pessoal**. Revisão de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 236p.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável. In: CATTANI, Antônio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

NOBRE, Mirian. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antônio (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

O'DONELL, Guillermo. Democracia Delegativa? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.31, p.25-40, out.1991.

OFFE, Claus. La política social y la teoría del estado. In: OFFE, Claus y Keane, J. **Contradicciones en el estado del bienestar**. México: Alianza Editorial, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERIUS, Vergílio; SCHMIDT, Derli. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antônio (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PINTO, Tarcísio de Paula. **Metodologia para gestão diferenciada dos resíduos da construção urbana**. Tese de Doutorado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1996.

POLANYI, Karl. **La gran transformación**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1975.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

RECH, Daniel; VEIGA, Sandra Mayrink. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A Fase, 2001.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. Tradução de Manuel Del Pino. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.): **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Aline Mendonça. **Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Questões de vida e resistência na cultura dos Catadores de Papel. **I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**, Brasília, UNB, 2001.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes. *Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no rio grande do sul*. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SAUL, Renato Paulo. Sociologia e as sínteses minimalistas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.10, 1998, p.37-60.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Cooperativas são empresas socialistas. **Revista Unitrabalho Informa**, São Paulo, n.10, jan. 2000.

\_\_\_\_\_. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (prgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SOUZA, José Raimundo. Associativismo cooperativo e meio ambiente: gerando renda e reciclando atitudes. **III Encontro de Investigadores Latino-americanos de cooperativismo**, São Leopoldo, UNISINOS, 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto Nora - Novo OSASCO Reciclando Atitudes. **Prêmio EcoPET, São Paulo**, Edição 2000. Disponível em: <http://www.riless.org>. Acessado em Julho/2005.

STANDING, Guy. Globalización: las ochos crisis de la protección social. In: DANANI, Claudia (compil.). **Política social y economía social**: debates fundamentales. 1. ed. Buenos Aires: Altamira, 2004.

TELLES, Vera da Silva. La sociedad civil entre la ciudadanía y la filantropía. In: DANANI, Claudia (compil.). **Política social y economía social**: debates fundamentales. 1.ed. Buenos Aires: Altamira, 2004.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001. 400p. (Coleção fronteiras da educação)

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, [s.d], p.5-25.



## ANEXOS

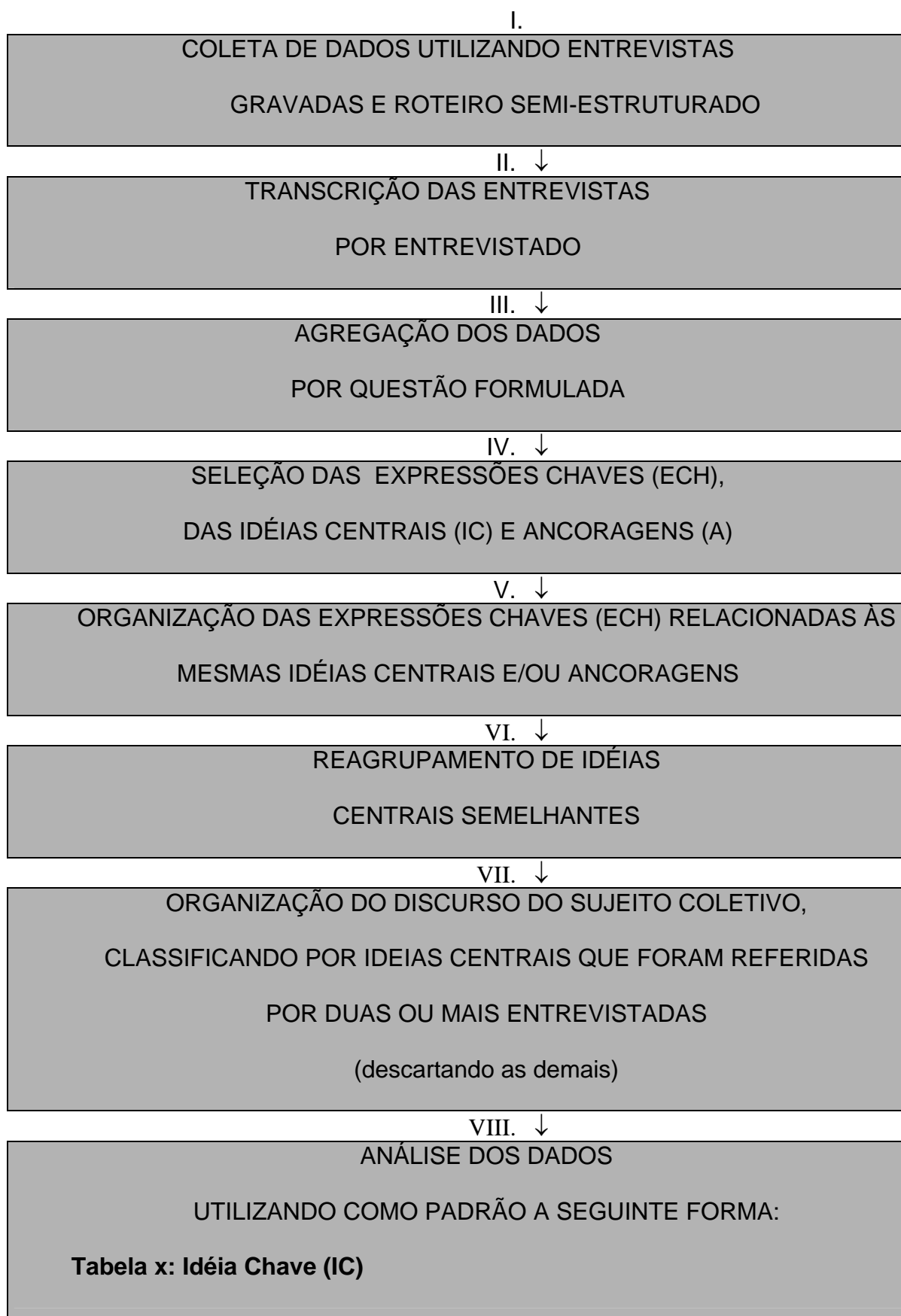
## ANEXO I

## ROTEIRO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

<b>CATEGORIA ANALÍTICA</b>	<b>QUESTÃO</b>
Formação	1. Qual a sua escolaridade?
Origem	2. Já trabalhou com carteira assinada? 3. Qual era a atividade exercida antes de entrar no empreendimento?
Atuação no empreendimento	4. Quanto tempo está no empreendimento? 5. Porque veio para o empreendimento? 6. O que o trabalho associado trouxe para sua vida? 7. Exerce outra atividade?
Preferências	8. Compare: a) o trabalho com carteira assinada: b) o trabalho no empreendimento: 9. Se pudesse escolher, em qual ficaria?
Expectativa	10. Completar: Esse ano a associação vai: 11. Pessoal: você na associação

## ANEXO II

## ETAPAS DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE UTILIZANDO O MÉTODO DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO



***Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)***

Análise do DSC da Tabela x: